

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

ATA Nº 049

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Senhoras e senhores, bom-dia!

Convido para fazer parte da Mesa a Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Maria José Borges, Prefeita de Dom Aquino; o Sr. Sebastião Cajango, que na minha opinião é a segunda maior força no INCRA; o Sr. Ovídio da Costa Miranda, representado a CONAB; o Joaquim Santiago Sobrinho, Coordenador Regional da EMPAER; o Adonias Fernandes, Vereador Líder do PMDB; o Adão Hipólito, Secretário de Agricultura de Rondonópolis; o Ajax Alves Gomes, Secretário de Agricultura de Poxoréo; o Pascoal Lopes dos Santos, Secretário de Agricultura de Dom Aquino; o Moacir Mafra, que por motivo de estar reunido agora com os técnicos da Secretaria Estadual de Agricultura comunicou-me que vai ter um substituto que é o Sr. Everaldo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o Professor Souza, Presidente do PC do B; o Jurelino Monteiro Caldas, Secretário Municipal de Agricultura de São José do Povo; o Hélio Luz... Aliás, eu quero que o Movimento Comunitário Urbano entre realmente nessa luta da reforma agrária para valer como alternativa de emprego e renda.

Convido também para compor a Mesa o Nino Doloreto, do INTERMAT de Cuiabá; o Nilton Torciano, do Banco do Brasil de Rondonópolis; o Carlos Alberto de Carvalho, engenheiro agrônomo. Quero convidar um representante da Pastoral da Terra e um representante da MTA: o companheiro Valdir Correa, que é o maior líder do MTA do nosso Estado - é um orgulho tê-lo conosco -; e o Afonso, representando a Pastoral da Terra.

Comunicamos a presença do Francisco Pacheco Filho, Presidente do Acampamento União e Força e representando o Vereador Reginaldo, do PT de Guiratinga; e do Maurício, técnico agropecuário, representando a GRUPAL. Quero convidá-lo para compor a Mesa também.

Quero cumprimentar os trabalhadores do Acampamento Padre Lothar, de São José do Povo; a Associação Vale do São Lourenço; o Ilton, de Guiratinga; a Associação Vitória, de Jaciara, Carmelita; a Associação Rio Dourado de Poxoréo; PA Ezequiel Ramin Bonergia Valentim Silva, de São José do Povo; PA Tarumã, Guiratinga; e o Joaquim José de Almeida.

O PA Tarumã fica na divisa de Guiratinga e Poxoréo.

Cumprimentar a Associação Santo Antônio da Gleba Rio Vermelho, Laura; PA Boa Esperança, Guiratinga; Cristina, da Associação dos Moradores do Jardim das Paineiras e Oásis; Valmiro Gomes dos Santos, PA Santa Luzia; PA Fazenda Esperança, da Associação Sagrada Família, dona Maria Helena Ferreira dos Santos; PA Carimã, José Alves Moreira, PA Chico Mendes, Nelson Porfírio; PA Padre Josimo, Ediline Souza Silva; Everaldo de Oliveira Souza, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Presidente do Verde Teto, Sr. Manoel; PA Olga Benário, Daniel Correa; Acampamento Serra da Formosa, Sebastião Carlos da Fonseca; PA Oásis, dona Helena, que mora lá no Jardim das Paineiras e Oásis também; PA Pontal do Areia, Carlos

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

Mariguela; Valter Menezes; Maria Nilza Silva Ferreira, Associação dos Pequenos Produtores Terra de Jerusalém; José Ferreira da Silva, PA João de Barros Poxoró; João Pereira da Silva, Gleba Rio Vermelho, Rondonópolis; PA Fazenda Esperança, Associação Sagrada Família Banco da Terra, dona Maria Helena Ferreira dos Santos; Assentamento Esperança, Banco da Terra, Rosa Ferreira Santana e José Santana; Antônio Ferreira dos Santos, PA Santo Expedito; Maria das Graças, Projeto Assentamento 17 de março; Orlando Vieira da Silva, PA Wilson Medeiros; Francisco Ferreira de Souza Silva, Rondonópolis; Evangelista, PA Carlos Mariguela; Ivo Alberto Jaime, companheiro nosso do PMDB de Pedra Preta.

Nós iremos fazer uma audiência pública para discutir o crédito fundiário lá em Pedra Preta. Está voltando dinheiro para Brasília todo ano por causa do crédito fundiário; está sobrando dinheiro; não saiu um projeto de crédito fundiário.

Wander Pascoal de Oliveira, do ASTEF de Jaciara; Miltão, da Gleba São João; PA São Francisco, Antônio Ponciano Mendes; PA Dom Osório Valdomiro; PA Carimã, Gilberto e diretoria; Associação dos Sem-Terras do Vale, Sr<sup>a</sup> Idair Baron Ângelo; PA Fazenda Esperança, Associação Por do Sol, Presidente Manoel Pinheiro da Silva; PA Canudos, Valdeci; PA Beleza, Iracema e Miguel; PA Ezequiel Ramin, Bonergia Valenti Silva. Todos aqueles companheiros que não foram citados, por favor, dirijam-se ao Cerimonial, porque eu quero registrar a presença de todos. É um orgulho para nós.

Convido todos para que em pé cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O objetivo desta audiência pública é justamente colocar a todos que estão aqui que hoje existem novas linhas de financiamento do PRONAF, e nós temos hoje em torno de cento e cinquenta milhões para gastar até o final do ano: setenta milhões, no PRONAF A; e outros setenta e poucos no PRONAF C, D e outros PRONAFs.

No ano passado nós devolvemos mais de duzentos milhões para Brasília, porque nós não gastamos. Isso aconteceu ou porque nós não conseguimos gastar mesmo por algum problema técnico, ou foi por causa de alguma burocracia que a gente pode resolver agora.

Eu quero dizer o seguinte: eu acho que as coisas estão avançando e nós precisamos utilizar esses encaminhamentos. Como saiu novas linhas de PRONAF, principalmente para o assentado que já pegou o PRONAF A, pode-se pegar o PRONAF Recuperar, que são seis mil reais. Todos têm que saber aqui. Esta semana, nós estamos fazendo um mutirão, em Mato Grosso todo, do Banco do Brasil e os técnicos para discutirmos como fazer esses projetos. Quem vai decidir sobre esses projetos não será mais o Conselho Estadual de Agricultura, de que eu faço parte, e sim o INCRA que vai decidir através daquele grupo do Gera.

Bem, neste momento, nós vamos fazer uma audiência pública dinâmica aqui. Eu vou passar a palavra para o Cajango. Ele vai fazendo a palestra, e nós vamos abrir a palavra para a Mesa e para os trabalhadores. Para não ficar só a Mesa falando, a gente abre a palavra. Se alguém da Mesa tiver alguma dúvida, a coloca, para ficar uma coisa bem dinâmica.

Eu quero colocar que eu estou muito feliz hoje, porque nós estamos com a EMPAER, com a CONAB... Nós não podemos sair daqui sem tirar as dúvidas. Outra coisa com a qual eu fiquei muito feliz é que os Secretários municipais de todas as prefeituras da região estão aqui. Vocês não sabem a importância hoje de um Secretário municipal. Nós temos que ser irmãos agora, nós vamos ter que lutar pela agricultura familiar para valer, nós temos esse dinheiro do crédito fundiário, nós não gastamos um tostão até hoje, um tostão. Vai devolver para Brasília todo o dinheiro do crédito fundiário porque nós não gastamos um tostão até agora. Então, gente, nós precisamos trabalhar nesse sentido.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

A imprensa de Cuiabá, esta semana, destacou que o Deputado Zé Carlos do Pátio fez quatro audiências públicas para discutir a agricultura familiar no Mato Grosso. Fiz! E vou fazer mais, porque a agricultura familiar tem que ocupar esse espaço. Vocês não sabem da minha luta para conseguir os 51% do FCO. Uma luta minha lá em Brasília, quando o Alexandre César era Superintendente da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério do Ciro Gomes, para que 51% do dinheiro do FCO fossem para a agricultura familiar, porque o dinheiro do FCO era todo definido para outros setores, ele não ia para a agricultura familiar.

Então, hoje, nós temos dinheiro do FCO para a agricultura familiar, e nós não podemos deixar de gastar o dinheiro. Na verdade, em que alguns setores estão, hoje, questionando o Deputado Zé Carlos do Pátio? “Ah, se a agricultura familiar não gastar, vamos emprestar para quem gaste.” Não! Vão ficar delimitados 51%, e nós vamos gastar, porque o trabalhador precisa! E é por isso que está se criando novas linhas de financiamento aí.

Então, eu vou passar para o Cajango. Ele vai fazer a palestra, e depois nós vamos abrir para todo mundo perguntar. Nós vamos fazer uma audiência pública democrática. Vamos ter almoço aqui. E se por acaso acontecer de algum trabalhador ter dúvidas, nós vamos continuar depois do almoço. Eu não tenho prazo para sair daqui. Eu quero que os trabalhadores fiquem sabendo que eles têm de sair daqui com informações sobre a luta deles. E podem perguntar para mim sobre tudo, inclusive até sobre infra-estrutura, porque este ano nós nunca avançamos tanto quanto agora. Nós conseguimos furar vários poços artesianos em vários assentamentos este ano, mas nós temos problemas. Agora, o PMDB assumiu a ELETRONORTE. Nós estamos com esse Programa Luz para Todos e vamos para cima desse Programa. Eu quero parceria com as Secretarias municipais de agricultura para acompanharmos a ELETRONORTE, acompanhando em Brasília. Eu estou indo direto a Brasília, e nós vamos ser parceiros.

Eu vou dizer para vocês o seguinte... É isso aí: Assentamento Carimã, quarenta e sete famílias e sem energia elétrica há oito anos. É isso aí! Aqui é o espaço democrático para defender os interesses do trabalhador. Em momento algum eu vou fazer promessa para vocês, mas eu vou ser parceiro de vocês, eu quero que vocês me olhem como aliado de vocês, e não que vocês falem assim: “O senhor tem que resolver nossos problemas”. O problema é o seguinte: não é fácil a nossa luta, mas vocês têm um amigo aqui para lutar por vocês. O que eu puder fazer, eu vou fazer.

Para vocês terem uma idéia - é coisa de Deus -, na semana passada eu estava em Confresa, que é um município a mil e tantos quilômetros daqui, participando de uma feira da agricultura familiar. O Prefeito exigiu-me fazer uma audiência pública lá. Até os trabalhadores de Confresa hoje vêem o Zé Carlos do Pátio como uma referência de luta deles.

Então eu quero colocar para vocês que como sou Deputado de Mato Grosso, eu tenho de viajar por Mato Grosso todo, mas vocês podem estar certos que vocês têm uma referência de luta, que somos nós, para defender a agricultura familiar, a reforma agrária, a infra-estrutura nos assentamentos. O que eu puder fazer, eu vou fazer, vou avançar. Eu tenho na minha cabeça tudo o que está acontecendo em cada assentamento; e quando posso, eu visito os assentamento.

Então eu vou passar a palavra para o Cajango. Ele vai fazer a palestra e depois vamos abrir para os trabalhadores e para a Mesa. Vai ser um debate extremamente democrático.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Bom-dia a todos!

Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, eu gostaria de cumprimentar toda Mesa e todos os presentes aqui.

Para nós é uma satisfação imensa estar com vocês debatendo a questão da Reforma Agrária. Eu vou falar mais com vocês em relação às novas linhas de crédito da agricultura

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

familiar. É uma preocupação muito grande do Governo lançar cinco bilhões de reais para a agricultura familiar no Brasil e estes não serem gastos. No ano passado, não gastamos mais de três bilhões. O Governo orçou cinco bilhões e foram gastos menos de três bilhões. Então todo o Ministério está imbuído nesse esforço para que o recurso venha realmente chegar aos agricultores familiares, aos agricultores da reforma agrária, melhorando a qualidade de vida dos assentamentos com assistência técnica, com comercialização de produtos. Quer dizer, não é só crédito, é toda uma política de reforma agrária que o Governo está tentando implementar. E nós queremos que esse dinheiro chegue às mãos do pequeno também. Não é do plantador de soja, não é só do criador de boi, do grande, nós queremos que também chegue às mãos do pequeno. Só assim nós vamos ter como melhorar as condições de vida do agricultor familiar, além da questão da obtenção de terra, porque precisaria de umas dez audiências públicas aqui para deixarmos todos os esclarecimentos com relação ao Programa de Reforma Agrária como um todo.

Nós temos aqui aquele acampamento que está com um, dois, três, quatro, cinco anos debaixo de lona, aguardando pela terra; temos áreas que estão sendo desapropriadas; temos aqueles assentamentos que realizamos, em que as famílias receberam o crédito e, hoje, estão lá patinando, às vezes sem energia. Ainda tem todas essas faces aí que as pessoas têm de conhecer.

Eu serei bem claro com vocês: nós não viemos aqui para pregar facilidade para ninguém e nem vender facilidade para ninguém, mas para ajudar a esclarecer a todos que estiverem aqui nos ouvindo, para fazermos esse compromisso, esse mutirão com vocês. Agora na quarta-feira e na quinta-feira, o Banco do Brasil estará aqui. Ele é o grande parceiro nosso nessa questão dos créditos. O Banco do Brasil por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Banco do Brasil e das prefeituras municipais, está patrocinando esse chamado “Mutirão do PRONAF” em todo o Estado e em Rondonópolis, que ocorrerá na quarta-feira e quinta-feira, para discutirmos como encaminhar isso, juntamente com as empresas de assistência técnica, Banco do Brasil, agricultores.

A princípio, eu só vou dizer para vocês as principais linhas de crédito que nós temos; as novidades que tem na área de Reforma Agrária; e também alguma coisa na área dos agricultores familiar, que não são a turma da reforma agrária, por exemplo, os pescadores, os pequenos sitiantes que também têm acesso a essas linhas de crédito.

Eu vou começar primeiramente pela reforma agrária: quem tem direito de pegar os créditos da reforma agrária? Assentados pelo INCRA no programa convencional da Reforma Agrária; assentados pelo extinto Banco da Terra, hoje crédito fundiário; assentados em projetos de assentamento da prefeitura municipal, os chamados Projetos Casulo; projetos de assentamentos vinculados ao Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso-INTERMAT. São essas as categorias que têm direito a pegar o PRONAF A, chamado Reforma Agrária.

Quanto é o valor hoje, Professor? Dezoito mil reais. Desses dezoito mil reais, podem ser tirados mil e quinhentos reais para a elaboração e a assistência técnica nos projetos. Então o valor é de dezoito mil reais, só do crédito do PRONAF, além dos outros créditos que vocês já sabem aí: da casa, do fomento, da habitação - todos têm direito a esses créditos. Hoje, alimentação, fomento e habitação, vocês sabem, tudo está em torno de sete mil e quatrocentos reais. São cinco mil para a habitação; e dois mil e quatrocentos para alimentação e fomento. São essas categorias aí: INCRA, Estado, Projeto Casulo e Crédito Fundiário, são essas as modalidades que têm acesso a esse crédito. E os juros? Os juros são de 1,15% ao ano, com 45% de rebate, dez anos para pagar e de três a cinco anos de carência, dependendo do projeto, porque quem vai dizer isso é a atividade que a pessoa vai financiar: cultura; plantio de manga, de seringueira; criação de gado... Para cada

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

atividade tem uma carência. Só para o PRONAF A da reforma agrária, o Governo está disponibilizando este ano oitocentos e vinte e quatro milhões de reais em todo o Brasil.

Ainda da Reforma Agrária, eu estou falando agora só de Reforma Agrária, o grupo A, Deputado Zé Carlos do Pátio, de que você falou, essa é uma inovação. O PRONAF A da reforma agrária todo mundo já conhecia. Era do PROCERA, e do PROCERA passou para o PRONAF, que foram nove e quinhentos, que foram doze, que foram quinze e que hoje são dezoito. Só mudou os tetos. E a novidade, de que o Zé Carlos acabou de falar, é a criação do PRONAF Reforma ou Recuperação, como nós chamamos aqui. Quem tem direito a ser incluído nesse Projeto Recuperação? Agricultores do Programa de Reforma Agrária que foram assentados até agosto de 2002, que tenham aplicado o PROCERA ou PRONAF, que somente tenham pego custeios, não tendo operação de investimento no grupo C, D, para frente, então, que apenas tenham pego custeio e investimento no grupo A e que estejam adimplentes. O que é estar adimplente? É aquele parceleiro que está pagando em dia suas prestações. Portanto, precisa-se que estejam adimplentes e que tenham, e é aí que muita gente vai ser excluída, assistência técnica garantida pelo Governo Federal. Porque nesse PRONAF Recuperação os investimentos são de seis mil reais, mas você não pode tirar um centavo para a assistência técnica. A assistência técnica tem de ser bancada pelo Governo. Para vocês terem uma idéia, aqui no Estado de Mato Grosso, estão sendo conveniados com empresas para dar assistência técnica aos assentamentos mais de trinta milhões de reais. Então, obrigatoriamente, para ser incluído na reforma, tem de estar dentro do programa de recuperação do Governo Federal, tem de ter, no mínimo, assistência técnica gratuita com água, com energia. Enfim, esse trabalho nós vamos apurar, fazer essa divulgação junto com as empresas de assistência técnica que têm por aí, com a EMPAER, com as Secretarias de Agricultura, com os Conselhos Municipais. Nós não vamos mudar, depois eu vou dizer a vocês algumas mudanças que aconteceram. Nós não vamos querer mudar nada como já vínhamos encaminhando através dos conselhos municipais, com os sindicatos, com os movimentos sociais. Enfim, são vocês que vão nos ajudar a apurar essa demanda, para saber quem vai incluir no grupo A, no grupo da reforma, etc. E no caso de alguma dúvida, depois nós estaremos falando diretamente com vocês aí. Que vocês marquem nos assentamentos ou lá no INCRA. Nós estaremos lá à disposição para tirarmos essas dúvidas de vocês.

Uma outra opção, o que eu estou falando agora é ainda só da Reforma Agrária, do grupo, do custeio a/c. Professor, quem tem direito ao custeio a/c? O custeio, vocês sabem... (VIRADA DE FITA) ...comprar sal, comprar vacina. Então, ele tem direito a pegar esse custeio de até três mil reais. Quem for plantar arroz, feijão, milho, produtos da cesta básica, ainda tem um sobreteto que pode chegar a três mil e novecentos. E o juro, o juro é de dois por cento ao ano. Quando você for pagar o custeio, tem um bônus de adimplência de duzentos reais. São opções que o Governo vem criando para atender a questão da reforma agrária.

Só para custeio, o Governo está disponibilizando este ano duzentos e vinte e oito milhões de reais, em nível de Brasil. Isso não é só para Mato Grosso não. Além desses que eu falei, o Governo ainda disponibilizou para o Nordeste o PRONAF Semi-árido. Tem um outro investimento chamado PRONAF Floresta. Tem o PRONAF Jovem e também o PRONAF Agroindústria. Vale a pena.

Aqui tem um corte. Os grupos que o Governo garante sozinho são grupo A, grupo A Reforma Agrária, Custeio A/C. Ainda tem mais uma novidade com relação ao custeio. No custeio, você pode pegar o primeiro custeio, pagar; pegar o segundo custeio, pagar; e pegar o terceiro custeio. São três custeios para a pessoa pegar.

Depois que você pegar o A e o A/C, você passa para um outro grupo, que é chamado de grupo C. Você também poderá fazer também investimento, só que no grupo C já o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

Governo não garante cem por cento da operação. Para aquele que nós assentamos lá, que ainda está em dificuldade, o Governo garante cem por cento da operação. O banco não tem risco nenhum na operação do grupo A, da Reforma Agrária, até o Custeio. Antigamente, para o Custeio o banco exigiu. Agora, não. O Custeio também, até o grupo A/C, com garantia total ao banco.

Um outro PRONAF que surgiu aí é o PRONAF Jovem e também o PRONAF Mulher. São duas modalidades que eu vou fazer questão de explicar bem.

O que é o PRONAF Jovem? O PRONAF Jovem é para filho de agricultores familiares da reforma agrária que tenha o curso de técnico agrícola ou técnico em agropecuária, que esteja cursando o último ano do colégio agrícola e que a família já tenha pego o grupo A, o pai ou a mãe tenha pego o grupo A, o custeio A/C e já tenha pago a primeira parcela do custeio. Aí o filho também pode fazer um projetinho de seis mil reais de investimento para fazer um trabalho na propriedade do pai, mas um projetinho específico para ele. Ou filho de agricultores que não sejam técnicos agrícolas e nem estejam cursando último ano de escola técnica, mas que contem cem horas aulas do sistema S, SENAI, SESI, comprovadamente, curso de ordenha mecânica, de mecanização agrícola, de oleicultura qualquer atividade que ele comprove com certificado que ele está habilitado para aquilo. O Governo também não vai sair jogando dinheiro assim: quem quer dinheiro? Não é isso. Ele quer que o agricultor tenha acesso a dinheiro, mas que aplique com responsabilidade. Então, não é para todo jovem. É para aquele jovem que tem uma especialização dentro do assentamento.

A mesma coisa é com relação ao PRONAF Mulher. Existe uma confusão quanto a isso aí terrível. As mulheres têm acesso? Têm. Na reforma agrária, o financiamento pode ser feito tanto pelo homem como pela mulher. Os dois são responsáveis pela parcela. Mas como a nossa sociedade é muito machista, às vezes, o homem fala: “No nome da mulher, não. O PRONAF tem que sair no meu nome”. Não é isso. Pode ser tanto o homem como pode ser no nome da mulher. Eu até prefiro que seja no nome das mulheres, porque as mulheres dificilmente deixam alguém desviar o dinheiro ou o dinheiro vai fora. A mulher conta direitinho o dinheiro. Isso é para isso, para aquilo e não desvia nada. Às vezes, o homem fica meio alegre lá na cidade, gasta o dinheiro onde não deve, mas as mulheres não.

Pensando nisso, o Governo montou uma linha de crédito só para elas, homem não tira, só para as mulheres. Qual que é essa linha? É a chamada PRONAF Mulher. Como as mulheres vão ter acesso a esse PRONAF? O agricultor familiar que já tenha pego o PRONAF A, a mulher assentada em reforma agrária já pegou o PRONAF A, já pegou o custeio e pagou o custeio, a mulher pode fazer um microcrédito, ela vai acessar... O teto para a mulher hoje é de mil reais para ela fazer um projetinho de atividade agrícola ou não agrícola. É pouco? É pouco, mas ela pode pegar mil, pagar mil e tornar a pegar mais mil, tantas vezes ela quiser pegar. Ela estando adimplente vai pegando quantas vezes ela tiver necessidade de pegar. É a linha do microcrédito. É isso que tem para os trabalhadores urbanos. Hoje o Governo também está acessando isso à mulher trabalhadora rural.

Mas para tudo isso é preciso ver o enquadramento. A família tem que ter pego o A, tem que ter pego o custeio do A/C, tem que ter liquidado um custeio, um custeio só que no final do ano você paga, e aí ela já pode acessar o crédito. Não é pagar todo o PRONAF não. E a mulher não tem direito a mais dezoito mil que o marido teve. Ela quer mais dezoito, não pode. Os dezoito mil são para os dois. E a mulher ainda vai levar milhão a mais quando chegar a hora de elas acessarem o crédito. Até aí entendido?

Os outros agricultores familiares poderão estar enquadrados...

Quem emite a declaração de aptidão? Isso é muito interessante. No grupo A, A/C, PRONAF Jovem, PRONAF Mulher, para os assentados da reforma agrária, quem emite a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

declaração de aptidão é o INCRA. Para os outros agricultores que não são da reforma agrária quem emite é a FETAGRI, EMPAER, os movimentos sociais credenciados, não é o INCRA, não é o INCRA. Os outros grupos C, D, E, todos os outros grupos que não são da reforma agrária, têm o enquadramento da renda. Isso tem que ser discutido com a FETAGRI, com o sindicato, com a EMPAER, os outros grupos que não sejam da reforma agrária. Tem que ser discutido isso, a questão do enquadramento, a questão de juros, de pagamento.

Então, eu vou ficar aqui para tirar dúvidas de vocês. Quem quiser pode se escrever, Deputado Zé Carlos. E nós vamos estar o dia inteiro com vocês para estar ouvindo e vendo o que nós podemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Bem, pessoal, eu agora, eu quero até que a gente... Ao invés de alguém fazer algumas colocações, eu queria que fosse extremamente em cima de pergunta. Depois nós vamos abrir para o pessoal fazer algum encaminhamento, para não desviar o assunto.

Ele acabou de falar sobre o assunto PRONAF. Para mim, o mais importante hoje nessa audiência é o PRONAF Recuperação, para o trabalhador que pegou o PRONAF A até 2002 e pode pegar mais seis mil. Então, vocês têm que saber tudo sobre isso.

Então, eu vou abrir a palavra para pergunta, para dúvida. O Adão quer fazer uma pergunta.

O SR. ADÃO - Bom, bom-dia a todos.

Na sexta-feira, eu recebi um convite do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Como nós temos um compromissozinho mais tarde, nós vamos aproveitar aqui para fazer uns avisos, uma cobrança para o Cajango e até dar minha opinião sobre o PRONAF.

No dia 22, quinta-feira, vai ter uma reunião sobre o PRONAF, que é chamado mutirão do PRONAF, junto com a EMPAER, Banco do Brasil, AMM. Parece que a Assembléia Legislativa também vai ter representante. Então, quinta-feira, vocês devem ter recebido convite no assentamento. Nós estamos convidando duas a três pessoas por cada associação. Vai ser uma reunião para discutir os PRONAFs. Vai ser lá na Secretaria de Saúde. Nós estamos arrumando uma reunião para cem pessoas.

Então, vão estar todas as entidades envolvidas no PRONAF, quinta-feira, das oito às quatro horas da tarde, lá no auditório da Secretaria de Saúde. O Deputado Zé Carlos do Pátio deve ter recebido convite para discutir essa questão do PRONAF. Então, nós não vamos nos alongar aqui.

Eu gostaria de deixar uma cobrança para o Cajango, em nome do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Rondonópolis. Duas questões nós temos lá pendentes, Cajango. Uma é a grilagem que houve lá na gleba Rio Vermelho, uma pistolagem. Pela medida da força, foi desocupado um lote, a pessoa foi posta para correr para poder comercializar o lote. Nós oficiamos, em nome do Conselho, estamos pedindo providência do INCRA, porque é ainda uma área federal, e foi feito ao INCRA ou à Justiça Federal.

A outra questão, Cajango, é o posto artesiano lá do Dom Osório. Foi feita uma licitação, contratado uma empresa, foi feita a rede de água, foi feito o reservatório, foi feito o geofísico para saber onde o poço dá água, está demarcado e a construtora tem esse geofísico na mão. Tem que ser ali. Há divergências internas lá dentro do assentamento. Tem um abaixo-assinado de trinta famílias ligadas à associação que querem o poço onde vocês demarcaram e tem mais um grupo de cinco famílias que querem mudar de local. Vocês não têm recursos para fazer nova rede. Eu acho que eu não vou entrar no mérito de como vocês vão resolver. Já foi levado o assunto para o conselho, nós comunicamos o INCRA e agora, com o apoio do Prefeito Adilton Sachetti e da

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

Procuradoria do Município, nós estamos entregando essa semana um pedido para que a Procuradoria-Geral da República convoque os dirigentes do INCRA para resolver essa questão.

Então, agora o Procurador, nesta semana, junto comigo, nós vamos entrar na Procuradoria-Geral da República para que o INCRA exerça sua autoridade, não se omita desse problema grave. As vacas do pessoal estão morrendo, as pessoas estão passando sede e o dinheiro está aí, tudo parado. Se não for feita a obra, no meu entendimento, até 31 de dezembro, o dinheiro deve ser devolvido, não é Cajango? Eu sei que o problema não é seu. Mas agora você leve para o Superintendente resolver isso aí.

Pessoal, eu acho que o Nilton, do Banco do Brasil, vai falar sobre essa questão. Eu tenho visão de financiamento. Sobrar ou faltar recurso é quase a mesma coisa. Quando falta, a briga é para conseguir mais. Quando tem, é para gastar bem o dinheiro. Esta semana nós fomos ao assentamento Dom Oscar Romero, onde estamos iniciando um programinha de inseminação artificial para melhorar o rebanho leiteiro. E lá, conversando com eles na reunião, eu falei de um projeto que nós vamos desenvolver aqui no município que chama DRS, que eu vou deixar para o Nilton falar mais sobre isso.

Eles colocaram que quando pegaram o PRONAF eles não tiveram uma orientação técnica para investir melhor. Acabaram comprando umas vacas meia-boca, que não produzem grande quantidade de leite, não fizeram as capineiras para alimentar corretamente as vacas e eles têm muitas dificuldade para levar a vida no assentamento, muita privação. Então, eu falava para eles no dia lá: Se vocês tivessem feito com todo esse dinheiro dois hectares de eucalipto, vocês pagariam esse PRONAF, sobraria dinheiro, depois fariam duas colheitas de eucalipto, ainda de graça, sem gastar nada. Eles falaram: “Não temos orientação, não temos assistência técnica”. Hoje até que tem. Já melhorou muito essa questão da assistência técnica. Com a Grupal aqui, nós estamos fazendo um trabalho juntos, iniciando.

Então, nós temos que buscar esse recurso e fazer com que ele gere renda. Para isso, é preciso ter assistência técnica. É preciso ter um horizonte claro do que e onde o assentado vai pôr o seu dinheiro para colher bons frutos.

Há um mês, o Prefeito aqui de Rondonópolis, o Adilton, esteve em Brasília, na Presidência do Banco do Brasil, e colocou para o Presidente do Banco do Brasil que ele gostaria de manter as contas da Prefeitura no Banco do Brasil, mas que gostaria de um apoio maior do Banco aos pequenos comerciantes e aos agricultores, pequenos agricultores aqui do município; do contrário, a Prefeitura ia retirar parte de suas contas do movimento lá do Banco. E o Banco do Brasil deu uma resposta rápida, quase que imediata, chamou o Superintendente aqui da nossa região. Eles já estão bem a par.

Então, nós vamos desenvolver um projeto de desenvolvimento que chama DRS no Município de Rondonópolis. Não será em São José do Povo, não será em Dom Aquino, mas é um projeto que nós vamos trabalhar toda a cadeia da bacia leiteira, desde lá, fazer alimentação para a vaca, como fazer uma gestão melhor, como administrar melhor o sítio e estruturar a produção a comercialização e se possível o produtor final, amanhã ou depois. Mas é organizar a cadeia. Nós vamos fazer reunião específica para isso. É um projeto fantástico. No meu entendimento, se nós fracassarmos nisso já não há muita coisa para fazer lá na agricultura. Então, nós vamos investir, com seriedade, para fazer com que esse leite que vocês tiram, ao invés de tirar trinta litros de leite, o assentado tire duzentos, trezentos, quinhentos litros e melhore a genética do seu gado, fazendo inseminação, implante de embriões e em curto prazo ter gado altamente produtivo.

O Nilton tem mais domínio disso, do Banco do Brasil, e vai colocar essas questões para vocês, mas é um projeto interessante. O dia que as associações forem chamadas para essa

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

reunião gostaria de estar contando com vocês que é o que nós vamos priorizar. Prioridade zero vai ser trabalhar dentro desse projeto DRS a bacia leiteira aqui do Município de Rondonópolis.

Para terminar, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu queria dizer a você que foi falado aqui de técnico agrícola. A Prefeitura, em convênio com o Governo Federal, Ministério de Desenvolvimento Agrário, está recebendo um recurso de dois milhões e está entrando com uma contrapartida de cem mil reais. Nós vamos fazer um centro de capacitação do pequeno produtor ali ao lado da Universidade. Na verdade, ali vai ser gerido pelo CEPROTEC, junto com o Departamento de Zootecnia e a Prefeitura. O que nós vamos fazer lá vai ser uma escola no fundo agrícola. Vai ter curso de agropecuária com ênfase na agroindústria para que os filhos dos assentados façam o curso técnico em agropecuária, aprendendo melhor a gerir a propriedade e produzir em escala. Então, quem tiver o segundo grau, o filho do pequeno produtor que tiver o segundo grau, vai aproveitar o mesmo transporte escolar e fazer o curso de técnico em agropecuária aqui nesse centro que vai iniciar a construção dentro de quinze, vinte dias e o recurso já está sendo liberado e a licitação já terminou.

Então, em nosso entendimento nós mudamos esse projeto um pouquinho. Para esse projeto, tinha sido assinado um convênio no ano passado. Nós discutimos com a Universidade e com o MDA para fazer algumas mudanças. Eles aprovaram as mudanças. No nosso entendimento, nós temos que investir na cabeça das pessoas, nas futuras gerações. E com certeza os filhos de vocês que fizerem um curso de técnico agropecuário com ênfase na modernização da pequena propriedade vai gerar riqueza e vai ficar na propriedade e não vai vim.

Só para terminar, por exemplo, essa questão da fruticultura, queremos investir, mas é um sacrifício enorme fazer com que vocês produzam frutas de alto valor. Se o filho de vocês vem para a escola e aprende a mexer com isso, é diferente. Se ele aprender a mexer com eucalipto, quanto custa esta árvore aqui...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Adão...

O SR. ADÃO - Para encerrar, deve estar custando hoje duzentos a trezentos reais uma árvore dessa. Isso aqui é eucalipto, não é aroeira. Eucalipto tratado, porque vocês vão ganhar dinheiro produzindo madeira, então, temos que investir em programas de curto prazo, mais a médio prazo a única que resolve é investir na cabeça da moçada. É isso que vai dar condições de ter sucesso na reforma agrária. Se não, não adianta, vocês vão passar necessidade lá, vão vender o lote e vão vir para a cidade. Não adianta nós todos juntos esperarmos, dizermos que reforma agrária gera emprego e tal, não adianta. Se não gerar renda todos nós vamos para o buraco. Nós, com nossos planos, vocês vão vir aqui ser serventes de pedreiro na cidade.

Então, temos que investir na geração de renda e na qualificação para vocês produzirem produtos de alto valor agregado. É isso que conta. É a nossa opinião.

Deputado Zé Carlos do Pátio, desculpas por ter ultrapassado o tempo. Acho que valeu essa reunião e reforço que quinta-feira o senhor já está convidado para estar lá. Quinta-feira vai ter uma reunião para discutir o PRONAF. Muitas coisas serão repetidas. Algumas coisas serão ampliadas no ramo da discussão. Será só com as representações das associações. Nós queremos amadurecer, fazer com que vocês recebam bem esse recurso, invistam e melhorem a vida. O Cajango também levará as nossas preocupações para Cuiabá, já o conheço há muitos anos. Eu fui Secretário aqui há dez anos e o Cajango era mais jovem um pouco. Nós trabalhamos juntos. Agora, estamos todos mais velhos um pouquinho, mas mais amadurecidos. Então, um abraço a todos. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer que essa reunião de quinta-feira é um mutirão do Banco do Brasil e INCRA. Não é uma atividade do

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

município. É uma atividade do INCRA e do Banco do Brasil. Isso é uma atividade, um cronograma que nós fizemos, como membro do Conselho Nacional de Agricultura, para colocar no Estado de Mato Grosso todo. Nós queremos que os técnicos tenham informação.

Agora, eu queria fazer algumas observações a respeito da Secretaria de Agricultura do município. Primeiro, a Dona Maria José, Prefeita de Dom Aquino, está assinando convênio para colocar água no assentamento Zumbi dos Palmares, com o INCRA. O Prefeito de Poxoréo tem uma pergunta aqui porque vai ser assinado na semana que vem para resolver o problema do João de Barro, a rede de água e a estrada do João de Barro. E também um poço artesiano no Carlos Marigela. E nós estamos puxando poço artesiano em vários lugares.

Então, eu queria pedir, Adão, que você faça alguns projetos de infra-estrutura dos assentamentos e encaminhe para nós, lá no INCRA. Nós temos como fazer os encaminhamentos lá para conseguir alguns financiamentos para fazer o convênio direto com os municípios. Inclusive algumas obras estão sendo feitas através do próprio INCRA. Mas se o município quiser fazer um convênio poderá fazer os projetos, que nós vamos acompanhar lá. Eu acho que você poderia fazer alguns projetos aqui em Rondonópolis e encaminhar para lá.

Aliás, eu quero dizer que mais da metade das nossas emendas orçamentárias veio para Rondonópolis para atender o município e a região. E foi o município que eu tive mais dificuldade para sair os recursos de financiamento. Eu tive que deixar uma assessora a semana passada todinha para ver se o projeto saía. E é o único município que não deu contrapartida nos projetos que nós fizemos.

Eu estou falando isso para você, porque é importante você fazer esse debate lá com o município, principalmente nessa questão da reforma agrária. Uma outra questão que eu queria pedir apoio. Eu vou ter uma audiência com o Governador essa semana. Eu acho que você vai ter que trabalhar muito essa questão. Eu estava falando agora com o Moacir, Presidente da FETAGRI. Isso eu falei com o Governador e ele fez um compromisso comigo na AGRISHOW Cerrado. Não veio para a região sul um projeto sequer daquele projeto Nossa Terra Nossa Gente. Ele já fez mais de trinta projetos em Mato Grosso e o Jair Mariano não fez um projeto na região sul. O Governador disse que tem um compromisso conosco. Eu tenho uma audiência com ele na semana que vem. Ele até ficou um pouco preocupado porque eu falei que a assessoria dele não estava ouvindo, porque ele fez um compromisso aqui na AGRISHOW Cerrado, na frente de oito Prefeitos e várias lideranças, e não foi feito um programa Nossa Terra Nossa Gente. Eu estarei cobrando do Governador projeto para melhorar o orçamento da agricultura familiar, orçamento do Estado para a agricultura familiar. É muito pequeno o orçamento do Estado para a agricultura familiar.

Então, eu queria pedir para você me ajudar num projeto que eu acho importante, que é o crédito fundiário, que é comprar área para assentar trabalhador. Vai voltar dinheiro para Brasília porque não tem projeto. E também no projeto Nossa Terra Nossa Gente e infra-estrutura no INCRA. Eu conversei com o Leonel essa semana. Ele está assinando todos os convênios de infra-estrutura do INCRA esta semana. E ele falou para mim: “Zé Carlos, vai ter uma sobra, e se não tiver uma sobra vamos deixar engatilhado para o início do ano que vem alguns projetos de infra-estrutura. Mande os prefeitos fazerem os projetos que eu vou assinar o convênio”. Ele está assinando convênio agora com Dom Aquino, com Juscimeira, com Poxoréo, com Rondonópolis. Poderia ampliar mais, com Paranatinga. Então, eu queria que você intensificasse alguns projetos para deixar lá engatilhado, que é para o bem da cidade, para o bem da reforma agrária.

Então, eu queria deixar essas observações para sermos parceiros nessa luta porque eu estou sentindo muito tímidas ainda as ações nesse sentido. Eu acho que nós temos que ser um

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

pouco mais audaciosos. Eu queria que você fosse meu parceiro nessa caminhada lá. Você me procura e eu me coloco à disposição. Com a palavra ...

O SR. ADÃO - Eu queria dar resposta aos três questionamentos. O convênio está sendo feito, eu não sei se tem aqui, mas eu vi o Carlos Alberto, responsável pela assistência técnica lá do Águas da Serra. O Prefeito assinou o convênio para fazer o posto artesiano e reservatório, e acho que a rede também, lá para Águas da Serra, que fica mais para São José do Povo, mas é Município de Rondonópolis. A estrada para chegar lá passa por São José do Povo. Então, vai sair lá duzentos e vinte a duzentos e trinta mil reais para resolver o problema da água. Para Águas da Serra foi assinado convênio essa semana, ou pelo menos o Prefeito assinou o protocolo de intenção. Mas eu acho que era o convênio, porque ele me ligou, tinha falado que tinha passado os dados para elaborar o convênio.

Nossa terra, quando o senhor for falar com o Governador, já leve que a terra, o Gilson já visitou comigo, e um dos locais que pode ser tem cem hectares, a mil e quinhentos metros do anel viário. Ela pega duas águas, pega água do Lajeado e do Macaco, 100% irrigável. Você já pode levar. O Gilson já visitou comigo naqueles dias que ele estava respondendo pela SEDER.

Então, fique tranqüilo. Pode pressionar que a área já tem, e área boa, terra preta, coisa de primeira. O Governador cobrou do Gilson, ele veio aqui, nós olhamos a área, escolhemos a área, mas tem outras opções. Mas ele pode confirmar com Gilson, a área é fantástica. Então, dê o seu empurrão lá que aí a coisa vai.

Então, a questão do INCRA, se houver a sinalização para elaborar os projetos, nós elaboramos na hora. Inclusive nós vamos cobrar os que já tem dinheiro, estão ali citados, e não estão sendo feitos. Isso que eu cobre do Cajango. Essa semana o Banco teve que cobrar na justiça, não é brigar conversando mais não, agora nós vamos para os tribunais, porque tem recurso e nós queremos que fure onde foi demarcado. É um absurdo uma coisa dessa...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Esse não é convênio com município.

O SR. ADÃO - Não, mas nós temos que brigar pelo município, independente do recurso passar para a Prefeitura ou não.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O que eu quero colocar é que esse é um problema que tem que ser resolvido, mas é um problema interno da comunidade. O que está acontecendo...

O SR. ADÃO - Não, internamente está resolvido. Tem trinta famílias que assinaram um abaixo-assinado e querem o poço onde o INCRA demarcou.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não vai ser resolvido. Eu acho que tem que ser resolvido.

O SR. ADÃO - Eu acho que vai porque essa semana ....

O SR. ADÃO - O processo está pronto para ir para a Procuradoria.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Canudos foi resolvido de outra forma. Parece que foi furado. É uma guerra interna que tem que ser resolvida. Se está resolvido internamente, nós vamos cobrar isso do Leonel, porque nós não podemos ficar segurando essas coisas não.

O Canudos foi o seguinte... Houve o mesmo problema do Canudos. É uma luta interna entre o MST e a MTA. O Canudos parece que vai furar dois poços artesanais lá. É o mesmo problema. Então, nós vamos cobrar do Leonel para que saia a água lá logo. Nós vamos cobrar. Agora, eu queria propor aos assentados que peçam para seus municípios fazerem os projetos. Nós temos hoje recursos, e está saindo recursos. Eu conversei com o Leonel. Acabando esse recurso, nós

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

vamos cobrar mais recursos de Brasília. Eu quero que dê prioridade, inclusive se tiver projeto, nós vamos para cima do INCRA. Agora eu quero dizer que para Rondonópolis ainda não tem nenhum projeto lá na lista. Foi convênio direto. Agora, se Rondonópolis fizer os projetos, nós fazemos convênio com Rondonópolis... (VIRADA DE FITA) ...Ele quer fazer uma parte sua, o Ajax... Inclusive, em Poxoréo, serão assinados três convênios.

O SR. AJAX ALVES GOMES - Primeiramente, bom-dia a todos. Bom-dia aos assentados, aos meus amigos assentados do Município de Poxoréo. Muito obrigado por terem vindo prestigiar esta Audiência Pública.

E quero lhe parabenizar, Adão, Deputado, com todo respeito ao Cajango, que é meu amigo há muito tempo, mas eu acho que o Secretário tem que ter pulso, acima de tudo, e levar a legalidade das coisas. A senhora, como Prefeita de Dom Aquino, passa por isso, o Prefeito de Poxoréo passa, todo Prefeito passa. As ações... Na maioria das vezes, o INCRA vai lá com geólogo, enfim, com seus técnicos, mas, às vezes, não respeita o ponto de vista da Associação. Fazer um poço no assentamento é a mesma coisa que construir uma escola. O Município que constrói escola depois fica com um compromisso muito grande de bancar a estrutura da escola, porque ela é continuada. A mesma coisa é o poço. Fazer o poço é uma coisa.

No João de Barro, por exemplo, fizeram um poço, Deputado, em um local indevido, que sacrificou a população. Está lá o poço jorrando. Isso já foi comentário de imprensa. O nosso Prefeito foi achincalhado e tudo mais. Os assentados bateram... Batem no Prefeito. Só que a responsabilidade é do INCRA, do Cajango, do Leonel e companhia. Por quê? Porque a geóloga é a técnica que vai lá para ver, realmente, onde há a melhor viabilidade. O custo é problema do Governo. Por que ele escolheu aquele tipo de assentamento, aquela localidade? No João de Barro, hoje, tem dez famílias que se servem da água, mas tem vinte que vão ter que pagar energia porque essa água vai ter que subir serra e vai ser bombeada.

O assentamento Alminhas também não tem poço. Pontal de Areia não tem poço, o Tietê não tem poço, Dezessete de Março não tem poço, Santo Antônio da Aldeia também não tem poço. E como não tem poço, não tem estrada. E aí fica a Prefeitura com seus poucos recursos. A Senhora enfrenta isso, Prefeita? Seus poucos recursos para administrar estrada do INCRA, estrada do Estado. Enfim, põe todo seu aparato para atender despesa que não é do município.

E hoje nós temos uma defasagem na arrecadação muito grande. A arrecadação hoje caiu mais de 50%, tanto do FPM como do ICMS. E isso recai nas contas do Município. Aí fala que Prefeito é ladrão, que vereador é ladrão, que Secretário é ladrão. Não é nada disso. Não dá, principalmente no meu município que tem quatro Distritos. E a senhora conhece, porque a senhora é de Poxoréo. O seu primeiro filho nasceu em Poxoréo. O Dr. Muniz foi seu parturiente.

Então, é isso. Às vezes, o Secretário vem aqui, diz. Nós temos tudo isso, Deputado. Eu sei que o senhor é um baluarte nisso. Mas o Cajango me conhece e conhece os problemas. O Cajango não é de longe. Não, é daqui, do Cassununga, aqui de Guiratinga. Sofredor como nós.

Eu acho que você tem a grande responsabilidade de atender essa região porque isso vem rolando há cinco, seis, sete anos. E o nosso Prefeito, o Zé Carlos, vai lá e não sai. Agora, o Município não é mãe carinhosa para atender a tudo e a todos.

Eu compartilho com Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos, mas Município como Rondonópolis, como Pedra Preta, como Dom Aquino, da região Sul, nenhum é diferente do outros. Todos passam por dificuldades para atender às responsabilidades dos assentados de Mato Grosso. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Parabéns.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Eu quero colocar que, realmente, a situação é crítica. Vocês estão de parabéns. Eu só quero propor aqui sermos aliados nessa batalha.

O que eu quero sugerir é o seguinte: Vai sair agora o dinheiro para um poço no Carlos Marighela, no Município de Poxoréo; o Prefeito vai assinar convênio para rede de água do João de Barro, que é esse que o Secretário está falando e a estrada.

O que eu queria do Prefeito? Eu até liguei para o Prefeito. Eu até quero ter mais contato com você. O que eu quero do Prefeito é que ele nos ajude a fazer o projeto do Alminhas e do Santo Antônio da Aldeia, que são os dois lugares onde não foi furado poço artesiano em Poxoréo. Mas a sua cobrança está correta. E nós vamos lutar para o INCRA olhar para a nossa região. Você está correto. O que eu puder fazer, eu vou fazer.

Então, eu até liguei para o Prefeito e falei: Prefeito, vamos fazer os projetos, porque ano que vem será um ano curto. Esses convênios vão poder ser assinados somente até junho. Quem chegar primeiro, vai beber água limpa.

Então, eu queria sugerir que o pessoal apresentasse esse Projeto o quanto antes.

O SR. AJAX ALVES GOMES - O pessoal da FUNASA nos procurou, inclusive, muito rapidamente e não pediu nenhum telefone. Pediu por telefone, ontem, onde seriam localizados os poços.

O INCRA tem que ter a grande responsabilidade de reunir. Não ter o MTA, o MST, Associação, divergências internas que prejudiquem a população. A Associação tem que definir o seguinte: o poço vai ser aqui porque somos nós que vamos tomar a água. Somos nós que vamos ver isso. Custe o que custar. Por que colocou o pessoal lá? Então, coloca para o custo para baratear o preço e depois fica uma dificuldade, porque muda o Presidente do INCRA, o funcionário do INCRA mora em Cuiabá, muda o Prefeito. Só que o assentado não muda. Ele cria a sua família ali. Todos passam dificuldades por aquela dependência.

Então, tem que ter mais critério, mais responsabilidade, quando for construir, principalmente poço e estrada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Certo. Parabéns.

Eu quero aqui colocar essa questão. E acho que nós vamos ter que ser muito competentes ao fazermos os projetos. Nós temos que fazer os projetos. Eu estou feliz. Quando eu falo que estou feliz é porque os Secretários Municipais estão aqui. Ajudem-nos a acelerar esses projetos, através das empresas de geologia, quando o projeto estiver pronto. Eu fiquei muito orgulhoso ontem. Somente quatro municípios não estavam com os projetos bem feitos lá: Paranatinga, Guiratinga, Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada. Todos estavam com o projeto arrumadinho, bem feito. Foram muito elogiados os projetos, Secretário Ajax, de Poxoréo. O pessoal, os engenheiros do INCRA elogiaram muito o projeto de Poxoréo, do João de Barro e do Carlos Marighela. Então, nós ficamos felizes quando é elogiado. Porque quando é elogiado o dinheiro sai mais rápido, se resolve o problema.

Eu fico muito angustiado quando vejo a falta de apoio e infra-estrutura nos assentamentos. Eu estive esses dias no assentamento Beleza. Eu fiquei indignado com o assentamento Beleza, que é um assentamento do Município de Juscimeira, que não tem infra-estrutura nenhuma, não tem nada. Nós temos que resolver o problema desse assentamento.

Graças a Deus, nós estamos furando dois poços artesanais no Geraldo Pereira de Andrade, em Juscimeira. Furamos um poço no Tietê. Furamos dois poços no Márcio Pereira de Andrade. Furamos mais um, agora, no Padre Jozimo. Mas não é o suficiente. Eu quero pedir aos Secretários Municipais nos ajudarem a fazer os projetos, porque eu estou sentindo o seguinte... Eu me reuni esta semana com dez Prefeitos do Araguaia. A Dona Maria José estava na reunião. Sabem

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

o que eles falaram? Que eles vão se unir na AMM para serem os primeiros a entregar os projetos do INCRA para sair o dinheiro. A Dona Maria participou da reunião junto comigo, com os dez prefeitos do Araguaia. Estavam presentes os Prefeitos de Bom Jesus, de Serra Nova, de Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, São Félix do Araguaia. Todos estão se unindo para fazer os projetos na AMM. Então, eu quero aqui colocar que a região Sul tem, também, que fazer seu projeto e um projeto bem feito, porque assim eu terei força política para brigar pela nossa região.

Outra coisa que eu quero pedir, porque eu estou aqui elogiando vocês, só que eu acho que nós temos que fazer até mais...

Outra coisa que eu quero pedir aos Secretários Municipais que estão aqui é o seguinte. Programa Luz Para Todos... Poxoréo apresentou-me todo diagnóstico de onde falta o Programa Luz Para Todos. Poxoréo já me apresentou todo diagnóstico. Ficou bom e eu já protocolei na ELETRONORTE.

Eu quero colocar que fico triste, porque na outra audiência que fiz aqui vi o pessoal da Mata Grande, da região da Mata Grande, dezesseis municípios, reclamando que há vinte anos eles não têm eletrificação. Puxa vida! O pessoal está há vinte anos sem eletrificação. Agora, eu vi uma faixa aqui, do Assentamento Carimã. Levante a faixa aí. Vinte e quatro trabalhadores não receberam o Luz Para Todos. Quarenta e sete trabalhadores. E lá tem uma média de cento e cinquenta famílias.

Eu quero aqui pedir à Secretaria Municipal de Agricultura, Adão, para fazer um levantamento porque nós estamos assentando pontualmente. Você veja a relação do lote III e do lote IV. Rondonópolis está atendendo um pedido, dois pedidos, quatro pedidos. Em alguns lugares estão sendo todos atendidos. Mas é importante fazer um atendimento, porque não vai atender até o ano que vem. O programa é até 2008. Mas quem estiver com os pedidos e os projetos adiantados serão atendidos primeiro.

Então, é importante que a Secretaria Municipal de Agricultura faça os levantamentos, entregue na Rede CEMAT, para o Fernando Deluna, e me passe uma cópia para ajudarmos nesses projetos.

Agora, Adão Hipólito, eu estou pedindo isso para você, mas eu quero ver o orçamento da agricultura familiar. Não só cobrar. Nós temos que cobrar, eu falei isso para os prefeitos, mas criarmos um orçamento para a agricultura familiar também nos municípios. Além desse trabalho de energia, do Governo Federal.

É isso que eu vou fazer semana que vem. Ouviu, Valdir. Eu estou levando toda pauta do MTA, porque estivemos reunidos com o Governador e ele não atendeu. Eu estou levando semana que vem. Ele ficou chateado quando eu falei para o chefe de gabinete: Governador, o senhor não atendeu uma pauta. Ele ficou chateado. Ele falou... Eu falei: Olha, o senhor não é ouvido pela sua assessoria.

Então, eu irei semana que vem, dia 27. Eu quero até convidá-lo, representando o MTA, para participar desse protocolo novamente.

O SR. ORADOR (?) - O Zé, esse projeto do Carimã, a parte Luz no Campo, está todo com a CEMAT. Praticamente todos os projetos já levantados, 100% dos municípios onde tem demanda. E deverá vir o Presidente da ELETRONORTE, na semana que vem, ou na outra semana, eu acho que vai ficar para outra semana, para a inauguração que atenderá cento e quarenta famílias.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É um convite que eu fiz pessoalmente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. ORADOR (?) - Agora, por sinal, o Mauro Mendes, que assumiu a ELETRONORTE, é meu amigo de faculdade. Participamos da Diretoria do DCE da UFMT juntos. Então, é um amigo que tenho há mais de vinte anos e na inauguração aqui nós vamos puxar a orelha dele. Então, esses projetos do Carimã estão na CEMAT. Tem tudo lá. É uma questão de decisão política atender o município.

Outra coisa, o nosso orçamento, que é muito pequeno, mas que vai melhorar, é somente para agricultura familiar, Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu acho que não precisa nem ter outro orçamento. O orçamento da agricultura tem que ser para agricultura familiar. Para o resto não precisa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Depois você me passa qual é o orçamento do Município para a agricultura familiar para eu ter essa informação.

Eu vou passar a palavra. Mas eu quero colocar o seguinte: No dia 30, vai estar aqui, que foi um convite nosso, a Diretoria da ELETRONORTE para inaugurar a eletrificação rural do Banco da Terra Boa Esperança. Então, foi um convite meu. Eu quero que todos apresentem os pleitos da região que quero protocolar também. O Superintendente da ELETRONORTE passou o dia inteiro no meu gabinete anteontem. Eu, inclusive, estou cobrando dele a intensificação desse Projeto Luz Para Todos. É um projeto do Governo Lula muito melhor do que o do Fernando Henrique porque é gratuito. Nesse não tem problema de cobrar, de pagar. Com esse o trabalhador vai ter eletrificação sem pagar.

Eu passo a palavra agora. Eu quero que o pessoal tenha as perguntas. O PRONAF Recuperar vocês têm que saber porque precisam pegar esse dinheiro. Esse dinheiro é importante para o trabalhador.

Eu quero passar a palavra, agora, ao Sr. Carlos Alberto de Carvalho, Engenheiro Agrônomo, Assistente Técnico da agricultura familiar.

O SR. CARLOS ALBERTO DE CARVALHO - Primeiramente, eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Zé Carlos do Pátio; cumprimentar os presentes.

E quero dizer que há cerca de quatro meses eu estou como Engenheiro Agrônomo, trabalhando com assistência técnica para agricultura familiar na região de São José do Povo.

Eu acompanho essa luta da reforma agrária desde o início, desde meu tempo de estudante. Eu queria aqui parabenizar as ações do INCRA em prol da reforma agrária, em prol da agricultura familiar, das prefeituras, do Deputado Zé Carlos do Pátio, das entidades, dos movimentos, das Secretarias de Agricultura dos Municípios, do Estado. Mas eu quero fazer um alerta para vocês. Nesses três Municípios onde tenho trabalhado: em São José do Povo, em um assentamento de Rondonópolis e em um assentamento de Guiratinga, eu levantei uns diagnósticos propostos pelo INCRA e processei os dados. Eu cheguei a algumas conclusões que me preocuparam.

Primeira conclusão, a agricultura familiar está conseguindo uma produtividade em grãos, por exemplo, de pouco mais de um décimo do agronegócio. Enquanto o agronegócio está produzindo sessenta, setenta sacos de grãos por hectare, a agricultura familiar está produzindo cinco, dez sacos por hectare. É conforme o solo. E a agricultura familiar está trabalhando no solo, em sua grande parte solo de cultura. Só que nessas cem propriedades, mais ou menos, que eu passei, que eu pesquisei e processei os dados, eu cheguei a uma conclusão interessante: Nenhum produtor que eu pesquisei utilizou calcário na sua propriedade. Nenhum produtor utilizou qualquer tipo de adubo. Nenhum produtor conseguiu uma propriedade de mais de dez, doze sacos por hectare de grãos.

Se não atentarmos para a questão da produtividade, não adianta trabalharmos a agricultura familiar, não adianta trabalharmos a reforma agrária. Nós precisamos elevar a

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

produtividade. Se o grande produtor, que o Adão acabou de falar, com cem, cento e vinte sacos por hectare, está tendo dificuldades para pagar suas contas no Banco do Brasil, imaginem o pequeno produtor, com dez sacos. Parece-me que é preciso uma atenção maior do INCRA, da Secretaria do Governo do Estado, das Secretarias Municipais, quanto à necessidade de se tecnificar o pequeno produtor. Sem técnica nós vamos continuar produzindo uns dez sacos por hectare. Tem gente que eu visitei que dá vontade de chorar quando a pessoa fala. Quantos hectares de arroz o senhor plantou este ano? “Eu plantei três hectares”. Quanto o senhor colheu? “Cinco sacos”. Milho, quanto o senhor plantou? “Dois hectares”. Quanto colheu? “Doze balaios de milho”.

Nós não podemos sustentar uma multidão dessa na agricultura familiar com a reforma agrária, com tantos programas que se deslocam, com os quais o Governo Federal tem gastado, as Prefeituras, o Governo do Estado, etc, para termos uma produtividade dessa. Alguma coisa está errada. Eu acho que o que está errada é a assistência técnica. Nós precisamos ter mais atenção com a assistência técnica. Os técnicos têm que ganhar um salário digno para executarem sua função. Têm que ter transporte digno para trabalhar. Do jeito que as coisas estão indo é muito difícil.

Eu estive conversando com uma pessoa no INCRA, na semana passada, que me falou: “Olha, com esse salário que os técnicos estão recendo que o INCRA está encaminhando fica difícil até de cobrarmos deles, porque é muito pouco. As condições de trabalho são ruins”.

Então, eu quero pedir às autoridades presentes, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, aos Prefeitos, aos Secretários, ao pessoal do INCRA - estão lamentando não ter ninguém da Secretaria de Agricultura do Estado - darem um pouco de atenção para isso, para essa parte. Eu não quero... Por exemplo, na região que eu estou trabalhando eu tenho buscado parcerias, conversado com Prefeito, conversado com Secretário, conversado com a CONAB que compra o produto, conversado com o pessoal da EMPAER, com o Joaquim, eu conversei com ele há poucos dias sobre essa questão, conversado com muita gente, com os movimentos. E nós percebemos que essa atenção tão grande que precisa ser dada para a assistência técnica não está sendo dada não. Os produtores este ano vão continuar, pelo menos na minha região, plantando sem adubo, sem calcário, sem nada que possa levantar a produtividade.

Então, nesse ponto, eu quero propor uma coisa aqui. Que as autoridades que estão aqui presentes encaminhassem um documento, junto com todos aqui presentes, solicitando alguma ação nesse sentido para que comecemos da seguinte forma: Eu acho que se nós conseguirmos reunir o agrônomo que tem em Dom Aquino, na Secretaria de Agricultura, o Secretário; o Secretário de Rondonópolis, os Secretários dos outros municípios, um agrônomo da CONAB, um agrônomo da EMPAER, dois ou três, sei lá quantos que tiver, e fizéssemos aqui um mutirão de discussão de como melhorar tecnicamente a produtividade, nós acharíamos a saída. Que as empresas de assistência técnica que estão trabalhando nos assentamentos reunissem um representante de cada um desses que estão aí, que alguém puxasse essa reunião, que fosse o INCRA, que fosse a Secretaria de Agricultura do Estado, que fosse alguma prefeitura, que fosse o Deputado, quem fosse, que puxasse essa discussão, que os técnicos sentem neste fórum de debate e debatam na presença das lideranças dos movimentos a saída para melhorar a produtividade dos assentamentos, dos produtores da agricultura familiar. Se isso acontecer, eu tenho certeza absoluta que ainda nessa safra nós poderemos ter uma elevação da produtividade. Se isso não acontecer nós vamos continuar produzindo dez sacos, dois litros de leite por vaca e assim por diante. Tem gente na nossa região com gado leiteiro de padrão genético para produzir dez, quinze litros de leite. Porque quando saiu dinheiro para sair vaca de leite todos foram comprar uma vaca de quinze litros, de vinte litros. E o que aconteceu? Compraram, só que não estão conseguindo produzir isso. Sabem por quê? Por falta de orientação técnica, por falta

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

de alimentação para o gado. O gado está morrendo à míngua em muitos lugares nessa época da seca e o cara consegue tirar um litro de leite, dois litros de leite, três litros de leite de cada vaca.

Então, nós temos que resolver esse problema. Eu acho que esse é o problema mais grave que existe na agricultura familiar, que é a questão da elevação da produtividade. Eu gostaria de fazer essa proposta. Que alguém puxasse essa discussão, que reunisse os técnicos daqui a trinta dias, daqui a quinze dias, daqui a uma semana, aqui, ou em Dom Aquino, ou em Cuiabá, seja onde for, para podermos elevar a produtividade da região. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Está de parabéns. Eu acho que essa discussão é importante. E quero deixar claro que eu coloquei isso em uma Audiência Pública realizada em Confresa. Eu disse que o Leonel colocou que só de recurso federal que passou à EMPAER foram doze milhões de reais. Para a EMPAER. E nós estamos sentindo outra coisa que eu não posso negar e vou falar com o Governador. O Governador está deixando a desejar com a EMPAER. Ele está em uma situação. Não tem orçamento, não tem estrutura. O Governo do Estado não está dando o apoio que deveria dar à EMPAER.

Quanto a essa questão das empresas, eu concordo que é preciso de mais estrutura. Sim. Eu quero me colocar como parceiro à EMPAER, à Grupal, a outras empresas que estiverem aqui. Eu gostaria de pedir a vocês que me dêem o caminho do que eu posso fazer como Deputado Estadual, para interceder, para se rediscutir essa questão das empresas, tanto da EMPAER, quanto das empresas que estão fazendo linhas de financiamento. Realmente, é preciso de mais estrutura, de mais apoio. Na verdade, o trabalhador está pagando um preço caríssimo porque hoje eles não estão conseguindo se manter no sítio em detrimento de alguns encaminhamentos técnicos que precisam ser feitos.

Eu não sou agrônomo, mas eu vou dar um exemplo. Eu estive no assentamento Beleza e todos os procedimentos estão equivocados. Até os procedimentos estão equivocados e não é culpa de empresa, de nada. Os procedimentos estão todos equivocados. Por exemplo, colocar vaca leiteira no assentamento Beleza sem fazer uma correção de solo, sem fazer uma análise, sem fazer os encaminhamentos de infra-estrutura adequada, sem capineira, sem água, é difícil realmente sobreviver. No Beleza o pessoal está vendendo as vacas para sobreviver, porque, na verdade, as coisas estão encaminhadas de forma inversa.

Então, eu quero dizer que concordo com o Carlos Alberto. Só quero que me explique qual é o caminho para trabalharmos e ajudarmos vocês, tanto a EMPAER, como outras empresas. Agora, eu cobrei isso do Leonel e ele me disse que só para o Governo do Estado repassou doze milhões para a área de assistência técnica.

Aqui tem uma pergunta para o Cajango. Eu vou passar para ele responder, depois passarei a palavra para outro inscrito.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Estas perguntas que me chegaram não são fáceis, Deputado Zé Carlos. Mas eu vou tentar, pelo menos, ver se eu consigo dar uma luz para a pessoa que está perguntando.

“Queremos saber como acessar a linha de crédito para adquirir nossa terra para a Associação de Pequenos Produtores Rurais, Terra Jerusalém”.”

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu queria convidar para compor a Mesa, ele que coordena na Secretaria...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Essa de Jerusalém é o seguinte. A forma para obtenção de terra nós temos o sistema convencional, que é a desapropriação ou aquisição por parte do INCRA ou o Crédito Fundiário, que é o extinto Banco da Terra. Para as pessoas terem acesso ao Crédito Fundiário há necessidade de duas coisas...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só um momento, eu queria convidar o Amarildo para compor a Mesa. O Amarildo é quem cuida do Banco da Terra, do Crédito Fundiário.

Eu acho melhor ele, Cajango, responder.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Chegou na hora de responder.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou passar para ele.

O Amarildo... Aí que eu acho que há um erro...

O Amarildo (PAUSA). O Amarildo, eu não sabia, não está participando do Governo. Mas ele tem um conhecimento muito profundo sobre o Banco da Terra, sobre o Crédito Fundiário. Depois, do Cajango, eu vou passar a palavra para ele.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - O Crédito Fundiário é uma ação do nosso Ministério, do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Só que ele é ligado à Secretaria de Reforma Agrária, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do qual o INCRA faz parte. A Secretaria de Reforma Agrária e o INCRA, em uma família, digamos assim, são irmãos. Só que a Secretaria de Reforma Agrária cuida mais da parte do Crédito Fundiário e da política de reforma agrária.

Então, são necessárias duas coisas pela Associação: estar organizada. Pelo jeito a primeira já está correta. Já estão organizados em uma Associação de Produtores. A segunda fase é localizar uma fazenda com condições ideais para ser adquirida, elaborar um projeto, apresentar na Secretaria de Agricultura do Estado, que hoje responde pelo Crédito Fundiário e propor a compra da fazenda. Nesse projeto do Banco da Terra já consta o valor da infra-estrutura, o valor dos créditos, enfim, o quanto vão custar àquelas famílias para o Governo Federal. E fazer uma gestão. Vocês têm aqui o Zé Carlos, que pode encaminhar isso, cobrar do Secretário de Agricultura que encaminhe essa solicitação. Porque recurso não tem faltado. Está faltando é projeto com viabilidade que venha a dar condição. Eu acho que vocês estão corretos. Têm que brigar por isso. É preciso achar uma fazenda. Às vezes, os fazendeiros não gostam muito de vender para o Banco da Terra pela demora para o projeto tramitar até o fazendeiro receber. Porque, na verdade, não existe Banco da Terra. O Banco da Terra é o Banco do Brasil. É o Banco do Brasil quem financia. É por isso que tiraram o nome Banco da Terra. Hoje, chama-se Crédito Fundiário. Vocês vão sair dali proprietários, cada um com sua escritura, com direito de financiamento do PRONAF-A, com direito de receber a casa, a topografia, a estrada. Quer dizer, tudo está no valor do projeto. Então, o caminho é esse, vocês se organizarem - e já estão organizados -, acharem a fazenda e solicitarem a aquisição da área, Zé. Eu acho que o encaminhamento é esse.

Este aqui é da Associação Jerusalém. Então, na Secretaria tem um departamento que cuida somente disso. Vocês deverão ir lá para terem mais informações, porque apoio vocês têm do Zé Carlos, inclusive nosso. Se precisar, nós iremos juntos.

Outro aqui. Associação... Sr<sup>a</sup> Doraci Geremias dos Santos. “Como fazer para adquirir uma área através do INCRA?” Olha, esta situação é um pouco complicada porque hoje nós temos um número, quarenta mil inscritos pelo correio. Vinte mil cestas básicas estão sendo entregues. Então, hoje nós cancelamos aquela história de fazer cadastramento de área no INCRA. Cadastrar para não mostrar a terra não adianta. É preferível você cadastrar na hora de ir para terra. O que tem que fazer é lutar, porque a reforma agrária não sai sem a luta dos trabalhadores. Isso nunca aconteceu e nem vai acontecer, porque a reforma agrária é um jogo de forças. De um lado os proprietários, os grandes fazendeiros e do outro o movimento sem-terra. Quer dizer, se o camarada sentar em uma rede e ficar balançando eternamente, aguardando que o INCRA chegue lá e fale: acorde, senhor, nós vamos buscar a sua agora. O que está acontecendo são acampamentos e acampamentos na beira da estrada... (VIRADA DE FITA) ...porque ele ficar desgarrado de um

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

movimento é muito difícil. Pode até ser assentado, o que não significa dizer que o cara está ligado a um movimento para ser assentado. Isso seria até ruim eu dizer, mas quanto menos organizados os trabalhadores estiverem, mais difícil de conseguir vai ser. Então, essa é a luta. A reforma agrária não sai sem a luta do movimento dos trabalhadores, de jeito nenhum.

Adeli - a pergunta é mais ou menos idêntica àquela ali -, acampada, quer saber quantos anos ficarão debaixo de lona para adquirirem a terra. A quantidade de anos debaixo de lona vai depender de que área estão reivindicando, porque tem áreas que são mais fáceis e outras poderão ser mais difíceis. Vou dar só um exemplo aqui: nós fizemos uma proposta de um assentamento, em Jaciara, na Gleba Mestre, do Grupo Jaciara, numa terra que é da União. O INCRA criou um assentamento, e tem lá duzentas famílias na beira da estrada até hoje. A terra é da União, é nossa, o INCRA está com ela registrada em cartório, mas eu não tenho acesso. O INCRA está hoje no Supremo Tribunal Federal requisitando a área. Quer dizer, a luta aí passa a ser uma guerra jurídica, no campo jurídico.

Eu não posso dizer o dia em que se vai resolver o problema desse acampamento. Se tiver sendo objeto de uma área improdutiva, que o INCRA tem condições de desapropriar mais fácil, pode até ser mais rápido, mas, em média - está aqui o movimento social, o Valdir Correia, do MST, e alguns assentados sabem - em menos de quatro anos, eu nunca vi ninguém ser assentado aqui na região sul. Lá pelo norte pode até ser mais fácil, mas para cá a coisa está cada vez mais complicada. É em média de três a quatro anos. Não é isso Afonso? Se eu estiver errado, vocês puxam a minha orelha aqui. Tem gente acampada, e não sabemos nem quando é a previsão.

O acampamento é uma forma de pressão, de anomalia, mas, você estando acampado, ninguém sabe em que dia vai ter o desfecho disso. Pode ser rápido, assim como pode estar muito longe.

Qual o valor disponível do crédito fundiário para aquisição de imóvel? Então, nessa questão da quantidade de recurso não é... A questão de recurso para o Governo não tem sido muito problema. O problema, Deputado Zé Carlos do Pátio, é a elaboração dos projetos. Os projetos não chegam. Ele acabou de cobrar aqui dos prefeitos, dos secretários os projetos. Está faltando estrada, esta faltando água, está faltando não sei o quê. Tem projeto? Não tem. Sem projeto não libera dinheiro nem para a prefeitura, nem para a empresa, nem para ninguém. Então, tem que elaborar projeto.

Se fizerem projeto do crédito fundiário, vai ser analisado pela Secretaria, e a possibilidade de aquisição da terra é grande, porque com relação ao crédito fundiário, o Governo não está dando nada a ninguém. Está certo?

Vocês estão comprando a fazenda, o Governo está apenas avalizando esse projeto. Correto? Então a questão de recurso para o crédito fundiário depende de projeto. Não é que está faltando recurso, não; está faltando projeto.

O Sr. Macedônio quer saber quando que vai sair o assentamento do Mineirinho, lá em Itiquira. Não sei se é a fazenda Bica d'Água que ele está dizendo aí, mas lá tem uma guerra jurídica. O fazendeiro não aceita o INCRA entrar na área para vistoriar, mas o INCRA já entrou na justiça para ter acesso à fazenda e fazer a vistoria.

Então, a questão da reforma agrária não é muito fácil, porque se fosse fácil não teria ninguém sem terra, estaria todo mundo com terra, não teria acampamento. É uma demanda de luta entre os trabalhadores de um lado e os fazendeiros de outro.

Então, essa aqui - eu falei com o Correia ali - é a fazenda Bica d'Água. O INCRA entrou na justiça para ter acesso e vistoriar a fazenda, porque ele pode entrar na propriedade sem autorização do proprietário. Está na Constituição o direito de propriedade privada. O sistema

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

capitalista impõe que eu não posso entrar na sua casa nem na sua propriedade sem autorização sua, sob pena de passar dois anos sem fazer a vistoria na fazenda. Por exemplo: Achei sem terra lá dentro, fotografa. Olhe, Governo, tem gente invadindo a minha fazenda - mais dois anos sem fazer vistoria.

“Associação 17 de Março. Cajango, a regularização, documento de terceiro que está nos lotes, nos anos, como vão proceder esses moradores para legalizar seus documentos?”

Olhem, isso que ele está falando é um assunto que, na outra audiência pública, requerida pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, já tivemos problema aqui, que é aquela questão da retomada das vistorias. São as pessoas que foram lá, compraram os lotes nos assentamentos... Esse é um assunto difícil para se resolver, mas que eles existem, existem. Nós não podemos fingir que eles não existem. Então, o Governo implementou a chamada moralização nos assentamentos, porque as pessoas lutam por terra, lutam por terra. Quando você assenta o cidadão lá, paga a casa, o fomento, o PRONAF, o lote vende para o Chico fogueteiro, e aí fica difícil. Quer dizer, o camarada luta a vida inteira, e chega lá na frente ele se decepciona: “Ah, eu não queria isso, não era a terra que eu queria.” Ele pega e repassa o lote para frente. A pessoa que entra vai ter um problema para resolver.

Então, o INCRA vai ter que analisar caso a caso. Nesse caso específico do 17 de março, tem uns processos que estão comigo lá, pedindo a regularização. Os técnicos foram na área, fizeram os processos, cadastraram as famílias.

Eu pediria para vocês da Associação - não precisa marcar audiência que eu não tenho esse negócio de marcar e agendar nada - irem para analisarmos a relação de um por um, caso a caso, para verificar a situação. Se houver possibilidade de legalizar, gente, a besteira já foi feita. Se a pessoa que estiver lá dentro for cliente da reforma agrária, o sindicato concorda que ele fique lá, o padre concorda que ele fique lá, o Promotor concorda que ele fique lá, o Deputado concorda que ele fique lá! Eu que vou dizer que ele não pode ficar lá, se for cliente da reforma agrária?

Às vezes, esse processo de sucessão é até difícil de você resolver, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Eu falando aqui que retomada de lote é uma coisa complicada, e lá em Poxoréo a coisa está feia, lá no Mariguela, e em outras regiões aqui tem duzentas e oitenta ações do INCRA para colocar para fora quem comprou e vendeu lote de assentamento. Isso a gente não pode...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só queria te fazer um pedido sobre essa questão. Eu sou um político que sempre defendi a ética, mas uma coisa que eu queria te colocar é que muitos trabalhadores, quando o INCRA esteve lá para fazer a pergunta para eles, eles não souberam responder, são pessoas que têm uma desinformação.

Na última audiência pública que eu tive aqui, você viu um homem de 70 anos, com o rosto surrado, e ele falou: “Olha, eu não comprei a área. Eu estou ali, porque preciso da área”. Mas ele estava em uma das relações dos que seriam despejados.

Eu conheço você, Cajango, há muitos anos, e o que eu queria pedir, não pessoalmente, mas em forma de comunidade, quando eles se deslocarem para Cuiabá, que você os recebesse, os ajudasse e os orientasse lá dentro do INCRA. Não é fácil. Eu vejo esses trabalhadores como excluídos. O que é excluído?

Hoje, nós trouxemos aqui um jornalzinho meu, que distribuí aí, mostrando a orientação de todos os financiamentos do banco para o pequeno. Vocês podem pegar agora. A idéia era discutir o PRONAF Recuperar, que é um novo programa do Governo Lula. Só que eu até acho que nós temos de ser democráticos, e isso acaba desviando o debate, porque tem tantas coisas angustiadas nos trabalhadores que nós temos que acatar tudo. E uma das coisas que mais angustia o trabalhador é essa questão que está acontecendo aí.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Então, eu acho que é importante o INCRA receber com mais... Muitos não souberam se informar direito na hora que chegou o INCRA lá. E tudo cliente da reforma agrária, mas não soube se informar. Você que é uma pessoa habilidosa pode ajudar. Mas se você for lá na Procuradoria do INCRA, nos advogados, ninguém quer saber. Eles querem é cumprir a lei, e, talvez, através uma resposta infeliz, por desinformação de um trabalhador, ele perdeu a terra dele.

Então, eu quero colocar para você que, aqui, na região sul tem gente que não é cliente da reforma agrária e que está com terra do INCRA. Tem! E tem que tirar; o INCRA tem que tirar. Mas o trabalhador que é cliente, ele tem que ter... Coitado, já tem dificuldade de informação e eu queria muita compreensão de vocês nisso daí. Eu estou dizendo isso porque conheço o trabalhador, há muito tempo que convivo com ele, e acho importante você, inclusive, nos ajudar a fazer esse meio de campo de lá.

Eu acho que, na última vez em que estive aqui, naquela audiência pública, valeu. Eles deram uma reavaliada, uma parada, porque eles vinham iguais a um trator de esteira em cima dos trabalhadores aqui.

Mas eu sei que a coisa não está resolvida ou está mal resolvida. E ela vai ter que ser resolvida. Está mal resolvida a coisa. Eu não vou negar para vocês, não. Eles recuaram, mas estão querendo novamente. Então, tem que buscar uma solução para resolver esse problema.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Então, gente, essa questão de retomada de lote é uma questão mais, Deputado Zé Carlos do Pátio, tratada no campo político e jurídico.

Você ouviu, aquele dia aqui, que o Leonel falou que o camarada que vendeu uma casa aqui na cidade, que conseguiu comprar um lote lá no assentamento, no mínimo, ele furou uma fila desses 40 mil que estão inscritos aí aguardando terra. Quer dizer, em que pese ele ser cliente da reforma agrária, ele vendeu tudo o que tinha aqui e investiu lá. E agora? Então, tem que ser apreciado cada caso.

Lá em Poxoréu, Deputado Zé Carlos do Pátio, está mal resolvido. Parou, sabe por quê? Porque o INCRA não tinha dinheiro para alugar caminhão e policial para ajudar a evacuar a área, e agora parece que está retornando, parece que vai mexer com isso de novo. Quer dizer, então, está mal resolvido.

Tem que ter muita preocupação, gente, porque a reforma agrária, eu não gosto nem de tratar desse assunto, porque a minha função é assentar, doar créditos, fixar família na área. Quando fala que é compra e venda de lote, eu já não gosto nem mais de discutir esse assunto, mas a lei da reforma agrária é bem clara: Terra de reforma agrária não se pode arrendar, não se pode emprestar, tem que morar e explorar dignamente com a família. Essa que é a lógica da reforma agrária. Não adianta o cara falar assim: “Eu quero terra da reforma agrária”, mas vai ser empregado aqui em Rondonópolis. Então, ele fica empregado aqui e larga a terra para quem quer ir para a terra. Eu sempre falo que o camarada de reforma agrária não é minhoca, mas tem que ficar na terra, porque se o camarada tiver outras funções, não precisa da terra. E vamos ter problemas com ele.

Então, a nossa intenção é que o camarada fique, receba os créditos, infra-estrutura - vamos batalhar por isso agora -, mas questão de retomada de lotes existe.

Chegou mais uma outra pergunta aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu respondo?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não. Responde depois, porque eu vou passar para ...

Bem, aqui eu já expliquei, até para ser bem objetivo, para não dizer que não respondi, aqui faz uma pergunta sobre o João de Barros. Só falta agora fazer o convênio para assinar, o projeto está prontinho, bem feito, a respeito da rede de água, o reservatório e a estrada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Tem uma pergunta aqui, mas já está pronto, eu estive com o Prefeito lá no INCRA, já está pronto, só falta fazer o convênio.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Do João de Barro vai. Agora tem uma pergunta aqui sobre o convênio de estrada do Carlos Mariguela O que eu quero colocar é o seguinte: Eu não sei se o Carlos Mariguela, o convênio que está pronto é de uma água ou é da estrada, eu teria que falar com o Prefeito, porque nós estamos acompanhando para assinar. O Prefeito de Poxoréo vai assinar três convênios: um no Mariguela e dois no João de Barros, por enquanto.

Eu tenho que ter essa certeza, eu não posso passar uma informação, mas eu não sei se é estrada ou mais um poço-artesiano.

Eu só quero fazer uma pergunta... Essa aqui eu vou deixar para o Cajango. Mas eu queria uma pessoa aqui para usar uma palavra...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar que é justa a reivindicação, mas agora vai sair se Deus quiser. Eu estou falando, porque é uma questão que estou acompanhando lá. Se não sáísse, eu falava, porque sou muito honesto com o trabalhador. Quanto a esse o senhor pode ficar tranqüilo.

Agora, o Presidente me procurou aqui - o senhor falou que o Presidente não tinha falado comigo, mas ele falou antes da reunião.

Eu queria que o Amarildo falasse em três minutos sobre o Banco da Terra. Eu gostaria que você falasse para não ficar sem essa informação.

Gente, o Cajango falou a verdade, nós vamos devolver dinheiro para Brasília, porque não estamos fazendo projeto.

Mas tem uma pergunta aqui, Cajango, que eu quero que o Amarildo responda: Por que os projetos nossos, que vem para cá, todos são contrários? Tem um projeto que eu acho que lhe entreguei... Quero saber por que, em Rondonópolis, de toda a área que foi vistoriada pelo Banco Fundiário foi tirada uma análise da terra e esta foi reprovada, como Beroaba e Três Pontes? Nenhuma foi aprovada? Deputado, eu quero ouvir sua resposta no palanque.

Olhem, eu quero colocar que não sou eu que faço a parte técnica. Quem faz é a Secretaria Estadual de Agricultura. Inclusive, é um dinheiro do Governo Federal e quem administra é o Governo do Estado.

Agora, eu, sinceramente, estou assustado e concordo com essa pessoa que perguntou, porque vieram cinco projetos para cá, cinco, e todos foram rejeitados. Então, não adianta fazer projeto, porque serão rejeitados.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Adão disse que responde porque foi reprovado. Mas, depois, eu quero passar a palavra para o Amarildo.

O SR. ADÃO - Olhem, vocês sabem que a questão do crédito fundiário passa pelo Conselho Municipal, o qual eu presido, junto com várias entidades ligadas a agricultura e a agricultura familiar.

São trinta e um mil reais para comprar terra, mais nove mil reais para infraestrutura. E nós estamos reprovando. O Conselho obedece a orientação da câmara técnica. Nós não vamos fazer com que o trabalhador, no desespero de querer uma terra, compre uma terra ruim, porque ele vai depois “dar na nossa cabeça”.

Vamos fazer uma continha rápida aqui, porque nós já temos três vistorias que devem ser aprovadas de terras boas: Vamos colocar, aqui na periferia da cidade, dez mil alqueires de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

terra boa. Está começando a aparecer na faixa de trinta quilômetros da cidade. Dá para o trabalhador adquirir em torno de sete hectares com os trinta e um mil, uso intensivo da terra, senão, não vai funcionar. Tem que se usar toda área intensivamente, porque, senão, não tem viabilidade econômica.

Esse projeto citado é terra ruim, areia, cascalho, por isso que foi reprovada. Nós não somos irresponsáveis de estar aprovando terra ruim, mandar lá para a SEDER. O Gilson esteve aqui, andou em algumas áreas, e concorda com a câmara técnica. Às vezes, quem trabalhou, desesperadamente, quer pegar um pedaço de terra.

Só vai sair do Conselho para a SEDER, Deputado Zé Carlos do Pátio, terra boa que tiver viabilidade econômica. No caso aqui tem três áreas: duas vistoriadas que devem ser aprovadas, em que não tem problema de água, é terra boa. Parece que vistoriaram uma área boa aí pelos lados de São Lourenço - e, na semana passada, um proprietário procurou e disse que concorda com esse preço de dez -, próximo da Galiléia, uma pequena área, que é terra boa, e que eu conheço.

Então, tem que ser terra boa que você tem, em que você possa ir lá, em sete hectares, e tirar lá cem, duzentos litros de leite, fazer seu canavial, fazer seu pomar, e usar. Tem que ter viabilidade econômica, senão as pessoas vão para lá passar fome e depois fazer auditoria, como eu ouvi um ex-Vereador dizer esses dias que ia denunciar terras que foram adquiridas pelo crédito fundiário, no Governo passado, e que não deveria aprovar. Se for terra boa, se tiver viabilidade econômica, nós vamos aprovar. Ninguém quer estragar nada. Agora, o esquema é rigoroso de aprovação desses projetos. Tem punição para os técnicos que “pisar no tomate”. Então, há todo um critério.

Agora, o que eu acho que tem que mudar, Deputado Zé Carlos do Pátio, nesse seu papel e dos Deputados Federais, é que tem de ampliar o crédito, aumentar o recurso e dar uma modificada. Mas, principalmente, tem de aumentar o crédito. Há pouco recurso para comprar terras na região como a de Rondonópolis, que é de terras caras, embora a terra esteja abaixando um pouquinho. Então eu acho que tinha que flexibilizar um pouquinho para os grandes centros urbanos, que é onde tem mercado, porque numa região como a de Rondonópolis a terra está mais cara. Talvez lá em Alta Floresta seja viável, mas o mercado lá é mais restrito. Então, eu acho que tinha que flexibilizar um pouquinho para facilitar. A terra aqui está cara. Terra boa aqui, de cultura, com água, não tem por menos de dez mil. Eram quinze mil, esses dias, mas baixou um pouquinho. Por dez mil já está começando a dar mais viabilidade econômica. Aí vai dar para fazer alguns assentamentos.

Quando tem terra, nós caminhamos rápido: marcamos na agenda, vamos lá e vistoriamos. Nós temos vistoriado grande quantidade de áreas, de terras fracas, de terras ruins, que não servem para uso intensivo do solo, mas já está começando a aparecer. Com essa questão da economia estar um pouco retraída, baixou um pouquinho o preço e vai ser viável. Nosso colega vai colocar isso a vocês com mais propriedade.

Portanto, eu acho que tem que flexibilizar um pouco, pelo menos ao redor dos grandes centros urbanos. Eu acho que esse papel é importante e que você pode desempenhar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero...

O SR. PACHECO - Meu nome é Pacheco, de Guiratinga.

Eu fiz uma pesquisa a respeito disso aí: Chegou a ponto de sessenta mil reais e, pelo menos, três anos a carência, porque são dois anos e quarenta dias. Então, nós fizemos a pesquisa que chegou a sessenta mil reais e três anos de carência.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou passar a palavra para o Amarildo, porque ele trabalha nessa área. Ele já foi funcionário, cuidou dessa área do antigo Banco da Terra que agora é o crédito fundiário.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O que não pode é voltar dinheiro. Eu estou muito preocupado com esse negócio de voltar dinheiro, sendo que nós temos que assentar trabalhadores.

Eu vou passar a palavra para o Amarildo.

O SR AMARILDO -Bom-dia, Deputado Zé Carlos do Pátio! Bom-dia a toda Mesa aqui.

Para a pergunta do Sr. Pedro Silva, eu tenho uma avaliação um pouco diferente do Secretário ali, no que eu entendi do programa de crédito fundiário, Deputado. A participação do Conselho Municipal no processo está sendo feita de forma errada. E isso não é só aqui em Rondonópolis, não; é na maior parte do Estado, na maior parte do Estado. As pessoas não entenderam direito a capacitação que o Estado fez sobre o programa.

Aqui, em Rondonópolis, por exemplo, está acontecendo isso, Sr. Secretário: a avaliação de uma propriedade não pode ser feita sem saber o que se vai desenvolver na área. Quem vai desenvolver isso são as pessoas, são os beneficiários.

Então, a nossa empresa está fazendo o seguinte: Nós fazemos uma avaliação da propriedade, conversamos com os prováveis beneficiários, vemos o que eles querem fazer de processo produtivo. Aí, sim, o Conselho faria uma avaliação para ver se aquilo lá tem preço de mercado na região e se a proposta que está se fazendo em cima daquela propriedade é viável.

Eu não estou dizendo se está certo ou errado o Conselho; eu estou dizendo, e ajudei a construir essa proposta aí, que está tendo uma avaliação equivocada do Conselho. O Conselho está avaliando a questão da propriedade, sem saber o que vai se produzir. De repente, tem algumas áreas dessas aí que podem ser aproveitadas, que a intenção do beneficiário era outra e que até pode ser aproveitada. Eu tenho um pouco de medo de terra muito cara. Eu tenho um pouco de medo disso daí.

Nós estamos fazendo isso em Pedra Preta, em Itiquira e, inclusive, em áreas em que alguém foi lá e reprovou. Reprovaram a área; nós andamos na propriedade toda; e as pessoas interessadas gostaram mais da área que foi reprovada do que das outras que estavam se propondo. Em cima dessa área aí, estamos fazendo uma avaliação do que vai ser desenvolvido. Eu acho que um dos maiores empecilhos está sendo isso aí.

O Conselho Municipal está entendendo de forma equivocada. Essa é a minha avaliação, eu fiquei sabendo dessas avaliações aqui de Rondonópolis, mas na minha avaliação é isso. Nós temos olhado, primeiro, a propriedade; mas chamo os beneficiários para ver o que eles querem desenvolver. Só vai para o Conselho Municipal depois de definido o que vai ser produzido, quanto custa a área, e se é preço da região. Esse é o papel do Conselho Municipal. Depois disso, é Governo do Estado.

Nós temos cem milhões de reais só para o crédito fundiário este ano. E, se bobearmos, vai voltar realmente.

O SR PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar, Adão, primeiro, que gostei da palavra. O Adão não é Secretário, é Chefe de Departamento. Ele falou: “Olha, nós não vamos também adquirir terra ruim para o trabalhador”. Está correto. Mas talvez os critérios estejam sendo muito duros para fazer esses encaminhamentos.

Então tem que analisar bem, porque, realmente, tudo quanto é área na região sul é rejeitada para o crédito fundiário.

Mas uma coisa me deixa orgulhoso: Só agora, nós estamos desapropriando seis áreas de terras para o MTA - Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados, em Pedra Preta. Tudo “filé mignon”! É desapropriação do INCRA. Tudo “filé mignon”, tudo no Vale do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Jurigue, só terra preta, que é a fazenda Senzala, Furnas e Serra Formosa. Tem também a fazenda Bom Jesus e a Santa Sílvia. Enfim, eu estou muito orgulhoso.

Então, com isso, eu vou passar a palavra, agora, a um companheiro que, na minha opinião, é uma das maiores referências da luta do trabalhador. Um homem que já foi preso, que já lutou, nunca fugiu dos seus princípios éticos. É uma das maiores referências que eu tenho. O dia em que eu deixar a vida pública, eu levo comigo algumas referências - e aqui eu tenho várias referências, como a dona Maria José, que foi candidata, foi eleita, como a maioria das pessoas que estão aqui na Mesa. Praticamente todas têm luta pela terra, senão não estariam aqui hoje. Eu vou passar a palavra para o Valdir Correia, que é o representante do MTA.

Eu queria pedir para o MTA - e aí depois eu quero passar para a Pastoral da Terra, através do Afonso, que vem lutando pela primeira terra pública da União, para fazer alguns questionamentos...

Eu tenho uma reunião com o Governador na semana que vem e uma das pautas é o MTA. O Governador fez um compromisso de ajudar a infra-estrutura na região sul, e não cumpriu. O Valdir, inclusive ele esteve comigo nessa reunião com o Governador, não cumpriu. E eu falei para ele cumprir conosco a respeito dos trabalhadores.

Com a palavra, para uma questão de Ordem, o Secretário de Agricultura de Poxoréo, que quer fazer uma pergunta....

O SR. AJAX ALVES GOMES - Gostaria de fazer uma pergunta para o Amarildo.

Você trabalha na SEDER, é funcionário público do Banco da Terra ou do crédito fundiário, ou você tem uma empresa particular?

Vamos analisar por dois ângulos: primeiro, ele quer vender o peixe dele; segundo, eu acho que deve ser respeitada, acima de tudo, qualquer atividade. O Cajango falou isso, o Deputado Zé Carlos do Pátio falou isso, o Adão falou isso, e eu vou falar isso.

O Conselho de Desenvolvimento Rural Municipal é o elemento chave, porque agrega todas as entidades voltadas à agricultura: sindicato patronal, sindicato dos trabalhadores rurais, EMPAER, maçonaria, nossa escola agrícola, Prefeitura, Secretários e o Presidente.

Nós não podemos ser irresponsáveis, e muito menos os técnicos em relação ao valor da área e o que você vai colocar lá dentro. Você não pode escolher, primeiro, o que o produtor vai plantar; você tem que comprar na área de mercado; a atividade são os técnicos que vão fazer. Segundo, o valor venal da terra é uma coisa; o valor de comércio da área regional é outra. O cara procura saber no cartório onde recolhe o ITBI, quais são os procedimentos que o INCRA faz. Não é Cajango? Procura saber sobre as terras nos últimos dois anos que foram vendidas, para avaliar a fazenda que vai ser adquirida para a reforma agrária. Agora há pouco, aqui, o Carlos Alberto falou uma coisa de fundamental importância: o problema de qualidade de solo não é você colocar o assentando lá, virar as costas e de seis em seis meses fazer uma vistoria. Toda lavoura tem ciclo, qualquer atividade tem ciclo, seja na pecuária, seja na agricultura, acompanhamento técnico. No meu município, inclusive, quero reconhecer o trabalho incansável da EMPAER, na pessoa do Dr. Artur aqui. O Joaquim sabe disso. Ele é um grande parceiro nosso lá no município. Ele e o Denílson são parceiros, Deputado, porque nós trabalhamos em conjunto.

E aqui, eu quero dar um puxão de orelha naqueles que pegaram o assentamento do Pontal do Areia, João de Barro e Santo Antônio da Aldeia. Eu já estive em duas reuniões e, até hoje, ainda não foram no meu município conversar com o Secretário. Não que eu seja mais bonito que os outros, mas nós somos parceiros e, como parceiros, temos que estar integrados.

Esse Banco da Terra... Eu quero dizer que para você colocar o cara em um ou dois hectares no valor de trinta mil reais... Você está certo, companheiro, com trinta mil reais você não

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

compra terra boa. Não é para você colocar assentado irresponsavelmente. Ele tem que produzir, porque ele vai com a família dele ali e tem o ônus da terra.

Então, o Valdir está certo; o Adão e o Paulo estão certos.

Houve um caso conosco, em que um proprietário aqui de Rondonópolis estava assentando numa área do Município de Poxoréu uma comunidade de crentes, de religiosos. Por quê? Porque “Jesus” mandou que ele fizesse. Teria que ser aquela área que foi escolhida. Aí, fomos lá, andamos o dia inteiro, de trator, de caminhonete, fomos ver o manancial hídrico deles, a qualidade do solo, tudo, e eu falei: eu não assino, não sou técnico, não sou agrônomo, mas não sou bobo, e não podia ser responsável. Porque um dia eu deixo de ser Secretário, o município fica, e a minha história vai ser mal contada. Chamei três agrônomos; reuni o Conselho; reprovaram o rapaz; e ele ficou bravo. Só que ele estava agindo com irresponsabilidade, levando famílias para padecerem. Nós temos assistido muito... (VIRADA DE FITA) ...o senhor que é um baluarte do nosso município, eu acho que nós temos que ser, acima de tudo, francos.

Aqui não é uma lavagem de roupa suja, mas nós temos que defender a nossa bandeira, como a prefeita também para que não ajamos com irresponsabilidade. É para isso que o Prefeito nos delega poderes, para agirmos na nossa pasta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou passar a palavra para o Valdir para ele fazer as suas colocações.

Depois o Joaquim pediu a palavra, pela Ordem, e eu vou passar.

O SR. VALDIR CORREA - Primeiramente eu gostaria de agradecer a todos os companheiros e companheiras que estão aqui dos assentamentos, pessoas lutadoras, batalhadoras pela reforma agrária, que para nós continua ainda como um sonho.

Colocamos para as pessoas que estão na mesa, que têm seus entendimentos maiores, até porque tiveram mais oportunidade de estudar, mais conhecimentos, que são as pessoas que têm a direção política, no caso, no seu cargo que ocupa no dia a dia.

Eu gostaria de dizer que nós estamos numa discussão em que muitas vezes não sabemos a língua que estamos falando aqui. Nós temos dificuldades de entender a linguagem no dito geral.

Eu vou dizer, Deputado, que eu tenho uma coisa comigo, que é ser fiel comigo e com meus companheiros e com todos aqueles que estão no mesmo barco da luta do dia a dia.

E eu vejo aqui companheiros antigos nessa luta, inclusive o Pedro, do Sindicato de Jaciara, várias batalhas que temos feito juntos pela reforma agrária, e não temos encontrado.

Essa discussão recente agora aqui está desviando o assunto da reforma agrária, desviando. Nós estamos discutindo um projeto do Banco Mundial para substituir a reforma agrária, isso é uma vergonha, porque nós somos carentes.

O Banco Mundial está determinando. Banco da Terra e Crédito Fundiário são projetos do Banco Mundial. Não são projetos do Brasil, não.

É uma vergonha para nós! Eu me sinto envergonhado, porque nós, enquanto brasileiros, continuamos reféns do Banco Mundial.

Por quê? Isso é uma vergonha para nós. Enquanto secretários, enquanto técnicos ficam brigando, se batendo para dizer: “Essa serve. Essa não serve...” O problema não está aqui, se serve, se não serve, ou deixa de servir. O problema é que o Governo Federal deixou a bandeira da reforma agrária de lado.

Se fazer reforma agrária não precisa discutir se 100 milhões, se 200 milhões, se volta ou deixa de voltar. Precisa o INCRA...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O Governo Federal tem a Constituição Federal e tem 28 alternativas para conseguir terras. A lei garante, mas é muito mais fácil - e se tiver um projeto do Banco Mundial - a especulação da terra, do que chegar, enfrentar o problema e cumprir a lei.

É muito mais fácil, muitas vezes, essas pessoas que não têm compromisso com o povo, com o humilde, fazer isso, porque esse sistema de reforma agrária para nós, Deputado Zé Carlos do Pátio, não serve. Não serve de jeito nenhum. É só pegar a realidade que está aí. É o melhor exemplo da vida, o dia a dia.

Eu vejo o Conselho brigando no dia a dia lá, gastando um tempão para discutir sobre a questão do crédito fundiário, sendo que poderia estar discutindo coisas muito mais importantes de desenvolvimento para o trabalhador. Então, eu fico preocupado.

Mais uma vez me sinto muito preocupado ainda com os nossos conhecimentos que parecem muito limitados, porque eu acho que nós sabemos fazer matemática - e é bem claro. Os assentados que conseguiram suas terras através da desapropriação hoje estão com dificuldade de permanência em cima da terra, porque não conseguem a sobrevivência, porque nós não temos uma política de agricultura familiar. Temos muita gente que fala nela, mas uma política de agricultura familiar não existe no país ainda, só existem linhas gerais.

Eu entro nas portarias do Ministério de Desenvolvimento Agrário e lá eu vejo o PRONAF Recuperação como linhas gerais que ainda tem pendências, definições, qual a decisão que vai tomar, se vai seguir a mesma normativa do PRONAF A, como é que vai ser e tal. Então, nós estamos olhando, estamos estudando, tivemos contato com o pessoal de Brasília.

Nós vamos sair desta audiência empolgados, dizendo: agora tem o PRONAF Recuperação. Mas quando chegamos lá na ponta final, vamos dizer: Não, não podemos pegar o PRONAF Recuperação porque estamos inadimplentes com o Banco do Brasil, porque não damos conta de pagar o custeio. E aí o Governo fala: “Eu fiz a minha parte. Vocês não puderam pegar por quê? Foi por problema de vocês.”

Agora os grandes produtores, não. O Banco vai lá, faz securitização por 25 anos para pagar e pega mais um, dois milhões de crédito.

Então, Cajango, eu acho que tinha que discutir com os nossos companheiros na época em que foram os projetos de custeio e tal, muitas vezes as pessoas não tiveram assistência técnica e a assistência técnica que o INCRA está dando hoje é de precariedade, inclusive tem um convênio todo atrasado. Faz mais de 30 dias que o INCRA não paga o convênio como deveria ser pago. Os técnicos estão trabalhando ainda por amor à causa, porque o recurso que veio do convênio que o INCRA fez já terminou e o INCRA não sabe quando vem o próximo recurso. Você vai em Cuiabá eles falam: “Não, Brasília.”

Agora tem um encontro lá em Belém do Pará para discutir se o convênio é bonito, feio ou horrível para tomar uma decisão.

Eu acho que quando o Governo faz qualquer coisa tem que saber o que está fazendo. O Governo está perdido, está sem rumo.

Então, o PRONAF Recuperação, o Cajango está discutindo, eu acho que a grande discussão dessa reunião hoje, dessa audiência pública é o PRONAF Recuperação. E com o PRONAF Recuperação não podemos cometer os mesmo erros do passado.

Eu acho que nós temos que começar de uma vez a pensar na terra mesmo, porque a terra é a grande saída e recuperar a terra, recuperar o solo, repor o solo novamente para que comece a produzir de novo. Além de tudo, nós não devemos pensar no assentamento, nós temos que pensar do assentamento para fora, porque eu nunca vi no meu tempo de produtor rural, no período da seca, o leite abaixar e o leite abaixou.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O leite abaixou, mais ou menos, em torno de R\$0,10, D. Maria. A pessoa que tirava 50 litros de leite, abaixou nos dois lados, baixou na produtividade e abaixou no preço, foi para R\$0,38 centavos um litro de leite. Estamos entregando aqui por R\$0,38 centavos um litro de leite. Então, vem a interrogação: arruma o dinheiro, compra as vacas e não tem comercialização do produto.

Então, eu acho que os secretários de agricultura que aqui estão, mais os prefeitos e a CONAB têm que começar a pensar a questão da comercialização, porque enquanto acharmos que o agronegócio é bom... Nós não podemos fazer uma relação da agricultura familiar com o agronegócio, porque o agronegócio recebeu milhões e milhões para ser injetado para chegar na situação que está hoje e tem as melhores tecnologias. Enquanto o trabalhador está com a enxada, o agronegócio está com o trator mais moderno do mundo na verdade. Então, não tem nem como fazer essa comparação no dia a dia.

Nós estamos, na verdade, ainda dependendo de uma ação do Governo. Antigamente o trabalhador rural vivia como o índio, vivia da terra. Hoje, não. O trabalhador depende também da economia da cidade, porque se não tiver essa integração com a cidade, da comercialização do produto, o pequeno agricultor está condenado a sumir do cenário. E a cada dia está diminuindo. Há algum tempo era 21%, hoje é 15%, daqui a alguns dias... O plano do FMI é chegar a 8% somente da população no campo, o resto todo na cidade, nas periferias, encostados nos cantos, porque é muito mais fácil ser dominado.

Então, esse projeto que aí está não serve para nós e o remendo não resolve nosso problema.

Eu gostaria de falar também, Deputado, acho que o senhor tem feito essa batalha para nós lá em Brasília, enquanto Cuiabá, os municípios... Se nós tivéssemos cinco Deputados iguais ao Deputado Zé Carlos do Pátio, a realidade da reforma agrária em Mato Grosso seria outra, porque, dos 24, o único que encampou essa luta pela reforma agrária e se identificou com a luta foi o Deputado Zé Carlos do Pátio. O único que temos visto que não tem medido esforços para estar conosco em todos os momentos, porque, muitas vezes, o político tem seu grupo e acha feio, não sendo período eleitoral, estar do lado do trabalhador e defender o trabalhador, porque a cara do trabalhador, muitas vezes, é feia. Então, essas pessoas se sentem até distantes.

Eu gostaria dizer em relação à questão dos nossos assentamentos, Cajango, que nós aqui na região, quase todos os assentamentos, recebemos um projeto para cavar um poço artesiano. Nós só temos dois poços artesanais funcionando e ainda meio precário, um no PA São Francisco e outro no PA Primavera. Poço de R\$230 mil reais, conveniado com o 9º BEC. Lá no PA Olga Benário não está atendendo a comunidade, no Geraldo Pereira de Andrade o poço não supriu a necessidade com a capacidade de água e também não está atendendo a comunidade, no Padre Josino também não está atendendo a comunidade, o poço é precário. O INCRA foi uma vez lá e disse: "Vai cavar o poço aqui." E virou as costas. A empreiteira fez o que quis, não teve uma fiscalização.

Então, dessa forma, o dinheiro que está vindo para cavar o poço está indo para o ralo. A empreiteira está fazendo do jeito que quer, não tem um acompanhamento, não tem um estudo.

No Dom Osório, a maior vergonha que eu sinto hoje é o que está acontecendo no Dom Osório, o poço veio para o assentamento e uma ou duas pessoas atrapalham para que esse poço seja furado. As famílias lá estão pedindo água para a prefeitura, caminhão-pipa para levar água para o assentamento, porque não tem água.

O Assentamento Canudo, dois poços artesanais, sendo que um só resolveria o problema do assentamento, porque o INCRA não teve pulso para chegar e fazer a coisa certa, fazer a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

coisa séria. Então, o INCRA é uma instituição no país que está falida, que tem que reavivar novamente, porque senão vai continuar sempre propagandeador da coisa e nada acontece, porque, muitas vezes, nós temos vergonha de dizer que o INCRA em Mato Grosso ainda está pensando em fazer reforma agrária, porque quando nós vamos a Brasília dizem o seguinte: “O pior INCRA do Brasil é o de Mato Grosso”. O pior INCRA. Foi o melhor, já liderou como primeiro colocado de assentamento no Brasil e hoje é um dos piores. Por quê? Por causa da politicagem, por causa da sacanagem que lá está acontecendo.

Então, Deputado, nós acharíamos que a reforma agrária teria que começar a acontecer neste Estado. Não é porque o Governador é o maior produtor de soja que o INCRA tem que ficar com medo de fazer reforma agrária no Estado. Não é porque aqui é o Estado, como colocado, que produz mais grãos, que falta pão, que o INCRA tem que ficar tímido em suas ações.

Acho que o Governo Federal tem que começar a trabalhar. No dia que eu vi o Lula, quando veio aqui em Rondonópolis, e pegou na mão do Blairo e ele e o Blairo iriam construir a Transamazônica, para mim, o Lula acabou, porque um projeto desse para nós não serve.

Nós temos que ter projeto para o trabalhador. Hoje tem que se pensar em agricultura familiar de formas diferentes.

Nós estamos envergonhados com o tipo de atitude que está acontecendo em Brasília, da corrupção que está acontecendo no dia a dia. Isso é um absurdo! Enquanto nós trabalhadores estamos aqui padecendo por falta de um copo d’água, lá eles têm malas dinheiro. É um absurdo!

Então, eu gostaria que as autoridades, quem está aqui na frente, que tem um cargo de responsabilidade comece repensar e olhar de forma diferente o trabalhador. Porque muitas vezes é bem mais fácil o Leonel falar como ele fala lá, que nos assentamentos têm muitos trambiqueiros, que tem pessoas que vendem o lote, mas também tem pessoas boas.

Enquanto o INCRA não olhar diferente para os nossos assentamentos vai continuar a bagunça que aí está. Tem que ser olhado como assentado, como pessoa humilde, como pessoa lutadora, porque, se alguém faltar com a sua parte, não pode cobrar do outro lado. O que está acontecendo hoje é isso.

Eu gostaria de pedir, mais uma vez, companheiros e aqui todo mundo ouviu o que o INCRA falou sobre o PRONAF Recuperação. Quem tem sua assistência técnica, procure seus técnicos, o mais rápido possível. Se tiver tudo em dia no Banco do Brasil, vamos fazer os projetos e vamos levar para o INCRA, vamos entregar para o Cajango. Vamos fazer dois, três mil projetos e vamos entregar lá. Se não sair, nós sabemos o rumo de Cuiabá e vamos para Cuiabá, porque, muitas vezes, as coisas começam aqui, mas a decisão acontece lá.

Então, mais uma vez está o PRONAF Recuperação, que é um crédito que não é dado, não é um presente, mas é um direito nosso, é um programa que o Governo fez e nós temos que entrar e fazer com que isso se torne realidade.

Então, companheiros e companheiras, nós temos que começar a refletir muito mais - muito mais -, porque a reforma agrária é uma bandeira de luta de transformação social. Todos os países que quiseram desenvolver socialmente fizeram sua reforma agrária. Até os Estados Unidos fizeram sua reforma agrária.

E o Brasil até hoje não fez sua reforma agrária como deveria ser feita. Esse tipo de reforma agrária para nós aqui não serve. Muitas vezes nós acabamos pensando e sonhando que as coisas estão melhorando, mas a cada dia que passa percebemos que nós estamos ainda muito mais retardando uma coisa que poderia ser realidade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Eu gostaria de pedir a todos os técnicos que aqui estão, todos os companheiros técnicos para que levantemos essa bandeira da agricultura familiar. Faz-se a transformação lá no assentamento, lá na pequena propriedade. Muitas vezes não são nos escritórios, mas lá que se faz a transformação.

Eu acho que a EMPAER, todos que têm essa responsabilidade, têm o conhecimento técnico não se limitem para repassar aos demais companheiros que estão carentes lá no dia a dia. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Valdir, você está convidado a participar da audiência com o Governador no dia 27, eu tenho uma audiência às 14:00 horas com o Governador, onde uma das pautas é o MTA e nós vamos entregar o ofício. Ele se assustou. Eu falei para ele: Governador, sua assessoria não lhe ouve, porque nada, de toda aquela pauta de reivindicações dos assentamentos, foi atendido. Está sendo atendida até agora pelo INCRA, mas o INTERMAT não atendeu nada, a Secretaria Estadual não atendeu nada.

Então, está marcada uma audiência para discutir a Universidade Federal de Rondonópolis e eu introduzi na pauta o MTA também.

Eu vou passar a palavra agora para a Dona Maria José.

Joaquim, vocês está inscrito, eu vou passar agora mesmo, pode ficar tranqüilo.

Eu quero colocar que depois do almoço nós vamos abrir novamente, porque tem duas palestras aqui importantíssimas, do Nino Diloreto, que é do INTERMAT, e do Sr. Ovídio da Costa Miranda, que é Superintendente da CONAB.

A CONAB, quem me ensinou o que é CONAB foram o Valdir e o Afonso, da Pastoral da Terra. Eu não sabia da força da CONAB. Eles é que estão me dando aula de reforma agrária.

A CONAB tem muita força e nós queremos saber como utilizar essa força. Nem eu estou sabendo direito, porque eu também estou aprendendo a fazer reforma agrária. Aqui nós somos todos iguais.

Eu quero que todos fiquem aqui, porque nós temos que saber o papel da CONAB. A CONAB ajuda a comercializar o nosso produto e nós não sabemos o seu papel.

Se ela está cumprindo, ou não, seu papel, é outra discussão, mas ela tem um papel importante e nós temos que estar discutindo o papel da CONAB aqui.

Fico muito feliz por estarem aqui o INTERMAT e a CONAB.

Vou passar a palavra para a Prefeita de São José do Povo, Dona Maria José, aliás, de Dom Aquino.

Desculpe-me, Dona Maria José, minha irmã, uma mãe para mim.

Mas depois nós vamos conversar sobre São José do Povo também, porque estamos com muitos problemas lá e precisamos ajudar São José do Povo com alguns encaminhamentos lá, vários assentamentos que precisam ser discutidos.

Com a palavra, Dona Maria José.

A SR<sup>a</sup> MARIA JOSÉ - O Prefeito de São José do Povo está no nosso coração, porque é da nossa região. Então, foi muito viável sua colocação.

Nós estamos aqui com a mesa composta pelo Deputado, pela EMPAER, os Secretários e eu quero fazer um pequeno histórico, começando por uma história que nós tivemos a oportunidade de participar na outra audiência em que o grito dos assentados era a água.

Quero dizer para os senhores que nós já tivemos duas reuniões aqui em Rondonópolis, na Prefeitura, com os Prefeitos aqui da região, de Primavera do Leste, Poxoréo, Dom Aquino e todos os municípios, num número de 19.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Nessas reuniões a minha defesa sempre foi a água. Daquela data em que estivemos aqui eu nunca deixei de defender a água.

E nós tivemos uma reunião na quarta-feira com os Prefeitos, inclusive estava o Prefeito de Rondonópolis, o Sachetti, essa reunião foi marcada em virtude de uma que nós tivemos aqui no dia 29 passado, onde ficou decidido que cada município faria um relatório e mandaria para que fosse montado um único documento, que nós levaríamos no dia 14 na Assembléia Legislativa, e na mesma data, uma reunião com o Governador.

Lá em Dom Aquino nos reunimos. Está ali o meu Secretário de Agricultura, o Pascoal, da EMPAER, pessoa muito eficiente e tem conhecimento de causa. Reunimos o sindicato, reunimos funcionários da prefeitura, reunimos o INDEA, fizemos um documento e encaminhamos aqui para Rondonópolis. O prazo seria o dia 09, porque desse documento do dia 09 e eu acho que todos os Prefeitos entregaram sairia uma pauta, então, para as conversações com o Presidente da Assembléia e com o Governador do Estado.

Nós fomos à Assembléia, infelizmente, era um número muito pequeno de prefeitos, mas valeu a pena.

Lá foi colocado pelo Prefeito de Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde, onde predomina mais a soja, eles falaram e a defesa do pequeno eu fiz, mas eles também e o documento constava tudo. Não é que eles estão contra o pequeno. Eles também fizeram a defesa.

Dom Aquino também tem um pouco de soja, que vem para o nosso município e a discussão era a seguinte: a preocupação que está aí com o pequeno.

Eu, quando terminei de fazer as minhas colocações referentes a Dom Aquino e aos pequenos municípios, onde têm um número maior de pequenos produtores, o Deputado Silval Barbosa fechou muito bem a questão, que é o nosso companheiro Presidente da Assembléia. Dali nós fomos para o Governo.

O Adão está presente, ou saiu? O Governo muito bem colocou, porque lá, através da fala do Prefeito de Rondonópolis e da minha fala, que novamente foi diferente, por ser o pequeno, ele deixou, Deputado Zé Carlos do Pátio, isso fica registrado, vocês podem cobrar dele nessa data, ele disse que vai dar uma atenção especial para o sul, porque foi cobrado do Prefeito de Rondonópolis e naquele momento ele estava com a palavra e fez a cobrança. Ele disse que vai dar essa prioridade. Ele ainda disse para o Cidinho, que é o Presidente da AMM: “Cidinho, o nortão, nós vamos deixar, porque nós vamos olhar as questões aqui”.

E lá a minha defesa novamente, no gabinete do Governador, foi a água. A água é um caso.

Os assentamentos sem água, pergunto para os senhores, vai ter comida? Sem comida vai ter saúde? Sem saúde vai ter educação? Não. Nós precisamos de água. Água nos assentamentos.

Nós temos o Zumbi dos Palmares há 09 anos e não tem água. Eu sempre agradeço muito a boa vontade do Secretário, que não tem deixado a desejar, mandando um trator no Zumbi dos Palmares levar água para beber. E nós estamos hoje com o nosso pedido do poço, inclusive alguém ligou anteontem para o Pascoal dizendo da quantia pedida e o porquê. Porque os poços na nossa região são muito profundos e nós precisamos da rede também. E nós, na fala aqui do Ajax, não temos condições, as Prefeituras são pobres, não têm arrecadação. De que adianta furar o poço e não trazer a distribuição de água? Foi o que eu ouvi aqui numa reunião passada.

Quando foi colocado pelo Adão, parece que tem um poço que tem a distribuição de água e agora estão brigando pelo lugar do poço. Fica difícil!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Então, nós queremos o poço, eu não vou pedir só para Dom Aquino, mas vou pedir para todos os assentamentos aqui da nossa região sul, poço e rede. Nós precisamos que isso aconteça, porque senão não há meios para melhorar.

Nós tivemos uma discussão muito grande também por dois dias, na quinta-feira e na sexta-feira, com a presença do Governador, quando estávamos naquele trabalho da Conferência das Cidades. Deputado Zé Carlos do Pátio, como Conferência das Cidades, como melhorar a cidade?

Quero dizer, Ajax, que o nosso grupo defendeu isso. Essa nossa proposta foi votada para levar a Brasília.

Nós não podemos pensar numa conferência de uma bela cidade, se lá não vieram os produtos da zona rural. Então, nós precisamos, sim, desse trabalho.

Era isso o que eu gostaria de estar colocando.

Eu vi ali, bonita a frase da turma, do grupo da Terra de Jerusalém, que estão ali reivindicando a terra e o pão para os seus filhos e também o Carimã, que está reivindicando a luz. Isso é importante. Eu acho que isso é trabalhar.

Então, precisamos, mais uma vez, dizer que quando foi falado aqui do crédito fundiário, Dom Aquino também tem uma área muito boa para que possamos assentar num pedaço de terra, no mínimo ali, 25 famílias.

Fica aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, mais uma vez os nossos agradecimentos por esta oportunidade de trabalho, porque eu quero trabalhar. E eu quero deixar bem claro para os senhores - eu já falei para o Deputado Zé Carlos do Pátio - que eu quero terminar esse meu mandato, como um mandato em que eu possa mostrar um trabalho digno e honesto, porque nós mulheres temos que cuidar muito. Viram o arrebeta dos homens em Brasília, até agora não apareceu nenhuma mulher ali sendo julgada.

Não sou candidata a Deputada, a nada mais, nem a Vereadora, Ajax, não quero mais, vou encerrar o meu mandato e vou trabalhar para os companheiros que trabalharem defendendo principalmente os pequenos. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou passar a palavra agora aos trabalhadores que estão inscritos.

Quero registrar as presenças do Sr. Gervásio Pereira de Souza, representante da companheira Mariúva Valentin; do Assentamento Wilson Medeiros, José Roberto da Silva; do Geraldo Pereira de Andrade, Mauro Vektorino de Jesus, do Assentamento Antônio Tavares, de Pedra Preta, Alice Alves Novaes; da Associação Pantanal São José do Povo, Cosme Souza; da Associação Santa Lúcia, Rondonópolis, Antônio Alves, do Toninho da Cascata, Catarina Dias, do Presidente do Bairro Birigui, do Presidente do Bairro Maracanã, Sr<sup>a</sup> Elizabeth.

Também quero registrar a presença, que não foi colocado aqui pelo cerimonial, do Chico Fogueteiro, que representa a Gleba Selva de Pedra.

Com a palavra, o Chico Fogueteiro.

A SR<sup>a</sup> MARIA JOSÉ - Um minutinho.

Um outro pedido também, Deputado, para a mesa toda ficar ciente. O Assentamento Chico Mendes também não tem água e o povo conclama muito, está pedindo... (VIRADA DE FITA.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Chico Fogueteiro.

O SR. CHICO FOGUETEIRO - Bom-dia!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

A pergunta que eu quero fazer seria mais para o Cajango. Aliás, a primeira é para o Deputado Zé Carlos do Pátio.

Você se lembra de quando mandaram uma assessoria da GRUPAL para fazer uns projetos de financiamentos para os pequenos produtores rurais? Então, estive por lá, na nossa associação...

Nós fizemos essa reunião lá, na segunda-feira, com um número limitado de pessoas. Foi aprovado o financiamento. Vocês têm conhecimento disso. E, depois, quando chegou para assinar a carta de aptidão, a EMPAER rejeitou, conforme as declarações do Cajango, da pessoa não ser assentada, de que não teria esse direito. Mas o que acontece? Acontece que o justo pagou pelo pecador. Porque, devido uma vistoria do INCRA que promete, há três anos, fazer essa vistoria lá e nunca vai, teve crédito para essas pessoas, vieram os cartões e retornaram porque não estavam mais acreditando que o dinheiro viria.

E o Afonso... Afonso, não, o outro, tem conhecimento disso, porque eu reclamei isso aí, levei a relação de quem teria sido aprovado no Banco do Brasil. O dinheiro veio aqui e voltou. Agora, o que aconteceu? Depois de muito tempo que esse pessoal está lá dentro, tem gente que está há 15 anos morando lá dentro, eu descobri - estive em Cuiabá conversando com a Deiva - que a pessoa é uma assentada, está lá dentro assentada e não teve direito ao dinheiro.

Quer dizer, está padecendo há 15, 16 anos por falta de agilidade, de mais rapidez do INCRA. Porque o cara está sofrendo e não sabia que era um assentado pelo INCRA. Está lá dentro e teve seu crédito cortado pela EMPAER. Há dias, anos, sem ter direito... A pessoa está aqui.

Agora começou a montar o mesmo processo dele, e o que acontece? Agora, a morosidade é por parte da EMPAER. Por quê? Porque o Mozer estava de férias. Quando um entra de férias, o outro chega. E aí, até hoje, o cara vai perder esse financiamento por causa dessa morosidade da EMPAER.

Segundo, quem fica como mentiroso é a pessoa que vai em Cuiabá fazer esses tipos de pergunta lá para o INCRA, de reivindicação. Porque o Cajango é prova. E só quero que ele me responda isso, de quantas e quantas vezes eu estive em Cuiabá. Estive no gabinete do Deputado Zé Carlos do Pátio, também, pedindo essa ajuda, porque tem pessoa que está com quinze anos morando lá dentro e nem sequer sabia que era assentado. Quer dizer, falta de quê? Falta do INCRA falar: fulano, fulano, fulano, ciclano, é assentado. Agora que eu levei uma pré-vistoria e entreguei para a Deiva, ela falou: "Vai se tornar mais fácil essa agilização." Quer dizer, pelo menos o Leonel disse: "As pessoas que estão lá dentro trabalhando, enquadradas no perfil do INCRA, mesmo que pegaram lote de terceiro, mas se estiverem lá dentro enquadrando, vamos titular essas pessoas. Estão cometendo injustiça com essas pessoas".

O Leonel já está com outra visão. Ele não está mais com a visão de rua, cacete, rua, isso daí está mudando o perfil do INCRA. Está mudando.

Terceiro, nós somos bem recebidos, basta saber conversar. A pessoa que tem educação entra em qualquer lugar, em qualquer porta, e sabe conversar. Lá eu conversei com o Cajango. Eu o cerco no restaurante. Ele está comendo, eu estou lá enchendo o saco dele. Ele vai atravessar debaixo de chuva, eu cerco. Então, Cajango, o que quero que você responda é o que eu te disse, se nós estamos indo lá realmente, se estamos lutando, porque até pela água... A Prefeita Maria José lembra que na AGRISHOW nós estivemos lá. Fomos cobrar esse negócio da água para o Governador Blairo Maggi. O que fez o Secretário Piveta... Monta-se. Abre a roda. Vamos fazer um consórcio, colocou a senhora como secretária, tudo. Já fui em Cuiabá depois disso. Saí Pivetta, entra Pivetta, entra Espoleta e não sai nada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O pessoal aqui padece morrendo de sede. E faço um desafio: Que lá no PA da Gleba do rio Vermelho, na região da Selva de Pedra, se achar uma represa com água, eu devolvo o meu lote. Não tem uma represa. O pessoal está lá morrendo de sede. Estão pegando água... Os que têm um poder aquisitivo melhor, tem um poço artesiano, a gente vai mendigar a água. Mas nem água potável existe. Quer dizer, isso que é dificuldade. Vocês acham que uma pessoa que está lá há 13, 14, 15 anos, passando por uma humilhação dessa, é um invasor de terra? Não só lá como em qualquer lugar. Ninguém está lá mendigando nada. A gente quer o direito da gente. Porque ninguém vai ficar num lugar que não tem água, não tem financiamento. Está lá dentro trabalhando, morrendo de fome e não tem como ter acesso ao financiamento. Esse é o apelo que estamos fazendo neste momento.

Se tem como, Deputado - eu te cerquei naquela hora lá -, você olhar por essa gente como o INCRA também olhar. Por quê? Porque tem essa distorção. Tem gente que está lá dentro e está assentado, mas a EMPAER não dá a carta de aptidão porque ele é considerado invasor. E invasor para o INCRA não tem direito a terra. Agora, a luta da gente lá dentro é incansável, porque o Cajango... Só quero que ele me responda agora se é verdade o que eu falei e das permanências para entrar lá... E quero que ele responda, porque o mentiroso... Fica gente da associação que chega lá, conversa com o pequeno produtor na nossa associação... “O INCRA vem amanhã. O homem assinou aqui que vem amanhã”. Chega amanhã, eu vou lá.: “Não, o INCRA entrou em greve.” É mentira sua. Vamos fazer outra reunião. O INCRA vem no mês que vem. Chega lá: “O INCRA não vem. Está trancada em Brasília a internet, não está titulando agora.” Volta a titular. Está aberto o processo de titulação. E sempre é só o pequeno o produtor rural tomando não sei onde... Porque não tem direito a nada. Você falou que tinha um GERA. Então, esse projeto GERA o pequeno produtor está cansado de fazer esse projeto GERA, porque gerar dinheiro, gera nada. O que estamos vendo é o GERA SAMBA, que só estamos dançando sem ganhar nada. Muito obrigado. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou deixar as pessoas, Cajango, fazerem perguntas, depois você responde a todos, para acelerar mais.

Eu vou passar a palavra para o companheiro Valdomiro, do Assentamento Dom Osório.

Quero dizer o seguinte: as inscrições estão encerradas. Depois do almoço terão novas inscrições CONAB, e o Cajango vai responder depois todas.

O SR. VALDOMIRO - Em primeiro lugar, bom-dia!

A minha pergunta é simples: é água.

Eu quero fazer uma pergunta para o Cajango, porque o INCRA mandou no mês passado a sede responsável pelos poços artesanais do Mato Grosso. Eu gostaria também, Deputado Zé Carlos do Pátio...

Esse poço já vem há cinco anos e a gente vem fazendo esse pedido. Inclusive, você lembra muito bem que você acompanhou o Valdir Correia, acompanhou também lá no INCRA. E eu quero fazer uma pergunta: Por que o INCRA vem num assentamento, faz uma reunião com a comunidade e por que não respeita a maioria? Não é a maioria que decide? Nós temos uma associação lá, nós temos 32 sócios, nós somos 40 famílias, e por causa de 4, 5, 6 famílias querem que seja feito esse poço num local que não tem o depósito de água, não tem a rede d'água e a própria sede deixou bem claro para a comunidade, se mudar o poço do local, nós temos uma despesa de oito mil. E quem vai pagar esses oito mil? Somos nós da comunidade? O INCRA não paga. E por que essa pessoa que vem lá não decide as coisas e não fala: O poço foi feito. É aqui que vai ser construído para beneficiar a todos. Não é para beneficiar 2, 3, 4. É para beneficiar os 40.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

E a gente já vem com isso aí há meses pedindo, correndo atrás. Inclusive eu liguei para o Cajango, eu e o Adão Hipólito. Eu me lembro muito bem que o Cajango pediu para procurarmos a cooperativa. Nós procuramos o Valdir. Vocês pediram um documento. A GRUPAL mandou. E por que o pessoal está puxando água hoje lá, comprando jegue, carrocinha e nós não temos água? Estamos correndo atrás da prefeitura. A prefeitura não tem condições de estar puxando água para nós. Está morrendo o gado. E o acontece? Faz projeto, faz projeto... Se o projeto está aprovado, o dinheiro está aprovado, a firma que ganhou essa licitação é aqui da cidade, por que o INCRA não vai lá e não decide isso e não manda fazer esse poço para essas famílias? Vai querer deixar o pessoal morrer de sede, vir embora para a cidade até resolver problema por causa de... Eu falo que deve ser problema político, porque outra coisa não pode ser. Se o recurso está liberado, eu acho que não tem outro problema. A comunidade se reuniu, quer o posto, tem o recurso liberado. Eu peço mesmo, de coração, que o nosso Deputado e a Mesa presente, que esteve aí também, que vá rever, procure o INCRA, e o INCRA que vá lá para ver o que está acontecendo para resolver esse problema. Nós não podemos ficar sem água, não tem condições. Seria isso aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Valdomiro. E eu concordo com você. É um absurdo isso daí. A maioria já definiu o local. Não poderia...

Com a palavra, o Presidente do PC do B, Olírio Souza. Olírio foi Secretário Municipal de Administração, de Educação, de Ação Social. É uma pessoa que tem um currículo maravilhoso, é uma das pessoas que contribui muito com essa cidade, Dona Maria José.

O SR. OLÍRIO SOUZA - Bom-dia a todos.

Quero de início cumprimentar a toda esta Mesa que está composta, uma Mesa de luta pelo que temos observado e a todas as pessoas que estão aqui participando deste encontro.

Como foi dito aqui pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, sou Presidente do PC do B. E, como Presidente do PC do B, é que eu vou falar.

Eu não sou trabalhador rural, atualmente. Eu sou funcionário público. Eu trabalhei na roça de 7 aos 16 anos de idade no tempo em que a gente trabalhava na roça de toco. Capinava, criava porco, criava umas vaquinhas, galinha, aquela agricultura de subsistência. E, naquele tempo, a gente plantava, uma quarta de roça, que era tido naquela época, era, mais ou menos, um hectare e dava arroz e feijão para a gente comer o ano inteiro. Ninguém passava fome. Eu me lembro, não era só a minha família, não. Mas eram todos os nossos vizinhos. E nós morávamos aqui no Jarudore, lugar de terra boa, onde, depois disso, eu vi e presenciei, lá foram criadas três colônias.

Quem morou lá... E aqui em Rondonópolis, principalmente nessa região de Jardim Iguaçú, Nossa Senhora do Amparo, Cidade Alta, está cheio de gente que veio de lá. Lá eram três colônias. Tinham mais de 600 famílias morando naquela região. Ninguém passava fome. Todo mundo tinha condição de viver. Era uma condição difícil. E eu vi essas três colônias virarem fazenda. Hoje, quem quiser ir lá, pode ver, virou tudo fazenda. Não tem mais ninguém lá morando. O pessoal está aqui na cidade correndo atrás de um empreguinho, muita gente empurrando carro de picolé, vendendo salgado para sobreviver. Então, eu fico preocupado com essa história, porque o nosso Partido tem uma preocupação muito grande.

Conversando agora há pouco com o meu conhecido lá de Poxoréu, o Ajax, ele estava dizendo aqui, eu me lembrei de um lutador pela reforma agrária no Brasil, chamado Francisco Julião, o responsável pelas ligas camponesas lá no Nordeste. Então, desde aquela época que a gente acompanha, porque eu não sou criança, não. Eu já passei de 60 anos de idade, e essa luta é antiga.

Naquela época, quando João Goulart estava acenando para acontecer neste País uma reforma estrutural que viesse resolver o problema da sociedade, dos trabalhadores, ele foi

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

deposto. E daí para cá, naquela época, a sociedade estava mobilizada. E os Governos militares criaram um tal de IBRA, que chamava Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. E o que aconteceu com esse IBRA?

Passava ano, passava ano, e o pessoal deixando a zona rural e vindo para a cidade. Naquela época, existiam mais de dois terços da população brasileira morando no campo. Hoje, é o contrário. Hoje, quarenta e poucos anos depois a maioria do povo brasileira está morando na cidade, passando necessidade.

Na época do Regime Militar este País já foi a oitava economia do mundo.

Hoje, para vergonha nossa, o brasileiro está fugindo daqui para ir para os Estados Unidos, atravessando a fronteira do México e sendo perseguido pela polícia norte-americana. E eu fico imaginando com que cara o Presidente brasileiro viaja para o exterior e fica sabendo da situação dos brasileiros tratados como animais. Eu que não sou Presidente fico envergonhado com uma situação dessa. Porque eu acho que a luta pela inclusão social deste País para acabar com a miséria tem que passar pela reforma agrária. Se não for, não acontece nada. Tudo é balela.

O nosso País detém uma das avançadas tecnologias da agropecuária. Hoje, o boi brasileiro já é rastreado por satélite. Uma tecnologia brasileira. Enquanto que no discurso do Carlos Alberto a produtividade do pequeno produtor está pior do que o tempo que eu trabalhava na roça. Está pior.

E se isso não for mudado todo projeto de reforma agrária, neste País, vai fracassar. Não vai chegar a lugar nenhum. Está parecendo que existe uma política ou falta de política para poder fazer as coisas darem certo.

Daqui a um tempo vai acontecer como aconteceu com o pessoal que morava na colônia de Jarudore, que pegou dinheiro emprestado no banco e depois teve que vender os lotes para pagar as contas. Eu fico pensando: se a gente não tomar cuidado e não definir um projeto sério, direcionado para resolver o problema do campo, resolver o problema da sociedade brasileira, daqui a alguns dias esse pessoal que tomar dinheiro emprestado no banco, vai estar tudo na cidade devendo o banco, com o nome sujo no SPC, no Serasa, sem poder comprar nem na loja. Nós precisamos ter cuidado com isso. E acho que antes de tudo nós precisamos definir uma política séria.

Eu fico imaginando... Vocês poderão até perguntar: por que será que uma pessoa que não é da agricultura está preocupada com a questão da reforma agrária, do assentamento? Porque eu acho que é uma questão nacional. A igreja também está envolvida nessa luta, os sindicatos. Sim, eu acho que é uma luta de todos nós, de todas as pessoas sérias.

Eu me lembro aqui em Rondonópolis, em 1980, quando vi uma experiência que me encheu de alegria, me encheu de esperança. Quando esse município não existia nada organizado, no sentido de dar apoio ao pequeno agricultor, foi criada uma Secretaria Municipal de Agricultura. O Deputado Zé Carlos do Pátio é testemunha, trabalhou, participou dessa administração. Não demorou muito tempo todo projeto foi jogado por água abaixo.

Nessa época que o projeto foi implantado aqui nós tivemos um encontro em Curitiba, em 1984, para fazer amostra do que estava acontecendo no Município de Rondonópolis. Esse projeto foi elogiado por todos os participantes que eram do Brasil inteiro. Não levou muito tempo acabaram até com a Secretaria de Agricultura de Rondonópolis.

E aí o seguinte. Dá a impressão de que os administradores estavam voltados, a preocupação, apenas para o lado do grande produtor, porque eles dizem que o Brasil é um País de vocação agrícola, que o País tem que produzir, tem que exportar. Eu acho que o País tem condições

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

de produzir e tem condições de exportar, mas ele precisa primeiro matar a fome do pessoal que mora aqui, do brasileiro. Isso é muito vergonhoso.

E agora nós achamos o seguinte: queremos parabenizar essa iniciativa, porque eu acho que são dessas discussões que precisamos tirar um rumo para definir uma política séria para este País.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu parabenizo essa iniciativa da Assembléia Legislativa. Eu acredito que a experiência que Vossa Excelência teve como político e como Secretário, naquela administração que aconteceu em Rondonópolis, é que está lhe dando todo esse cabedal, todo esse sentimento de que é por aí que temos que seguir. Então, nós queremos também parabenizar todos os prefeitos que têm aqui, Secretários de Agricultura, o pessoal do INCRA, pessoal das outras entidades que estão aqui. Agora, eu particularmente tenho uma preocupação: Eu acredito que precisamos definir uma política de reforma agrária justa para que toda essa luta não venha cair no descrédito futuramente. Muito obrigado a todos. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Companheiro, é o seguinte: o Valdir Correia fez uma proposta aqui que eu achei superinteressante, falou comigo agora.

Depois do almoço, nós fazemos uma pauta mínima de tudo o que foi discutido aqui. Uma pauta mínima. Assentamento tal, a pauta dele mínima; assentamento tal, porque daí, em cima dessa pauta, tanto do PRONAF Recuperar quanto à infra-estrutura, nós iremos encaminhar ao INCRA e para os órgãos competentes. Não é que vamos fazer promessa nenhuma, não, para sabermos o que está acontecendo. Tem coisa que eu não sabia que estava acontecendo em assentamento.

Eu vou passar a palavra, agora, que é o último antes do almoço. Depois tem mais gente inscrita aqui, fiquem tranqüilos. O próximo... Depois é o Valdemar, Olga Benário, depois do almoço, o Leandro. Têm várias inscrições aqui que vamos passar para ouvir também.

Então, eu vou continuar a inscrição e depois almoçamos. Não tem problema, não, você vai usar da palavra antes. Mas o pessoal vai esperar para almoçar depois.

Com a palavra, o Líder da Pastoral da Terra, Afonso, que vem lutando pela primeira terra pública da região Sul, lá do Vale de São Lourenço. Inclusive, nós vamos para cima contra a Usina Pantanal para conseguir essa terra para os trabalhadores. É uma briga de cachorro grande, mas nós vamos ganhar essa terra. Vamos assentar os trabalhadores lá na Usina Pantanal.

Eu vou pedir para que todos sejam breves, porque, já que há uma definição do próprio Valdemar de ouvir todo mundo antes do almoço, daí vamos ouvir todo mundo.

O SR. AFONSO - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio e agradecer por esta iniciativa da Audiência Pública com os trabalhadores.

Primeiro, quero colocar aqui, quando uma companheira, o que ela deveria fazer para ser assentada. E achei interessante o outro companheiro colocar quantos anos que ele tem que ficar debaixo da lona. Então, têm certas questões que hoje estamos tratando aqui que eu concordo em parte com o nosso colega Valdir Correia de que talvez as discussões da reforma agrária saiam um pouco da nossa realidade lá do campo, porque a gente vê vários companheiros aqui que eles têm suas reivindicações e, na maioria delas, eles vêm aqui e voltam da mesma forma. E os avanços são poucos não tem como ter alguma conclusão nesse sentido. Então, o que a gente tinha para tentar levar para os companheiros era uma forma de participarmos dessas Audiências Públicas e levar soluções.

Um dos pontos que temos para colocar para os companheiros é a questão nossa tanto de quem está acampado, de quem está assentado, o princípio básico - até o companheiro falou aqui que o trabalhador tem de sobra - é a humildade. Nós temos todos os requisitos para crescer e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

para prosperar. Mas o nosso maior defeito é querer copiar o sistema capitalista que oprime o pequeno trabalhador. Então, essas discussões que os companheiros colocam... Nós entendemos que os Secretários têm a sua função, que são submissos à administração do prefeito e, às vezes, têm muita vontade, mas, às vezes, não conseguem fazer e realizar aquilo que eles têm em mente. Mas dentro dessa questão o que não podemos ficar tratando aqui é uma discussão sem fundamento.

As necessidades de quem está assentado são infinitas. A questão que a Dona Maria José colocou, a questão da água, aonde todos os companheiros aqui vêm cobrar poços artesianos, encanamento de água.

E uma discussão maior, que ninguém ainda deu por conta e ninguém ainda falou aqui ou observou sequer: o que está sendo feito e por que essa água está acabando? Por que vocês estão sem água se antes tínhamos água em toda a propriedade, seja ela pequena ou grande? E não existia poço artesiano e não existia nada. O que estava acontecendo é o desmatamento desenfreado no Estado de Mato Grosso.

O latifundiário vem, explora a terra. Acaba com tudo o que ela tem e depois eles vão discutir uma forma de colocar o pequeno trabalhador lá dentro. Então, essas discussões, essas reflexões é que têm que buscar isso daí. Esses avanços só vão acontecer através de organização. O trabalhador, o assentado, o acampado tem que estar organizado. Essa forma de tratar os assuntos individualmente não vai ter avanço. Não adianta o companheiro bater no peito e ficar nervoso e sair do grupo e querer buscar uma solução.

A solução está no conjunto. Deve sentar, buscar, explorar a nossa humildade de pequeno produtor e buscar uma irmandade dentro dos assentamentos e dentro dos acampamentos. Se não for buscando as ferramentas que temos para crescer, nós não vamos ter avanço. Por quê? Porque o sistema capitalista vem para acabar com o pequeno.

É como o companheiro Souza colocou aí. O sistema na época do Jânio, Getúlio e outros Governos que tivemos, os companheiros que são de mais idade que estão na terra, sabem como é que é. Então, o sistema desses governos que nós temos é para acabar com o pequeno produtor. Não crescer, não para desenvolver. Onde o companheiro quer comparar agricultura familiar com o agronegócio. O agronegócio é uma exploração internacional.

E nós temos aqui no Estado de Mato Grosso são fatos de que nós já participamos, na semana passada, de uma discussão de um fórum da Universidade Federal em Cuiabá, onde tratava essa questão, principalmente o trabalho escravo que está sendo feito no Estado de Mato Grosso, a questão do desmatamento da Amazônia Legal, que hoje chega a 59%, o Estado de Mato Grosso contribui com isso. Enquanto que o Pará tem mais mata, ainda não desmatou nem 14% da Amazônia Legal. E por que o Mato Grosso está crescendo, está avançando? Só na cabeça de Governador de Estado está crescendo. Por isso essa miséria, falta de água, o descaso com a agricultura familiar, é devido a esse avanço desenfreado, crescendo desordenadamente e fora da lei, na ilegalidade.

O Governo que temos no Estado de Mato Grosso, hoje, é para regularizar terra para latifundiário, é para esmagar o pequeno. E não estou criticando como governante, estou criticando como empresário, de que hoje nas fazendas de Blairo Maggi, de Sachetti, encontra trabalho semi-escravo. Isso foi relatado nesse seminário, enquanto que nós ficamos aí esperando que um desses governantes vá levar solução para a agricultura familiar. Então, a forma nossa, a nossa saída é a organização. Ter consciência dos nossos direitos e parar de mendigar e implorar do Poder público.

O poder público e funcionário público são empregados de vocês, não são patrões. É isso que o trabalhador tem que ter consciência. Leva poço artesiano. Os companheiros não

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

definem onde vai ter o poço. Criam problemas, criam obstáculos, querem cobrar do INCRA uma solução. Não tem como. Vocês têm que se ordenar, vocês têm que se organizarem. É difícil, mas procurem essa humildade, essa irmandade entre vocês, porque os grandes querem nos ver desunidos, querem nos ver brigando um com o outro, querem nos ver disputando uma liderança com a outra. Liderança que é liderança não disputa espaço. Ela conquista o bem e o desenvolvimento do próximo. A liderança perfeita não é para ser melhor do que ninguém, não.

Então, isso é que devemos buscar para dentro dos nossos assentamentos. Essa questão, igual os companheiros qualificam o solo. O solo não serve para o pequeno. Onde que não serve? Se o grande produz, o pequeno produz. É só não copiar o sistema capitalista. Ninguém aqui colocou agricultura orgânica, que é a forma de saída para todos os brasileiros. Queiram vocês, hoje... (VIRADA DE FITA) ...igual o companheiro colocou. Futuramente vocês estão endividados, estão sem a terra e estão sem o crédito. Na minha criação, eu sempre tive uma simples orientação: “A única coisa que você tem mais de precioso na vida, meu filho, é o nome!”. E, se nós pequenos não preservar esse nome, nós não vamos ter avanço, não! Então, a nossa imagem passa por isso. Então, não podemos esquecer a nossa luta, as nossas reivindicações. Nós precisamos de água, nós precisamos avançar, nós precisamos produzir, mas nós precisamos também de ter consciência, não querer disputar a nossa forma de sobrevivência com a forma de sobrevivência dos mega-empresários que têm aqui a serviço de país estrangeiro.

Então, companheiros, eu clamo a vocês nesse sentido, porque a questão que vocês tratam, que é a água, isso aqui é um líquido precioso que Deus deixou para todos, está sendo privatizada. Hoje, já existe um hidronegócio. Essa água que está aqui dentro deste copo vai ser a água que todos nós vamos ter que comprar para beber no futuro, porque não vai ter água limpa, porque ela vai estar poluída pelas grandes lavouras que tem aí, com veneno em cima de veneno. Na região de Sorriso o solo já está atingido por mais de 40 metros, a água deles é inviável para consumo.

Então, não vamos nos enganar e aplaudir esse mega-negócio e mega-tecnologia, porque isso é o suicídio nosso, esse é o nosso fim. Então, não vamos digladiar para saber quem vai ter mais recurso ou menos recurso. Nós precisamos é de unir a agricultura familiar. A agricultura familiar tem que crescer, porque sem a agricultura familiar ninguém sobrevive nos grandes centros. Os grandes centros estão inchando, se o companheiro vem do campo para a cidade, ele vai ter que voltar, porque o alimento você não fica sem ele, e 70%, 50% do que vai à mesa de todo ser humano, de Blairo Maggi, de qualquer latifundiário, vem da agricultura familiar, porque eles não plantam nem um pé de mandioca sequer para comer.

Então, aqui não é só crítica de esquerda, não! É realidade! E essa realidade, nós temos que atravessar por ela. Nós temos hoje aqui em Mato Grosso um péssimo exemplo de governo, que é o governo que incentiva a destruição da vida e isso está comprovado, quando fala ainda em Nossa Terra, Nossa Gente para assentar gente em um hectare de terra. Esse Nossa Terra, Nossa Gente é dinheiro de terra pública que está regularizando dentro de Mato Grosso e fala que vai comprar um hectare ou meio hectare para o trabalhador, para colocá-lo no miudinho, para ele não crescer. Nós não precisamos crescer com essa ganância desenfreada, nós precisamos crescer para ter a nossa sobrevivência e o direito que a Constituição nos dá.

Então, para resumirmos, porque às vezes escutamos nessas discussões aqui, dentro daquilo que vivemos com o trabalhador, isso para mim muitas das vezes com todo respeito a todos companheiros, sai da realidade e às vezes torna até hipocrisia. Por isso que nós não chegamos a uma solução, porque nós estamos esquecendo de onde que nós devemos partir. A assistência técnica está

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

aí, existe assistência técnica na região sul, os companheiros quer fazer projeto, quer trabalhar e ninguém discute uma questão direcionada.

O Município de Rondonópolis! O Município de Rondonópolis, principalmente, hoje, nós tratamos a questão da terra, por que é que nós saímos do município, porque aqui não oferece condições para movimento nenhum crescer, aqui é um desestímulo para a reforma agrária. Isso aqui já foi no passado uma mola propulsora de defender o trabalhador e hoje ela está fazendo o descaso, virando as costas para o trabalhador. Nós temos a questão de Jaciara, da Mestre I, como o Deputado Zé Carlos do Pátio citou. Lá, hoje, nós enfrentamos um processo da questão da terra pública.

E por que nós trabalhamos a terra pública tanto em Jaciara como em Guiratinga? É porque isso é um direito do trabalhador, não precisa comprar terra, seja ela mais fraca ou mais produtiva, mas é do trabalhador e aqui não precisa dessa questão de direcionar só a questão técnica ou o técnico que avalia. Quem produz é vocês, quem conhece de terra é vocês! Essa questão de ser menos ou mais, isso é só para fazer, muitas das vezes, esquema e para deixar o trabalhador sem a terra, porque às vezes o latifundiário é parente de fulano e de cicrano e o dinheiro que vai dar para ele não é suficiente.

Então, a terra pública é a bandeira e a forma de moralizarmos isso aí. Nós temos lá mais de 200 famílias acampadas e vão ficar acampadas. E os trabalhadores têm consciência. Vai levar 10 anos? Nós vamos esperar! Nós não temos pressa, nós temos é persistência no processo e se é um direito nosso, nós vamos conquistar. Então, acho que aí começa o avanço.

Então, às vezes, nós estamos falando aqui, o companheiro está nervoso, porque ele quer tratar o problema dele e o problema dele ele nunca vai ter consciência que é a falta de organização. Então, fica uma reflexão para o companheiro, porque os que estão assentados hoje e quer passar na frente dos outros bate naquele ponto do Leonel, que é a questão da retomada de lotes. Então, eu acho que nós temos discutir, eu acho que todos têm direito, mas eu acho que os companheiros têm que respeitar essa posição, porque senão a agricultura familiar não vai ter avanço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu queria só informar para o pessoal da cozinha que tem mais uma pessoa inscrita e depois nós vamos abrir para o almoço e vai continuar o debate.

Eu quero que a URAMB fique aqui, ouviu Hélio? Você vai ser o primeiro. O nosso Secretário de Agricultura do Município de São José do Povo vai ter o uso da palavra. Nós temos vários projetos importantes aqui, tem mais pessoas inscritas.

Com a palavra, o Sr. Waldemar.

Mas, Waldemar, eu queria que você ficasse aqui. Eu sei que o Waldemar está angustiado para falar que é a questão do Olga Benário, é um problema sério lá, eu sei o que é. Com a palavra, o Sr. Waldemar.

O SR. WALDEMAR - Pessoal, eu tenho três perguntas a fazer: uma para o Cajango, uma para o Gerente do Banco do Brasil e a outra para o nosso técnico.

A primeira é do técnico e ele falou o seguinte. Ele disse que um grande produtor colhe 50, 60, até 110 sacos de soja por hectare. Nós estamos colhendo 06 sacos de milho. Ele tem razão! Nós estamos colhendo 06 sacos de milho. Agora, é o seguinte, agora é que vem a pergunta, já que vai englobar tudo... A pergunta é a seguinte: Por que é que o nosso gerente do banco libera o dinheiro quando não é época de safra, não é época de custeio? Quando não é época de custeio, ele libera o dinheiro? Porque liberou no ano passado no dia 31 de dezembro. Nós vamos plantar o que no dia 31 de dezembro? Nós não temos o que plantar. Dia 31 de dezembro é um meio de fazer

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

desvio de verba. Eu mesmo peguei mil reais de custeio de lavoura, paguei a roçada, deu seiscentos reais e os outros quatrocentos reais, eu pergunto para vocês para onde é que foi o dinheiro? Foi desviado! Então, é o seguinte, chegou o dia tem que pagar! Tudo bem! Não tem problema! Paguei, tudo bem! O dinheiro saiu, a verba saiu dia 31 de dezembro. E o custeio da lavoura tem que ser, no mínimo, até o dia 20 de outubro, porque dá para fazer a lavoura, dá para botar um calcário, dá para fazer a lavoura, dá para pagar um trator para fazer. Eu tenho boi para fazer... Não é só boi, não! Depende de um calcário. Eu dependo de um calcário para fazer, mas não tenho essa capacidade para fazer por conta própria. No banco eu não posso ir. Não posso ir, porque não pego a verba. Vou pegar fora de época. Então, fora de época não adianta eu pegar, daí não adianta eu pegar.

Outra coisa, Sr. Cajango, é o seguinte: Por que é que nós - como diz o caso - fomos avalistas no Banco do Brasil, assim, um com outro entre os assentados cruzava... Vamos supor, que nem eu. Eu estou no SERASA, por quê? Porque o meu companheiro vendeu o lote. Eu estou no SERASA, por quê? Isso que eu queria saber! Sendo que o próprio Cajango falou recém mesmo, que o INCRA responde pelo PRONAF A . O banco não tem perda nenhuma! Não estou falando em perda, porque pela conversa dele, que deu até de entender, dá até para negar a conta. Mas, não deve fazer isso aí!

Então, é o seguinte: eu não sei por que é que atende três, quatro, um avalizando ao outro, sendo que a carta de aptidão nós pegamos do próprio INCRA, senão não é liberada. Por que é que para os grandes fazendeiros, a verba sai em outubro? E por que é que para nós pequenos sai em dezembro? Saiu dia 30 de dezembro para mim. Para quê? Essa é uma verba que eu não posso pegar. Então, como eu não posso pegar, os outros também não! E quem interessa em desviar dinheiro, pega. Quem não interessa, não pega. Ele não pode pegar, porque ele desvia, se ele pegar, ele desvia.

E a outra, o Waldir Corrêa falou, que é o seguinte... Vamos bater na mesma tecla que já estão cansados... É a água! Nós temos o 9º BEC que vai lá, no 9º BEC tem o Major Cordeiro, ele não aceita falar com ninguém, ele não aceita ninguém falar com ele!

Então, é o seguinte: ele chega lá, ele faz do jeito que ele quer, é tudo do jeito que ele quer, o que está lá eu aprovo e explico tudo certinho... Não tem jeito de nós escutarmos o Major Cordeiro. E, ele não me deixa falar, ele não me deixa falar.

Então, é o seguinte: tem um poço lá, foi feito esse poço, só que esse poço não tem água, só que esse poço foi feito mais de 200 metros longe de onde foi feita a geologia. Então, é o seguinte: se ele desse uma voz ativa a nós...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Sr. Waldemar, eu tenho uma notícia triste para falar com o senhor.

Esta semana, eu estava falando sobre o Olga Benário, lá. O senhor não sabe a preocupação que eu tenho com os assentamentos. Eu sei na palma da minha mão cada assentamento. O que a geóloga do INCRA falou para mim... Eu propus a ela um aditivo para o Exército para perfurar mais o poço do Olga Benário. Ela disse que era muito difícil, disse que os revestimentos lá estão com problema já. Ali não tem como resolver o problema do Olga Benário, de continuar a perfuração, parece que vai ter que fazer um outro poço. Eu fiquei até triste com essa notícia, porque vai ser uma perda de um dinheiro... É dinheiro jogado fora e a gente fica triste por causa disso...

O SR. WALDEMAR - Eu dou a resposta. O lençol d'água é um patamar de 06 a 07 metros. Eu tenho uns 05 ou 06, que tem lá, que pagaram do bolso, semi-artesiano, um semi-artesiano para cada casa não gasta o que foi gasto naquele poço lá. Não gasta o que foi gasto naquele poço, porque um poço daquele custa dois, três mil reais, um semi-artesiano. E cada um gasta a sua luz, conforme ele quer. Se ele quer jogar água fora, ele joga, se ele quiser jogar fora energia, é ele

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

que paga... Cada um vai pagar o seu. Eu tenho lá e está lá... O meu pode chegar lá e olhar! Não tem problema! Pergunta para o Waldomiro, o Waldomiro conhece e viu.

Então, é o seguinte: para cada um pode ser assim. Agora, eu não sei o que está acontecendo. A única coisa que eu peço para o Cajango, a quem mandar lá que escute um pouco a nós, porque chegam lá, não falam com ninguém... Chegam lá... É mesma coisa assim: dois cachorros dando uma passada no lote do vizinho. Vão ali, saem dali e não ficamos sabendo o que estão fazendo e nem nada. Então, era isso.

Eu peço desculpa, porque eu não vou ficar aqui a resposta, porque a resposta vai ser dada, eu sou obrigado a sair, às 14:00 horas eu tenho um compromisso, eu sou obrigado a sair. Mas, a turma escuta o que eu pedi, se for besteira, me desculpem e se for realidade, me aplaudam. Não falo em negócio de política, porque é o seguinte: não sei falar e tenho medo até de ofender os outros. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço o Sr. Waldemar.

Eu vou liberar todos para o almoço. Depois tem mais pessoas para perguntar. Eu quero que a URAMB fique aqui, o Hélio Luz, porque eu acho que URAMB tem que entrar muito nessa luta da reforma agrária. Eu quero que o Secretário de Agricultura do Município de São José do Povo fique aqui por quê? Porque, na verdade, o Município de São José do Povo, hoje, tem muitos problemas sociais, que estou muito preocupado. Para se ter uma idéia, Secretário, o Município de São José do Povo é o 121º município em IDH de Mato Grosso, é um dos mais pobres municípios de Mato Grosso. Mas, quem está fazendo isso? Somos nós mesmos, que estamos assentando os trabalhadores e não dando dignidade para os trabalhadores lá.

Então, eu acho que devemos ser parceiros lá, eu sei do seu comprometimento com a causa da reforma agrária. Eu quero dar a palavra para você e quero que você nos ajude a desenvolver projetos com o INCRA para ajudar os assentamentos. Você vai ter um companheiro para brigar com você lá em Cuiabá. O meu compromisso é com a reforma agrária.

Então, suspendo esta audiência pública e vamos continuar depois do almoço com as respostas. Eu quero fazer um documento depois do almoço.

O SR. ORADOR (?) - Gente! Todos já vão almoçar... Só para fechar aqui a pergunta que foi feita pelo Presidente da Associação lá do PA Rio Vermelho, o Chico Fogueteiro.

Sr. Chico, é o seguinte: naquela outra audiência que tivemos aqui, você já esteve inúmeras vezes lá em Cuiabá, já esteve em audiência com o Leonel, com a Deva, comigo não sei quantas vezes, no auditório, no restaurante, enfim. Já tem a ordem de serviço, é o José Fonseca que vai vir fazer a vistoria aqui para vocês.

Então, o que eu peço a você? Assim que você puder, você dá uma ida em Cuiabá, para agendarmos e falar assim: "Agora vai!". Qual é o compromisso? O Leonel não vai fazer compromisso absurdo com você. O compromisso que ele fez: atender as pessoas que estão lá há 15, 16 e 18 anos lá dentro e não compraram e não venderam lote, que estão lá, que precisam do título, para nós continuarmos a titulação com vocês.

Segundo, aquelas pessoas que estiverem lá, que foram agricultores, que estiveram vivendo na terra, que é possível ser legalizado, o Leonel falou para você que vai legalizar. Esse é o nosso compromisso com você! Agora, quem estiver com 10, 12 anos lá e se precisar ir para a Justiça, essas questões vão ficar pendentes, e vai ser tomada uma outra providência com relação a isso. O compromisso lá é esse. Já esteve lá o Deputado Zé Carlos do Pátio, já esteve lá a Deputada Teté Bezerra, já esteve lá o Deputado J. Barreto, para ver essa questão lá do PA Rio Vermelho, e vocês vão ser atendidos pelo trabalho que vocês estão fazendo lá, por essa luta de vocês... E o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Leonel assumiu o compromisso, do Superintendente e vamos honrar esse compromisso com vocês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero deixar uma Moção de Repúdio ao Prefeito de Pedra Preta, porque 09 Vereadores pediram a ele um ônibus para participar desta audiência pública, e ele recusou. Mas, deixe estar, porque os trabalhadores rurais vão decidir as próximas eleições lá. E só agora nós estamos assentando quase mil famílias em Pedra Preta.

Fica aqui registrado o meu repúdio ao Prefeito que foi Vereador junto comigo, Augustinho de Freitas. Está aqui o requerimento dos 09 Vereadores. Mandaram-no para mim, indignados, porque o Prefeito não quis ajudá-los, mas só agora nós estamos assentando quase mil famílias lá.

Quero registrar a presença do Sr. Everaldo, 1º Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis. Nós já tínhamos convidado o Sr. Everaldo para compor a Mesa, no lugar do Sr. Moacir.

As outras perguntas ficarão para depois do almoço e quero dizer que depois do almoço teremos a CONAB, o Banco do Brasil e o INTERMAT. É muito importante todos continuarem na audiência pública. Muito obrigado.

Está suspensa a audiência pública.

(SUSPENSA A AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O ALMOÇO.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Está reaberta a presente audiência pública.

Eu mesmo quero saber sobre o papel da CONAB. Com muita precisão, vai ser discutida a questão do INTERMAT, e eu quero aprofundar os debates aqui nesta audiência pública. Na nossa audiência vai prevalecer a qualidade. Eu quero aqui colocar uma questão. Por favor, as lideranças coloquem num papel as suas reivindicações e ofícios. Isso me dá muito apoio.

Outra coisa: procurem o Secretário de Agricultura do seu município, porque nós temos dinheiro sobrando na infra-estrutura do INCRA. Nós temos dinheiro do Crédito Fundiário; nós temos dinheiro do PRONAF. Bastam tão somente projetos.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Sr. Cajango, do INCRA; o Sr. Nilton, do Banco do Brasil; o Sr. Ovídio, da CONAB; o Sr. Nino, do INTERMAT; os Secretários Municipais; a Srª Marta, o Sr. Ceará; a Srª Jaque, Secretária de Agricultura; o Sr. Jurelino; o Sr. Hélio Luz, da URAMB.

Com a palavra, o Sr. Laurindo Ferreira, do Assentamento Carimã, que vai falar em nome do Carimã, que dispõe de dois minutos.

O Lau foi motorista, trabalhou muito tempo comigo lá na Secretaria de Obras, é um profissional de primeira.

O SR. LAURINDO FERREIRA - Eu cheguei até aqui para obter uma informação, porque nós somos assentados do Carimã e o INCRA mandou o material para cada um construir a casa. E eu fui um que fiquei na esquerda, ninguém me arrumou nada, fiquei quatro anos debaixo da lona preta, depois que tinha recebido a terra, depois fui obrigado a vender alguma coisinha que tinha até para comer para fazer a casa, porque eu não podia ficar debaixo daquela lona. E até agora ainda não teve solução nenhuma, se eu vou ter alguma remuneração daquilo que eu gastei para fazer a casa até agora.

Então, para a gente saber como faz, tem que obter informação com as pessoas que estão por dentro do assunto.

Era só isso que eu queria ouvir do Cajango nesta tarde de hoje. Muito obrigado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Essa questão eu queria que o Dr. Sebastião Cajango, porque na verdade todo o trabalhador da reforma agrária tem direito a uma moradia.

Com a palavra, o Sr. Antônio Ferreira dos Santos, Presidente do Assentamento Santo Expedito.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Boa-tarde para todos que estão aqui, os amigos e o Deputado.

Eu queria somente pedir ao Deputado que nós já tivemos outra audiência aqui e eu já tinha falado para ele sobre a energia nossa. E ele falou que ia tomar uma providência. E eu quero ver se ele pode nos ajudar nesse ponto, porque nós estamos sem luz até hoje. Eu quero contar com o esforço dele para ver se chega a energia até o Assentamento Santo Expedito.

Nós não temos água potável, até em represa mesmo, não tem água, está tudo seco e eu queria que as autoridades, o INCRA, fosse lá, desse uma olhada para ver como é que está a situação. Tem gente indo embora de lá, porque não tem possibilidade de viver sem água.

E sobre a estrada também. O Prefeito de Juscimeira - nós somos do Município de Juscimeira - foi lá, e somente arrumou, só passou a patrola no lugar onde já estava feita a estrada. E agora nós precisamos, porque tem gente lá que não tem condições de sair. Está ali o nosso amigo, o Baianinho, não tem condições de sair de lá. Para sair, ele tem que sair por um outro sítio, por outra fazenda vizinha, inclusive, pedindo para o outro, para ele poder sair. Não tem estrada.

E, outra: nós temos uns três ou quatro lá que já venderam os lotes, já foram embora, eu comuniquei o INCRA, telefonei para lá, porque era muito fácil resolver o problema no começo. Agora, as pessoas já compraram, já estão investindo lá dentro e a situação vai ficando pior. E nesse caminho vai indo um monte de gente. Esse é um assentamento que está progredindo.

Então, nós tiramos leite, já perdemos até leite, por falta de energia. Nós não temos energia suficiente lá dentro. O Deputado aqui já sabe que nós temos um projeto. E eu vou falar outra, eu não sei se ele está sabendo, mas depois ele explica para nós, que aqui foi passado à empresa, já para construir a energia nossa lá. Uma empresa de Jaciara esteve lá, pegou os nomes de todo mundo, os CPFs, os documentos, fez uma pasta e agora eu vou lá em Jaciara, cobro deles e eles falam: “Eu ligo na CEMAT e a CEMAT não dá nada, não sabe o que é que está acontecendo. Até mesmo a CEMAT não sabe.”

Então, eu queria que o Deputado nos ajudasse nesse ponto aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu acabei de anotar agora todos os pleitos.

Agora, eu queria fazer uma observação: em Juscimeira, o Prefeito se chama Dener. Eu queria pedir para o Dener, no mínimo, me visitar. Ele nunca foi no meu gabinete. Por que eu queria que ele me visitasse? Eu queria conversar com ele no sentido de fazer uns projetos de engenharia que precisa. O Assentamento Santo Expedito pediu água, estrada e energia. E, pedir para ele fazer os projetos de engenharia, que eu vou lutar, que eu vou lutar!

Eu queria dizer aqui o seguinte: a Dona Maria José é Prefeita de Dom Aquino, é um município vizinho. Por que ela está conseguindo dinheiro do INCRA e lá não está conseguindo? O único dinheiro do INCRA que nós estamos conseguindo lá são dos dois poços artesianos do Geraldo Pereira de Andrade e vai perfurar um pouco mais e agora está saindo uma estrada também.

Mas, eu queria que ele me procurasse para fazermos alguns projetos na área de engenharia. Eu acho que a comunidade deveria até ele para reivindicar os projetos de engenharia e me procurar para eu intermediar. Mas, eu anotei aqui os seus pedidos, e até agora não tem projeto de nenhum.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Eu estou falando, porque eu sei. Não tem na FUNASA, não tem no INCRA, não tem numa verba do Ministério de Integração Regional. O Assentamento Santo Expedito tem que ser prioridade, eu concordo. Agora, o Prefeito tem que estar mais próximo da gente.

Mas, eu tenho um carinho muito especial. Lá é um assentamento grande, deve ter na média de 50, 60 famílias... São 38 famílias. É um assentamento grande, muito bom aquele assentamento.

Com a palavra, o Sr. Pedro Soares Neto, Vice-Presidente da Associação dos Sem-Terras Vale do Jaciara, ex-Presidente da Associação e também ex-Presidente do Sindicato.

O SR. PEDRO SOARES NETO - A nossa luta pela terra na região de Jaciara e nessa microbacia de Jaciara é desde 1984. Desde essa época nós já vimos lutando por lá. Lá já tem gente de Jaciara e de diversas regiões do Estado de Mato Grosso, mas de Jaciara mesmo, que é o foco, nós não conseguimos assentar ninguém ali.

O primeiro projeto que saiu ali foi pegando Campo Verde e teve um tantinho que pegou Jaciara. E nós temos uma luta antiga em cima da Fazenda Triângulo, uma luta jurídica, uma luta por desapropriação. Nós já temos dois projetos de desapropriação arquivados no INCRA e temos um terceiro que estamos batalhando para que dê andamento.

Por parte do INCRA, a alegação do INCRA é a de que a terra é pequena e legalizada, só que a terra é de 1.204 hectares. Agora, a legalizada que está lá, que o INCRA declara que é legalizada é de 256 hectares. Só isso que o INCRA acha legalizado em nome dessas pessoas que a gente faz o pedido de desapropriação.

Então os 948 hectares, o INCRA desconhece como área irregular...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O senhor está dizendo da Fazenda Triângulo...

O SR. PEDRO SOARES NETO - Da Fazenda Triângulo...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O problema é que as lideranças não estão sabendo. Eu conversei com o senhor agora e com outras pessoas, perguntando se é terra pública da União ou terra pública do Estado.

O SR. PEDRO SOARES NETO - Essa terra já saiu do Estado, passou para terceiros e não estão legalizados esses terceiros, quer dizer, não se encontram legalizados no INCRA e não se encontram legalizados no Estado e devem pagar documentação em cima de pouca terra lá...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Mas, o senhor não sabe se é terra pública da União ou do Estado?

O SR. PEDRO SOARES NETO - Não! O que a gente acha é que seja do Estado, mas já foi passada a terceiros.

E nós temos um parecer de que a área era improdutiva. O INCRA fez um levantamento, demonstrou que a área era improdutiva, mas isso em 1999. A área era improdutiva em 1999; hoje, essa área já se encontra muito desmatada e a usina arrendando a mesma. Mesmo com ação judiciária contrária, hoje, os usineiros estão fazendo contrato lá em cima dela.

Outra coisa que nos choca é a quantidade. Em um boletim a área é 1.204 hectares... (VIRADA DE FITA) ... área de duzentos mil hectares. E nós tínhamos o direito adquirido pela Justiça, pela 3ª Vara Civil de Cuiabá, por meio do Procurador Orlando de Almeida Pires, que já tinha nos dado o direito de posse em cima de 20,16 hectares. Mesmo assim nós fomos duas vezes despejados, queimando casa, derrubando cercas, destruindo estradas, destruindo as nossas plantações e nós só estamos apelando para a Justiça, recorrendo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou fazer o seguinte: eu quero que vocês me dêem o processo, porque até agora nada justificou essa juíza solicitar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

reintegração de posse. Eu vou denunciar essa juíza na Corregedoria do Tribunal de Justiça. Isso não é... A juíza para solicitar reintegração de posse tem que ter documento da área, tem que ser garantida, porque é uma área de propriedade deles. Parece-me que essa área é do Geraldo, da antiga COSIC...

Tem que ter esse documento. Se não tiver, como é que a juíza vai solicitar reintegração de posse? É igual ao caso da Usina Pantanal lá em Jaciara. É uma terra pública, não tem documento e o Grupo Naun, que é um grupo bilionário no país ganhou a reintegração de posse a respeito da área. Isso não existe. Isso é ilegal. A Justiça não pode ficar a serviço da elite.

Então, eu quero que você me dê o processo que eu vou denunciar na Corregedoria do Tribunal de Justiça.

O SR. PEDRO SOARES NETO - Esse processo da reintegração de posse, em nome de outro cidadão, não seria nem em nome da Associação. Nós obedecemos porque nós éramos poucos. Nós não poderíamos criar um conflito com a Justiça. Mas a reintegração de posse foi um tal de um cidadão lá, de tal, nem colocou o sobrenome desse cidadão.

Então, nós estamos recorrendo no Supremo também, é um direito que nos cabe e pedindo apoio político aqui dos companheiros que lutam pela reforma agrária, porque todos nós unidos, quem sabe nós venceremos essa luta. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pedimos ao senhor arrumar os documentos do processo para nós. O próximo inscrito é a Maria José da Silva, do Assentamento Carimã, que quer fazer uma pergunta ao Cajango.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Maria José da Silva, do Assentamento Carimã (AUSENTE).

O Sr. João Vilela, da Gleba Rio Vermelho, Assentamento Nova Aliança, pergunta se tem como perfurar um novo poço, porque o que tinha foi aterrado. Isso é só fazer o projeto, está aqui. Eu acabei de falar agora, falei para o Adão Hipólito, o Prefeito de Rondonópolis tem que fazer projeto. Mande o projeto que nós vamos brigar por recursos. Tem que fazer projeto de engenharia.

Com a palavra, o Sr. Romar, Secretário da Associação do Assentamento Carimã.

O SR. ROMAR - Sr. Deputado, senhores que compõem a Mesa e companheiros presentes, eu queria fazer uma solicitação primeiro ao nosso Secretário José Carlos, a respeito de um projeto já existente no Município de Rondonópolis e de conhecimento do Governo do Estado, a respeito de uma ponte que viabilizaria uma estrada que sai no fundo do Posto carretão. É do conhecimento da sua assessoria que esteve com o projeto nas mãos, a Sr<sup>a</sup> Regina. É do conhecimento dela esse projeto. Ele foi feito no ano passado.

Segundo informação que nós temos, que não foi concluído por não ter sido colocado no orçamento do ano de 2005.

Então, nós pedimos providências...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - No orçamento de onde? Do município?

O SR. ROMAR - Do município ou do Estado...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A estrada é municipal, não é?

O SR. ROMAR - Sim. Mas o Governo Estadual contribui com 50% da ponte.

Com essa estrada, nós economizaríamos trinta e cinco quilômetros. Olha a volta que nós estamos dando! Então, eu pediria ao senhor que intercedesse lá.

A outra a respeito de poço, ao Sebastião Cajango, na Carimã foi dado pelo INCRA a conclusão de quatro poços artesianos. Desses quatro, só foram perfurados três poços desde o início da Carimã, o outro até agora não foi feito nada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O que eu queria salientar também, Cajango, é o seguinte: foi feito o poço, só que a rede de água não foi feita. As redes de água não foram feitas. Então, os assentados, quando eles querem, eles puxam com mangueira preta por cima da terra. Quanto tempo essa mangueira agüenta?

Então, pedimos providência ao senhor para verificar.

Outra coisa, Cajango, é a respeito da regularização, se não me engano você está até com o papelzinho aí, de pessoas que já foram colocadas no assentamento pelo INCRA e ainda não foi regularizada a situação. Faz mais de quatro anos! Diz que era para vir uma vistoria, é para vir uma vistoria e nunca veio vistoria para regularizar! Aí o Deputado fala assim: “Gente, o dinheiro está aí, é para vocês fazerem projeto e para pegar.” Só que a maioria não está regularizada porque o INCRA não vem fazer vistoria. Como é que vai fazer projeto? Não libera se a pessoa não está regularizada. O INCRA não regularizou, isso faz mais de quatro anos! Os processos estão parados lá dentro do INCRA! Tem processo que só falta o Leonel assinar. O Leonel não assinou porque não teve vistoria.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Processo de quê?

O SR. ROMAR - Processo de regularização de assentado, que o próprio INCRA colocou.

Outra coisa, Deputado, eu queria solicitar ao senhor: nós fizemos aquela faixa ali, o Assentamento Carimã tem oito anos, ainda tem quarenta e sete famílias que não têm energia. Queria passar ao senhor, que foi concedido a nós pela Vereadora Mariúva, uma fábrica de doce. O Assentamento Carimã se divide em duas partes. Ele tem agricultura e tem bacia leiteira. Infelizmente, a bacia leiteira não tem energia! Essa fábrica foi doada e está lá em cima, na agricultura. Quem produz leite não tem condições de levar leite lá em cima! E não tem condições de instalar a fabrica de doce lá embaixo, porque lá não tem energia. Como é que vai funcionar essa fábrica de doce? A COMAJUL estava nos pagando cinquenta e um centavos o litro de leite, hoje está pagando trinta e sete. Qual vai ser nossa subsistência?

Nós temos a fábrica de doce lá, o açúcar que foi doado já perdeu, já venceu e a energia não chega! Sempre que a gente liga: “Ah, vai ser providenciado, vai ser providenciado” e nunca providencia. Nós, os assentados lá de baixo, já estivemos de foice na mão ajudando fazer até picada para passar energia e a energia nunca vai! Sempre em época política aparece alguém: “Ah, vamos fazer isso que a energia vai vir.” Passou, acabou. Não existe mais projeto de energia. O Adão Hipólito falou: “Ah, está lá o projeto, está pronto lá.” Pronto lá e nós aqui estamos a ver navios? Não adianta nada para nós o projeto estar pronto lá em Cuiabá, de forma alguma. Estamos sem luz.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer que as suas reivindicações são justas.

Eu quero convidar o Sr. Divino Paulino de Souza, do Conselho Municipal de Pedra Preta, para fazer uso da palavra.

O SR. DIVINO PAULINO DE SOUZA - Em primeiro lugar, quero dizer boa-tarde a todos os presentes, a platéia, aos membros e as autoridades competentes aqui juntamente conosco.

Eu quero fazer três perguntas direcionadas. Não vou tomar muito tempo. Eu sou lá de Pedra Preta, pertencço ao Conselho Municipal e sou vice-Presidente da Associação do Pequeno e Miniprodutor Rural do Alto da Colina.

Infelizmente, o que ouvimos no dia-a-dia, nos bastidores, é só grito de socorro. É o meio ambiente pedindo socorro. É a classe menos privilegiada pedindo socorro, o rico mais rico e o pobre mais pobre.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Então, Cajango está ali, é uma pessoa que nós conhecemos, já tem sete anos na luta pelejando. Então, às vezes, depende de forças maiores, mas isso também depende de nós. Nós estivemos em Canudos, num assentamento em Pedra Preta, briga travada contra o INCRA, política interna do INCRA, partidária do INCRA, mas, felizmente, conseguimos ganhar, conseguimos estabilizar a situação e resolver a questão de todo mundo. Eu acredito que todos nós aqui presentes, todos vocês também, só vai depender de vocês quererem colocar tudo em pauta, todo conhecimento, que vocês vão chegar lá.

Eu quero perguntar à Mesa presente, se tem algum representante da CPT, Pastoral da Terra, eu quero direcionar algumas perguntas a ele também, porque fizeram uma lá em Pedra Preta que eu vou lhe falar, meu jovem, é de amargar, é pior do que jurubeba; também ao INTERMAT; à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado de Mato Grosso, nós temos um convênio firmado no ano passado, que também ficou no papel; também ao representante do INCRA; o Cajango...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Espera aí, registra claramente: o que a Pastoral da Terra fez e o que o INTERMAT fez que deixou de amargar? Tem que falar. Você falou, mas não falou o que é, tem que registrar.

O SR. DIVINO PAULINO DE SOUZA - A Pastoral da Terra, eu como membro do Conselho Municipal de Pedra Preta, componho a mesa, fez uma remodelação de parceiros em cima do Projeto Banco da Terra, lá de Pedra Preta, e não teve a capacidade, o Estado, não teve a capacidade de legalizar, ou deslegalizar alguém. Só foi lá e esparramou uma cinza no ventilador, armou para o Conselho do Município e falou: "Agora vocês se virem, é problema de vocês." Aí o Conselho Municipal vai lá e fala: "Você encaixa no sistema, você encaixa, você não encaixa, você não encaixa, você não encaixa." Aí os caras vão lá, os camaradas vão lá e fala: "Olha, rapaz, você me reprovou. Por que você me reprovou?" Está entendendo agora?

Então, não cabe...

Só para vocês terem noção do tamanho do pepino que o Conselho do Estado jogou em cima do Conselho do Município. Na hora de fazer: "Não, tem dinheiro. Tem a CPT, tem dinheiro para comprar a terra. Vocês têm quarenta mil reais para comprar terra. Vai acabar o problema de vocês." Mas na hora de resolver o abacaxi, o Conselho Municipal onde está? "Se vira, o município é de vocês." (RISOS) Muito engraçado.

Aí a questão do Jair Mariano, a questão do INTERMAT: nós firmamos lá, no ano passado, um convênio para uma rede de água de treze quilômetros de extensão, que era para atender quarenta e cinco parceiros no Projeto de Assentamento em Santo Antônio do Norte. Fizemos. Como era um ano político, não podia ser executado porque partia para questão partidária. "Vamos firmar o convênio, vamos alocar o recurso, no ano vindouro nós vamos lá e vamos executar a obra." Tudo bem. Vamos fazer. Fizemos. No ano seguinte, pessoalmente eu fui lá. Constatou. Falou: "A verba está alocada." Sumiu. Parece que houve um problema do Secretário de Finanças, houve remanejamento de verba de um lado, de outro, a operação tapa-buraco, tira daqui, põe ali, tira daqui, põe ali, põe ali e acabou que o nosso santo lá ficou sem roupa, tirou de cá e de lá e nós sobramos.

Eu quero saber do representante do INTERMAT e do Conselho, eu acredito que é do município, não é do Estado, então, vai ficar na mesma, eu acredito. A questão do INCRA, agora vamos entrar numa questão séria, ouvi muito clamor aqui, muita gente procurando o que acontece. O que acontece é bem fácil explicar, o difícil é resolver o problema. A questão do INCRA é partidária, não vou acender, é uma crítica que eu tenho a fazer, já faz cinco ou sete anos que nós estamos pelejando nisso aí, é uma questão partidária, é uma cadeira partidária e que fica naquela: vamos para lá, vamos para cá, vamos para lá, Deus é bom e o diabo não é ruim. Deus é bom, o diabo

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

não é ruim. É acabar a pinguela, aqui para os dois. Já passei a pinguela. Então, nós tivemos uma briga travada no Canudos. O INCRA não cedeu: “Não, vai ser furado aqui. É aqui. É aqui.” Apenas duas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O seu tempo está acabando, mas pode terminar.

O SR. DIVINO PAULINO DE SOUZA - Duas pessoas, eu vou falar para vocês, que é partidário, porque duas pessoas travaram a mudança de um poço para onde é que mudava, para outro local que atenderia os quarenta e cinco. Agora, está sendo investido quinhentos mil reais para furar dois poços artesianos, onde trezentos e cinquenta resolvia. A questão não é dinheiro. A questão é a perfuração do subsolo, é a danificação na questão climática. Cada vez que fura dois poços artesianos, daqui a quarenta anos nós vamos estar igual aos Estados Unidos.

Hoje nós estamos rindo porque temos água com bonança, daqui a quarenta ou cinquenta anos, nós não vamos ter água. Vamos ter que utilizar água quatro ou cinco vezes. E tudo isso por quê? Por questão de privilégio, questão de burocracia, questão de autoritarismo: “Não, eu mando. Eu mando e vai fazer onde eu determinar.” Isso está errado, porque no Brasil diz que é democrático. O Brasil diz que é democracia, socialismo. Aqui é opressão, o sistema é opressivo. Não tem nada de democracia. Fala mais quem puder mais. Fala menos quem tem mais fome, a questão do Brasil é essa. Essa questão do poder tudo teria que acabar. Essa questão da ditadura, está igual ao carrasco lá que matou muita gente. “Nós vamos fazer aqui e pronto.”

Eu não quero me prolongar muito, acredito que tem muita gente para falar. Há poucos dias eu estive no INCRA e o Cajango me disse: “Olha, Divino, isso aqui eu posso fazer. Agora, isso aqui quem tem que fazer é o Leonel.” Eu fui lá na sala do Leonel: “Ih, rapaz, estou saindo, resolve com o meu assessor.” Agora, assessor resolve?

Segunda-feira, amanhã à tarde, nós estaremos lá, Cajango.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Nós moradores do Acampamento Padre Lothar, em São José do Povo, há mais de dois anos acampados, pedimos socorro ao INCRA, esperamos a solução de uma área para podermos plantar.

Pessoal do Acampamento Padre Lothar, eu acho que quem poderia estar vendo esse encaminhamento...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Mas eu acho que este caso aqui era um pessoal ligado ao MTA. Eu acho que era importante o MTA responder esta pergunta aqui.

Foram, mas por falta de sorte nossa, Cajango, nenhuma deu viável para reforma agrária, até o Complexo Tarimã que era dez mil hectares, não deu viável para reforma agrária. É um absurdo aquela área não dar viável para reforma agrária! Daria para assentar mais de duzentas famílias lá.

Daniel Figueiredo Rocha: “Eu quero saber para onde foi a nossa água e luz, nós somos seis famílias do Chico Mendes.” Eu não sabia que tinha seis famílias no Chico Mendes que não tinha água e nem energia. Eu estou sabendo agora, até quero ter esse material comigo depois, essa questão aqui.

“Associação de Pequenos Trabalhadores Rurais de Terra Jerusalém, venho pedir mais um apoio pelos papéis que estão no Conselho Estadual, que já foram encaminhados para Cuiabá e queremos uma resposta. Se já foi aprovado. Nós precisamos de uma resposta urgente para darmos encaminhamento no resto da papelada que falta. É a respeito da questão.” Parece-me que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

vocês tiveram uma reunião agora ali para discutir o assunto, não tiveram? Eu acho que essa questão de vocês é uma questão que depois da Audiência nós poderíamos discutir o problema de vocês. Se a documentação está correta, está lá no Conselho... Se nós formos discutir a questão do Banco da Terra aqui, primeiro eu tenho que me inteirar da questão de vocês, aí depois da reunião nós poderíamos estar conversando sobre esse assunto numa roda.

Bem, eu quero aqui, antes do Cajango usar a palavra, eu preciso de dois parceiros aqui, eu pedi pelo amor de Deus para eles não saírem. Depois nós vamos ouvir a CONAB e o INTERMAT. Interessa-me muito ouvir a CONAB. Um é o Secretário de Agricultura do Município, o Jurelino; o outro é o Presidente da URAMB, o Hélio Luz.

O Jurelino hoje é Secretário do Município que tem um dos maiores assentamentos da região Sul, que é São José do Povo.

Nós precisamos, Jurelino, eu já conhecia você, nós precisamos ser mais ágeis, para nós fazermos projetos e tentar ver se conseguimos recursos para São José do Povo. Quero me colocar à disposição. Agora, preciso que o prefeito também dê a sua parte. Muitas vezes: “Ah, o prefeito não vai porque não faz projetos.” Mas ele também tem que começar a assumir alguns projetinhos, ou pela AMM, ou arrumar uma empresa técnica na área de geologia para fazer os projetos. Mas nós precisamos que vocês desenvolvam projetos também, porque eu não tenho como fazer projeto e pleitear politicamente.

Então, vou passar a palavra para você agora, quero ouvir você hoje. Eu me preocupo muito com São José do Povo porque é um dos IDHs mais baixos que nós temos na região sul, perde para qualquer outro município.

Com a palavra, o Sr. Jurelino.

O SR. JURELINO - Boa-tarde a todos!

Quero agradecer a oportunidade de estar representando o Município de São José do Povo; também em nome do prefeito, cumprimento todos presentes.

Bom, Deputado, sou de São José do Povo. Hoje estou na cadeira da Secretaria de Agricultura. Venho aqui dizer de público que eu procuro participar de todas as audiências públicas ativamente. Eu tenho uma grande preocupação com a questão da reforma agrária. No caso exclusivo de São José do povo, eu fico até um pouco triste na hora que diz a respeito à assistência técnica, principalmente da EMPAER, de cujo quadro faço parte.

Eu quero aqui dizer que São José do Povo, a questão de crédito rural, todos os assentamentos, todos os assentados que tinham possibilidade de pegar recurso, já pegaram o recurso. Nós aplicamos através do Banco do Brasil nos últimos quatro anos, mais de três milhões de reais. Os únicos que não conseguiram acessar o crédito rural no Município de São José do Povo, que eu tenho conhecimento, são as pessoas que estão ocupando lote de forma irregular. Eu não vejo ali nenhum que deixou de pegar crédito por culpa da EMPAER, ou de outra empresa qualquer. Somente aqueles que, realmente, não têm condições de pegar o crédito, ou não está regularizado, ou está inadimplente no banco. Mas em São José do Povo por ter hoje mais de quatrocentos assentados, nós galgamos aí uma região bastante privilegiada na questão do crédito rural.

Eu fico muito chateado quando fala que São José do Povo, a EMPAER, está carente na questão da assistência técnica. Eu estou lá há cinco anos, a EMPAER já conseguiu colocar através da sua assistência técnica, tratores em todos os assentamentos através do PADIC. Nós temos mais duas empresas que trabalham lá, falam que assumem a responsabilidade da assistência técnica, eu nunca vi nem visitando os assentamentos. Quando eu assumi a Secretaria de Agricultura, eu tive a preocupação de chamar as duas empresas que trabalham com assistência

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

técnica no meu município. Chamei o gabinete do prefeito, perguntei qual era a proposta que tinha para melhorar a vida dos assentados de São José do Povo. Até hoje estou à mercê da informação.

Eu concordo aqui também com a questão que o Secretário Ajax, de Poxoréo, que salientou na sua fala, a questão das visitas dessas empresas nos nossos municípios, muito menos passa para conversar com o Secretário de Agricultura, ou muito menos dá satisfação ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores. Mas quando precisa de um ônibus para ir a algum evento, precisa de alguma coisa, recorre ao prefeito. Isso nós ficamos bastante chateados com essas questões dessas empresas sem ser técnicas.

Eu até proponho um desafio aqui, Deputado, se isso que eu estou falando aqui são inverdades, coloco-me à disposição para que seja desmentido. Procurei as duas empresas. Da mesma forma que a EMPAER tem parceria com a prefeitura lá no Município, nós gostaríamos de fazer com as outras empresas também, e até hoje não tivemos resultado nenhum.

Então, em São José do Povo, os produtores que são assistidos pela EMPAER através de pesquisa, têm o menor índice de inadimplente junto ao Banco do Brasil, são as pessoas acompanhadas pela EMPAER. E o menor índice de êxodo rural é dos assentados assistidos pela EMPAER.

Eu ouvi também a questão dos recursos, doze milhões de reais, a EMPAER tem um projeto, sim, que é o Projeto ADS, do Governo Federal, do qual agora venho falar em nome do Supervisor Regional que teve que sair e me passou as informações para que eu transmitisse para vocês. Realmente, existe esse recurso e está sendo repassado de forma parcelada, da mesma forma também que as outras empresas também estão recebendo esse recurso. Qual é o valor do recurso que as outras empresas recebem? Foi citado aqui? Não foi até agora. Mas na EMPAER todo mundo quer bater.

Eu defendo a EMPAER, porque eu sobrevivo dela, já venho há quinze anos trabalhando nessa empresa e sempre me dediquei. Então, eu gostaria que não generalizasse a forma de ação da EMPAER, definisse alguns lugares que a EMPAER não trabalha muito bem. Concordo. Mas não vamos generalizar.

Eu quero aqui colocar em público, o município vai dar mais um prazo para essas outras empresas atuarem, realmente, para aquele público que eles vão estar recebendo trezentos e setenta e cinco reais para ele dar assistência àquele povo, senão as providências vão ser tomadas à altura.

Quero, Deputado, falar que lá em São José do Povo as questões são de ordens estruturais. Nós encaminhamos, tivemos uma audiência com o Superintendente do INCRA, acompanhado com a assessoria de Vossa Excelência que até, então, nunca nos negou o apoio quando vamos a Cuiabá. Sentamos lá no dia 04 de março de 2005, colocando em pauta todas as dificuldades que os assentamentos de São José do Povo têm e até hoje não recebemos nenhuma proposta, nenhuma solicitação. Hoje, venho aqui. Amanhã, eu tenho uma reunião com o meu prefeito que até, então, não mediu nenhum pouquinho de dificuldade para atender os assentados. Da melhor maneira possível, são atendidos. Vamos, sim, tentar sentar lá amanhã e na quarta-feira, com certeza, nós deveremos bater na porta do seu gabinete para ir até o INCRA, ou onde quer que seja, junto com os demais presidentes das associações, para resolver o problema da estrutura de São José do Povo que eu acho que é o que está mais carente, a questão de estrada, pontes, posto de saúde, poço artesianos. Nós temos vários poços perfurados lá no município, mas não temos rede. Como a maioria do pessoal citou aqui, não é um caso exclusivamente dos outros assentamentos, é também dos assentamentos de São José do Povo.

Estamos lá na frente, a Secretaria de Agricultura, para acompanhar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Jurelino, eu só vou fazer uma sugestão: antes de levar à comunidade, é melhor você ir lá, nós vamos na AMM-Associação Mato-grossense dos Municípios para ver se a AMM ajuda o município a fazer os projetos de engenharia. E você arruma uma empresa na área de geologia para fazer o projeto artesiano, depois nós fazemos essa audiência com o Superintendente do INCRA. Daí eu vou com o Superintendente do INCRA, não é só para fazer reivindicação com ofício, não, com o projeto pronto.

Tem mais, sabe qual é a definição, Carlos Alberto, que está tendo lá no INCRA? Quando o dinheiro da infra-estrutura acabar, não vai vir mais dinheiro para Mato Grosso. Vai vir dinheiro para os Estados que tiverem projetos prontos. Se Mato Grosso... Vai ter sobra de dinheiro este. Se Mato Grosso tiver projeto pronto, o INCRA nacional manda dinheiro para o INCRA Estadual. Se não tiver, eu vou mandar para a Bahia. Eu vou mandar para o Pará, porque Mato Grosso não faz projetos.

Então, Jurelino, eu quero lhe pedir o seguinte: traga os projetos prontos. Não é só fazer o pedidinho lá não. Nós chegamos lá como político: "Olha, eles vieram pedir isso, isso." Não. Mande o projeto de engenharia pronto, quanto de estrada, metro cúbico, tudo pronto. Projeto de água pronto, rede pronto, daí eu vou levar no Leonel e aí vamos cobrar.

E tem mais, eu quero até passar uma informação para a companheirada: se a região sul as coisas estão ruins, imaginem o resto de Mato Grosso? Para vocês terem uma idéia, eu estou falando isso de coração. No Araguaia, eu sempre fui o segundo Deputado mais votado do Araguaia, o povo do Araguaia vota em mim. No Araguaia, este ano não foi nenhum poço artesiano. A Baixada Cuiabana também não está indo quase nada. Se está indo, esse pouquinho que está vindo é por causa da nossa briga. Aqui foi falada uma coisa que é verdade, pode ter Deputado, lá na Assembléia Legislativa, que tem compromisso com a reforma agrária, mas mais do que eu, não. Só tinha um que tinha mais do que eu, hoje se elegeu senador da república, que é a Deputada Serys.

Então, eu quero aqui dizer para você... (VIRADA DE FITA) ...vamos fazer projeto. Eu fiquei feliz hoje porque estamos com os Secretários de Agricultura aqui, porque quero hoje ser criticado, mas quero pedir para os companheiros ajuda, eu estou pedindo ajuda, porque, na verdade, sem projeto nós não vamos conduzir os negócios. Eu falei aqui para o pessoal do Dener. O Dener, mandem-no me procurar lá, eu quero ajudar Juscimeira também. A dona Maria José está pulando alto porque os projetos que ela fez vai sair dinheiro, a Prefeita que estava aqui... O Município de Poxoréo é o Município que vai receber mais recurso. Agora, todos os projetos que o prefeito fez, recurso do INCRA, vão sair agora. Eu já pedi para o Prefeito Tonho fazer mais projetos também para atender o Santo Antônio da Aldeia; a Umir, que nós estamos colocando energia lá agora; tem um Assentamento ao lado da Umir que se chama Boa Vista, que já está arrumando as estradas para colocar energia; Colina Verde. Então, as coisas estão acontecendo, só que eu estou preocupado, fazem projetos, o que o Jurelino falou comigo é o seguinte: que ele foi numa reunião e passou as reivindicações para o Leonel, só a reivindicação. Está aqui o Cajango para dizer, não resolve. Resolve projeto de engenharia pronto, o Prefeito tem que entregar o projeto pronto, e eu posso pedir para a AMM ajudar o prefeito...

O SR. AJAX ALVES GOMES - É justamente nesse assunto que tem que explicar também para o assentado, Cajango, Deputado, o senhor disse aqui de manhã, alguém disse que voltou recurso. De que dotação orçamentária voltou esse recurso? Se falta recurso para outro, por que não complementa para outra parte? Porque é necessidade de dois, três, quatro anos. Voltou recurso por quê? Não é incompetência dos municípios, eu acho que falta esclarecimento aos assentados e aos municípios ao qual esses assentamentos pertencem, justamente para elaborar,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

porque o prefeito não tem bola de cristal para adivinhar o que é, porque está nas mãos do INCRA o dinheiro.

Segundo, quais são os tipos de projetos de engenharia. Para quê? O INCRA não tem um Departamento de engenharia dele? Porque antigamente tinha, Cajango, quem elaborava. Quando montava um assentamento, já desenhava tudo, ponte, poço, estrada, enfim, toda infraestrutura. Agora volta dinheiro por quê?

Outra coisa: esses projetos, por que tem que ser a prefeitura? Não é o INCRA que determina? Eu já ouvi muitos casos sobre assentamentos que o poço tem que custar um milhão de reais e o INCRA libera duzentos; a estrada lá que não tem pirambeira, tem ponte, tem o cacete... o cara libera cinqüenta contos para fazer a estrada toda. Aí fica nos ombros da prefeitura e a prefeitura pobre não tem condições de arrumar as estradas vicinais dela, aí tem que atender as necessidades do assentado porque tem que ir o ônibus da educação, o cara tem que ir para a cidade, ele tem que ir trabalhar. E é a prefeitura que passa por inoperante.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PATIO) - Não, você tem razão, eu quero aqui falar para você... eu estou dizendo o seguinte: você tem razão por essa angústia...

O SR. AJAX ALVES GOMES - Como é uma Audiência Pública, parabéns para o senhor, até porque é o seguinte, eu acho que faltou responsabilidade e ouvido para os outros Deputados, principalmente da região sul, que são os caça-votos ali no nosso município, de não participar aqui. Corre do pau e depois diz que são os pais da criança.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PATIO) - Eu só estou falando isso como uma sugestão, mas você tem razão. Primeiro, eu quero colocar que o que ele falou tem razão, não precisa necessariamente fazer pelos municípios, não. Se o INCRA tivesse vontade política, ele também poderia fazer os projetos e licitar. Então, ele tem razão no que colocou. Mas como o INCRA já licitou na região sul oito ou nove poços artesianos, ele licitou uma parte, aqueles assentamentos, o Carlos Marijhele licitou um, foi pelo INCRA, tem o assentamento Tietê, que é também em Poxoréo, ele licitou. Então, nem todos os poços artesianos e estradas são pelo município, mas é que agora o próprio Leonel falou para mim no corredor que, se os municípios fizerem os projetos, ele faz convênio. Mas eu dou razão para você, se o INCRA quisesse, teria feito projetos também, não estou tirando mérito, não, você tem razão.

Uma outra coisa que eu quero falar é que os engenheiros do INCRA não fazem projetos, eles só analisam os projetos, só tem um engenheiro, que é o Edson, que analisa projeto, e a Celinha, que é geóloga, analisa os projetos de geologia.

O SR. ORADOR (?) - Eu também tenho uma reivindicação, Deputado, até gostaria que Vossa Excelência intercedesse na questão... Eu represento também, hoje sou Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e solicitei tanto dos responsáveis pelo Movimento MTA e dos responsáveis pelo Movimento MST, que indicassem uma pessoa para fazer parte do Conselho para não ficar alheio às ações, às decisões que são feitas dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São José do Povo, e até então nunca obtivemos resposta. Então, nós temos uma dificuldade grande no Município em relacionar com o MTA e com o MST, não por má-vontade da EMPAER, da Prefeitura ou da Secretaria de Agricultura, mas são eles que não têm o mínimo interesse em sentar conosco para resolver o problema do Município. Tanto é que nós convocamos para que fizesse parte do Conselho e não mandaram até hoje nenhum representante.

Para finalizar, eu quero passar para o Cajango, já estivemos no INCRA várias vezes. Esta semana, recebemos lá no Município algumas reivindicações, inclusive de Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos do Pátio, encaminhada ao Dr. Aréssio Paquer, que é Diretor-Presidente da EMPAER, algumas questões referentes à declaração de aptidão que a EMPAER não

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

tem a mínima vontade de atender, mas nós estamos, Cajango, Sr. Deputado, numa situação de calça justa, porque no nosso Município foram notificados mais de sessenta produtores que compraram lotes de assentados e que de forma aleatória, excluindo alguns, estão aparecendo lá no Conselho as declarações de aptidão emitidas pelo INCRA. Qual seria a forma de emitir essas declarações lá no INCRA, que as mesmas pessoas que receberam notificação estão sendo regularizadas, como eu tenho prova testemunhal aqui, e outras que estão na mesma situação não receberam nova declaração do INCRA.

Eu quero perguntar ao Cajango, na medida do possível me responda, com esse pouco conhecimento que a gente tem, esse pessoal para quem está sendo emitida nova declaração, para esses assentados que adquiriram lotes da mesma forma que os demais adquiriram e o lote já foi beneficiado com o PRONAF A, as normas até agora não elucidam as questões finais dessas declarações de aptidão. Elas devem ser aprovadas e emitidas por GERA, para que seja emitido o crédito de dezoito mil a essas pessoas que adquiriram lote, que o lote já foi beneficiado com todos os recursos possíveis do INCRA e pertenciam a líderes dos Movimentos Sociais MST ou MTA, lá no Assentamento João Pessoa?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O último para falar e depois vou passar para o Cajango, e, em seguida, vou passar para o Ovídio, porque eu quero saber do Ovídio sobre a CONAB, eu quero aprender sobre a CONAB, hoje.

Com a palavra, o Sr. Hélio Luz, ele que está aqui desde cedo.

Hélio Luz, meu companheiro, eu quero aqui dizer uma coisa para você: eu sempre fui do Movimento da Associação dos Moradores, distanciei de uns tempos para cá, acho até que o Movimento, errei de ter distanciado, mas também acho que o Movimento está um pouco distante da base também, da União Rondonopolitana, e não sei o que aconteceu. Eu acho que nessa luta pela reforma agrária a URAMB tem que entrar, a luta pela terra, a luta pela geração de emprego e renda. Eu quero pedir para você, como parceiro, para começarmos uma grande caminhada nesse sentido, inclusive com os movimentos populares da reforma agrária. Você que é uma pessoa idealista, você pode nos ajudar. Eu fiquei muito feliz de você estar aqui porque quero falar isso para você. Eu quero passar a palavra para você porque acho que é o momento de unirmos forças.

Com a palavra, o Sr. Hélio Luz.

O SR. HÉLIO LUZ - Quero cumprimentar todos os participantes, cumprimentar todos os integrantes da Mesa, em especial o Deputado Zé Carlos do Pátio, até a pedido do Deputado que eu permaneci, eu teria que ter saído ao meio-dia, porque sou representante do Movimento Urbano, mas nós sabemos muito bem que o trabalho rural, o assentamento rural tem muito a ver com a parte urbana da cidade.

Hoje, pelas estatísticas, a maioria absoluta da população reside na zona urbana, sendo que a gente sabe que na zona rural é uma forma de geração de renda, é uma forma de emprego e diminuir aí esse número de desempregado que nós temos na cidade que constantemente, no dia-a-dia, nós vemos pessoas chegando até nós falando que quer um emprego, pedindo apoio para um emprego e nós sabemos que a zona rural é um importante local de geração de emprego e renda. Mas como já ouvi aqui várias vezes, não basta só dar terra às pessoas, elas irem para lá e não ter a renda, às vezes nem permanecer lá, ou então ficar só com a terra e não poder trabalhar por falta de apoio.

E aqui, Deputado, pudemos presenciar os clamores de tantas pessoas, as lamentações e as dificuldades que apresentam, o quanto está difícil, o quanto falta para elas lá.

Vimos também as ações do Deputado aqui nesta Audiência e outras mais que nós já presenciamos, que é importante a parceria do Deputado, pelo menos está aqui ouvindo e está

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

servindo como um intermediário com as prefeituras, o Governo e o INCRA para poder, de repente, amenizar as reivindicações dessa população da zona rural que nós temos. Como ele mesmo disse que em outras partes do Estado certamente está muito pior, é que aqui, mesmo tento essa luta, ainda existe tanta dificuldade como acabamos de ouvir aqui e que parece que nem tem solução. Mas por isso que a gente vê que é importante, eu quis até ficar e colocar aqui a nossa entidade, o meu nome também como parceiro naquilo que for possível, o Deputado certamente deve ter alguma sugestão de como devemos participar melhor, de como a gente pode se envolver melhor, de ajudar, não só apoiar quem está lá, mas também ajudar a levar mais pessoas para lá.

A exemplo do pessoal da Terra de Jerusalém, eu conheço a luta desse pessoal e faz tanto tempo que eles estão aí e não conseguem, eu só vejo falar que estão atrás de uma terra, atrás... E faz tempo.

Então, como aquela senhora citou, que ela está atrás de uma declaração de que ela tem vínculo com a zona rural. Olha só: tem tanta gente que já trabalhou na zona rural e até um tempo não tinha como provar nada de vínculo com a zona rural. Eu acho que essa é uma exigência que deveria ser modificada, porque até mesmo uma pessoa que nasceu na zona urbana, Deputado, que estudou aqui na cidade, de repente, numa fase da vida dela, resolve transformar num morador da zona rural e produzir. Será que não poderia criar outros critérios para ele poder se beneficiar desses recursos do Banco da Terra de outras formas? Que não fosse levado a critérios rígidos esse negócio de ter tido vínculo anterior. Às vezes, pode descobrir vocação nessas pessoas através da formação, através do comprometimento que ficar provado assim.

O Deputado citou aqui sobre o recurso do PRONAF, que 51% destinados ao pequeno, eu vejo com convicção que isso foi uma excelente medida. Se hoje já é difícil para eles pegar com todos esses direitos, imaginem quando era livre, para quando não usasse, o maior pudesse usar. Agora, com esse recurso sendo destinado para o pequeno, com certeza, foi uma iniciativa muito importante e que agora precisa que realmente venha esses recursos para eles, a totalidade dos recursos disponíveis.

Também, Deputado, eu gostaria que pudesse ser mais essa luta do Deputado de ver essa questão do vínculo, do passado da pessoa ou não, para ela poder beneficiar da terra, de repente quebrar um pouco essa situação e também ampliar o limite dos recursos que hoje é de quarenta mil reais, trinta e nove mil. Isso é muito pouco para as pessoas pegar a terra, como é que sabe que no valor de terra que tem aqui em Rondonópolis, vou citar aqui sete hectares, uma pessoa vai deixar de pegar uma terra a tantos quilômetros dessa cidade para ficar com sete hectares? Não tem jeito, ele vai ficar muito limitado nas ações dele lá na zona rural se ele pegar apenas esse valor.

Então, eu acho que precisa ampliar para ele ter mais diversidade, ter uma terra maior já que a terra aqui nesta região está cara. Tem que ter uma terra maior. Eu acho que o Deputado Zé Carlos do Pátio poderia pegar mais essa bandeira de luta, nessas reivindicações aqui, além dessas do pessoal que já está assentado, de continuar nessa batalha já que os que estão lá precisam de mais apoio ainda.

Eu quero, Deputado, atendendo o seu pedido, não vou poder ficar até o final, mas já deixo aqui à disposição, se o senhor tem alguma sugestão de que nós possamos ser mais parceiros nesse trabalho tanto de apoio, como de mais assentamento, nós estamos aqui na disponibilidade, essa é a nossa função. Nós, inclusive, fazemos parte da Conferência das Cidades, participamos aqui em Rondonópolis, participamos no Estado, estou eleito em representação ao Movimento Comunitário, inclusive do Estado, para ir para Brasília, no final de novembro, início de dezembro, quatro dias que vamos ficar lá, onde estará discutindo reforma urbana, e reforma urbana passa pelos assentamentos rurais também, por esse apoio rural. Então, nós estamos aqui para poder estar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

preparado para poder conhecer melhor, o que é que nós podemos falar, o que é que nós podemos somar nos esforços de luta em favor dos trabalhadores da nossa terra. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu agradeço.

Eu quero aqui dizer, Hélio Luz, que o Movimento Urbano pode nos ajudar muito na luta pela reforma agrária. Já imaginou o Movimento Urbano unir com o Movimento Rural e construir essas grandes lutas da reforma agrária? Que coisa mais maravilhosa. Eu quero aqui dizer que é importante demais.

Eu vou ter uma Audiência Pública com a URAMB, eu quero sentar depois com vocês sobre o MT FOMENTO. Nós temos alguns projetos a juro zero que eu quero que você entre nessa parada.

Eu vou passar a palavra para o Cajango, para responder, e depois nós vamos ouvir... Eu quero aqui pedir desculpa, Ovídio, mas depois eu quero fazer uma grande Audiência Pública para discutir sobre a CONAB, e quero ser doutor em CONAB. Eu não tenho conhecimento nenhum nessa área. Quero ouvir você hoje, você me perdoa porque estou demorando, mas quero ouvir muito vocês hoje.

Com a palavra, o Cajango.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Vou começar a responder pelo Jurelino.

Essa questão, Jurelino, dos assentamentos que foram regularizados, alguns foram regularizados, está sendo analisado caso a caso pelo departamento jurídico do INCRA e em alguns casos pode até ter emitido, depois da legalização, pode emitir, perfeitamente. Agora, é o seguinte: só não pode fazer andares de PRONAF. Para o Jurelino, para o Cajango, para o Ajax não existe, ele pode ser contemplado com outras linhas de crédito, com a carta de anuência do INCRA, ou com a própria declaração de aptidão, ou encaixar nos outros grupos, ou reforma, PRONAF, pode ser o C, o D, ou o E, todas as letras do alfabeto. Não o A, voltar novamente lá no A.

O que está sendo discutido é o seguinte: se foi assentada uma pessoa e se essa pessoa, porventura, tenha repassado o lote a um terceiro e deixou alguma benfeitoria lá, vamos supor: o PRONAF hoje é quinze mil, o camarada deixou lá as benfeitorias que ele fez, cerca, pastagem, carpineira, oito mil reais. Certo? Ainda não está aprovado isso, mas já está em estudo no MDA. A outra pessoa que vai entrar, ele poderia pegar mais dez mil, completaria os dezoito, nas mesmas condições que aquele camarada pegou, e o empréstimo contraído por aquela pessoa, o anterior, ele vai ter que assumir, e não a pessoa que está chegando. Isso tudo é confusão em função de repasse de áreas em assentamento.

Então, cada caso tem que ser analisado caso por caso. E alguns casos estão sendo legalizados, outros estão indo para a Justiça, é um rolo danado, porque aquela notificação é para o cara se explicar porque que ele chegou lá no assentamento, de que forma que ele chegou. Pode até ser que o Procurador entenda: “Olha, eu estava desempregado, a mulher estava desempregada e nós achamos uma posse, compramos. Lá está eu e mais cinco filhos...” Pode até ser que o Procurador: “Não, isso aqui é passível legalizar...” Uma das superintendentes concorda. O outro camarada é empresário aqui em Rondonópolis, tem uma rede de fazendas por aí, compra um lote lá, o Procurador vai mandar executá-lo. Entendeu? Tem todas essas histórias aí. Eu não vou entrar muito nesse aspecto.

Outra coisa, Jurelino, lá em São José do Povo, o Ajax alfinetou aí, eu acho que é obrigação do INCRA fazer projeto e tudo, isso em tempos normais de pressão e meio ambiente, mas o INCRA, hoje, tem um engenheiro civil, sozinho, para elaborar projetos para setenta mil famílias no Estado. Nós estamos pegando carona com as prefeituras, com apoio das prefeituras que são as nossas parceiras para nos ajudar nisso. O que o engenheiro do INCRA pode orientar, não só a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Prefeitura de Poxoréo como a de São José do Povo, na hora em que você for elaborar o Projeto para ver o preço das estradas, quais os assentamentos que ainda não foram beneficiados, como é o caso do João Pessoa lá, que as pessoas estão carregando leite naquela carrocinha. Ontem fui lá com o Edson e eu falei: Edson, São José do Povo foi beneficiado? Ele falou: “Cajango, quem define recurso não sou eu, é o Leonel. São José do Povo, para seu governo, não foi beneficiado.” Eu falei: olha, esse assunto eu vou deixar para o pessoal da comunidade falar com o Leonel.

O SR. AJAX ALVES GOMES - Cajango, eu te respeito, você sabe disso, há muito tempo, nós tivemos brigas horríveis, mas brigas dentro de um objetivo. Segundo, eu não alfinetei, a gente tem que ser realista...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Não, eu entendo...

O SR. AJAX ALVES GOMES - Eu não posso usar de hipocrisia aqui e dizer isso. Eu vou dizer o seguinte: por que então que o INCRA não faz... o Zé Carlos está coberto de razão, se o assentamento é no Município de Poxoréo: Prefeito, faz favor, eu vou assentar aqui, eu não tenho condições, o seu departamento de engenharia vai fazer isso, isso e isso. Se você tem um engenheiro, você não vai a lugar algum, o INCRA não vai a lugar algum com um engenheiro. Então, faça já definitivamente, quando fizer o assentamento, já chama a prefeitura à parceira...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Nós estamos fazendo isso!

O SR. AJAX ALVES GOMES - Ver o que é que precisa, inclusive, Cajango...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Ajax, nós estamos fazendo isso...

O SR. AJAX ALVES GOMES - Inclusive nós sabemos, o certo na verdade, gente, era municipalizar a reforma agrária. Sabem por quê? Porque nós é que conhecemos os problemas dos nossos municípios, e quando você não municipaliza, você traz problemas de fora e a gente tem que receber de braços abertos.

Então, quando for criar qualquer assentamento novo, desse pessoal que está ali, dos futuros assentados, já chame o Prefeito do Município. Prefeito, nós estamos trazendo cinquenta famílias, nós precisamos de estrada, poço artesiano e nós não temos equipe. O senhor e o INCRA têm o tutu e está no caixa. O senhor me apresenta, dentro de trinta dias, este projeto que resolve o problema. Senão, vai acontecer isso de ficar quatro, cinco anos.

Você falou hoje de manhã, por exemplo, um negócio que eu discordo. Você desafiou aqui qual o assentado que não ficou menos do que quatro anos. Aqui não tem nada contra o MST e nem o MTA, mas todos os projetos de Poxoréo que foram organizados associativamente, de uma associação só, tiveram melhor sucesso. Eu cito para você o Alminhas, só em Cuiabá eu fui vinte nove vezes, e você sabe disso.

Tem o Santo Antônio da Aldeia, que é de Poxoréo e tem o João de Barros, que foi o Leôncio que encabeçou. Esses três projetos, em menos de dois anos, estavam todo mundo dentro da terra. Estava ou não estava, pessoal? Agora, se passaram ou não passaram pelo MST, pelo MTA, aí não é problema meu. Eu acho que, associativamente falando, dentro do Município a discussão fica menor. Sabem o que acontece? Os chefetes dos movimentos é que não cai de jogo de mão.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Ajax, não é que eu não aceitei a crítica, eu acho que você está correto. Eu acho que o INCRA tem que ter o departamento de engenharia, tem que planejar toda programação operacional dos assentamentos que estão acontecendo, programar, fazer a licitação ou chamar a prefeitura. O que eu quero dizer para você, o Zé Carlos sabe disso, a AMM está apoiando todos os prefeitos na elaboração dos projetos. Ouviu, Jurelino, e o João Pessoa, pelo amor de Deus, entra nesse negócio para fazer esses projetos de lá porque ele não agüenta mais aquela história do João Pessoa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. AJAX ALVES GOMES - Nós vamos, com certeza, é que nós não tínhamos essa informação de que era para ser elaborado os projetos particulares, a prefeitura que tinha que elaborar. Nós não tínhamos essa informação. Então, nós tínhamos feito encaminhamento direto ao INCRA. Mas agora, com certeza, nós vamos tomar essas providências. Providencie o dinheiro, que o projeto, com certeza, vai ter.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Vou continuar aqui, Fazenda Barra Bonita, o companheiro está dizendo que já foi vistoriada pelo INCRA, Otaviano Pereira da Silva.

Otaviano, a Barra Bonita está na programação deste ano e, se Deus quiser, brevemente estará sendo emitida a posse. É uma reivindicação do movimento, ouviu Ajax, você vai ter que engolir mais essa lá em Poxoréo...

O SR. AJAX ALVES GOMES - Você sabe muito bem que a Fazenda Barra Bonita, o Sr. Inácio Miranda, do Distrito de Aparecida do Leste, quando o Lindemberg entrou juntamente com a outra do Maurício, entrou no INCRA, você sabe disso, a cadeia dominial dela teve mais de cento e cinquenta escrituras. Eu que levantei esses processos até porque é o seguinte: lá era uma colônia da CODEMAT, aí passou o mandato para o Tonho e aí eu não fiz parte da administração, mas não levantou, não foi movimento nenhum, movimento teve, sim, às vezes, não que eu seja contra o movimento, mas tem que ser dito também, tem movimento aí que gosta de pegar galinha morta, depois que a prefeitura levanta e faz tudo, aí ele chega para tomar posse. Não é por aí, não, companheiros.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Ouviu, Zé, você está sabendo, a Barra Bonita já está saindo, mais cento e poucas famílias vão ser assentadas lá, se Deus quiser ainda este ano.

Mais uma aqui, Josias e Mário encaminharam para o Governo Federal o pré-cadastro do Programa de Reforma Agrária em 03 maio de 2001 e até hoje não obteve resposta.

Essa aqui é aquela questão do cadastro pelo correio, tem quarenta mil só aqui em Mato Grosso aguardando, em berço esplêndido, essa terra. Vai chegar? Não sei. Se não for à luta, ela não vai chegar, com certeza. Agora, aquele cadastro está valendo? Continua valendo. O dia que o INCRA disponibilizar uma terra para essa pessoa, o cadastro dela estará valendo, é só puxar para o assentamento e acabou, não precisa fazer outro cadastro mais. Agora, dizer quando que vai ser assentado, aí é uma interrogação.

Valdenor, coordenador de Furnas de Pedra Preta. Ainda está por aí? Ele quer saber porque ainda não saiu o PDA para fazer o corte da Fazenda Furnas. Está aqui o cidadão.

Então, é o seguinte, um está brigando por terra, outro brigando por água, esse para o PDA, outro por topografia, outro pelo PRONAF A, outro pelo Recuperar. Quer dizer, essa é uma luta nossa, o senhor está de parabéns porque não tem mais a briga com o fazendeiro e o PDA já tem um termo de cooperação técnica com o MTA para fazer o PDA e o corte da área. Se eu estiver mentindo, o Mineirinho, o Valdir estão por aí podem dizer.

Tem ou não tem?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Mineirinho pode falar...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Vai, Mineirinho, fala aí sobre Furnas. Me ajuda aí.

O SR. MINEIRINHO - Espera aí, deixa eu esclarecer sobre a questão do termo de cooperação técnica. O termo de cooperação técnica é um termo de cooperação técnica feita entre o INCRA e a Associação dos Pequenos Trabalhadores do Vale do Cambauva, do PA 26 de Janeiro para elaborar aquele PDA...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Não é de Furnas?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. MINEIRINHO - Não, não, não. Aí está lá o INCRA para fazer um outro termo para fazer, mas aquele é específico...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Amplia.

O SR. MINEIRINHO - Não, aquele é específico para a associação, foi a associação que fez só do PA 26 de Janeiro, agora tem o INCRA para fazer novos termos, nova licitação para PDA.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Mineirinho, porque não pegamos eles que já estão com vontade de fazer esse negócio.

O SR. MINEIRINHO - Sim, aí já não depende de nós. Nós podemos fazer a discussão lá na associação que eles que tem o termo de cooperação e levar a proposta, falar: olha, o pessoal de Furnas está pedindo... Vamos levar a proposta. Agora, dizer que podemos ampliar...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Eu, como representante do INCRA, vou lançar um desafio para vocês aqui: se vocês ficarem sentados no sapato, nem para o ano que vem e nem daqui a 2007 vai sair. Vocês estão vendo o pessoal da... Até vou me corrigir aqui de que o termo de cooperação técnica é com o pessoal da Vinte e seis de Janeiro e não com Furnas. Furnas está na estaca zero.

O SR. MINEIRINHO - É, Furnas está na mão do INCRA, o INCRA é que tem que fazer o PDA de lá.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Então, está na mão do INCRA, vai ficar dormindo mais um tempo.

Então, vocês comecem a agir, comecem a agir. Vamos marcar uma reunião com o Leonel, com aquela Comissão de vocês aí... Ouviu, Zé, já tem o dinheiro depositado para Fomento, alimentação e já abriu as contas para eles também e ainda não estão fazendo o PDA e a topografia, aí não tem jeito. Vamos articular isso aí.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero fazer uma sugestão aos trabalhadores do MTA, e acho que se o PDA não ficar pronto, se já está aí o dinheiro do PRONAF, já tem o dinheiro da habitação...

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Não, não da casa, Zé, da alimentação, nós estamos depositando para garantir o orçamento deste ano...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pois é, mas não tem dinheiro para o PDA?

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Não foi encaminhado nada, porque o assentamento é agora, recente, de ontem...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu sei, eu conheço Furnas, é lá em Pedra Preta.

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - Pois é, vamos para a briga! Vamos articular isso com vocês, aí depende da organização de vocês. O Leonel gosta de debate, então tem que partir para cima dele.

Desculpa eu falar de vocês, vocês estão fora do que o Mineirinho acabou de confirmar aqui, o 26 de Janeiro, vamos articular... (VIRADA DE FITA) ...Mineirinho, essa proposta sua é boa, mas eu não estou autorizado a decidir nada aqui. Nós vamos discutir isso aí com o Bosco e com o Leonel. Com eles autorizando, nós já fazemos o ofício deles pedindo aqui. Ouviu, Zé?

Vou fechar; só tem mais uma pergunta aqui do companheiro Miguel. Ele quer saber porque as pessoas que recebem a terra do INCRA, bem como os recursos de implantação, abandonam sua área e não recebem penalização. Essa é uma boa pergunta, já que os que adquirem a terra compram o direito para ela, trabalham na terra e sofrem a duras penas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Ele quer dizer o seguinte: o camarada pegou a terra, pegou o dinheiro, pegou o PRONAF, pegou a casa, pegou o material, e vendeu o lote, passou para frente. Com o cara que vende o lote para ir embora, não acontece nada. Agora, o Manoel que comprou o lote, o INCRA não o legaliza, mas o castiga, porque ele comprou lote em área de reforma agrária. Às vezes demora um ano, dois anos, três anos para legalizar a vida dele, e ele fica sem recursos. Isso é uma verdade. Quer dizer, em função dessa rotatividade que tem nos assentamentos fica prejudicada essa ação. E o pior é que ainda tem mais outro problema: ao repassar as parcelas do lote, muitas vezes, o camarada assume o compromisso de assumir a dívida daquele que está saindo do lote. Isso é ainda pior! O camarada vai ficar no lote com a dívida do outro e sem poder pegar outro empréstimo para ele movimentar o capital de giro dele no assentamento. Isso é um problema sério, e não é privilégio só da região sul aqui, não; isso é privilégio de assentamentos do Brasil inteiro. Então nós temos que combater essa venda de lote, mas a Constituição Federal diz que as pessoas têm o direito de ir e vir onde quiserem. Portanto, nós não temos como proibir o cara de sair do assentamento também. Não existe isso. Tem pessoas, como nós vimos, que lutam pela terra, mas, quando assumem as parcelas, vêm que não era aquilo que queriam e vão embora.

Eu vou deixar outros companheiros falarem. E, se precisar, no final nós falamos mais.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Bem, neste momento, eu quero passar a palavra para o Ovídio da CONAB. Quero fazer uma audiência pública só sobre a CONAB uma hora. O que é a CONAB? É a Companhia Nacional de Abastecimento, e a CONAB tem um papel importante demais. É ela que contribui para a comercialização do nosso produto.

Então eu quero passar a palavra para ele, porque até eu quero aprender sobre a CONAB. E conforme a palestra dele, quero convidá-lo para vir aqui um dia, somente para fazer uma palestra para nós. Portanto, que todos prestem atenção no papel da CONAB e no que nós podemos fazer para juntos fortalecermos a CONAB.

O Waldir já tinha me falado sobre a CONAB - Waldir, eu até queria que você viesse para cá -, e o Afonso também falou muito, para mim, sobre a CONAB.

Então, eu passo a palavra para o Ovídio.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Boa-tarde a todos. Nossos cumprimentos à Mesa, na pessoa do Deputado Zé Carlos do Pátio. Queria dizer, Deputado, que para nós é um prazer muito grande estar representando a Companhia Nacional de Abastecimento neste evento que eu reputo de grande importância não só para os pequenos produtores rurais mas também para todos aqueles que de uma certa forma lidam no apoio a esse segmento.

Eu vou dizer para o senhor, muito rapidamente, o que é a CONAB, e comprometo-me numa oportunidade posterior...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pessoal, vamos prestar atenção, porque essa palestra é importante. Todos que estão lá atrás cheguem mais perto. Vamos saber o que é a CONAB. Para mim, é uma coisa nova. Tem muita coisa boa na CONAB, e eu preciso aprender sobre ela. Nós estamos com o Banco do Brasil aqui e nós precisamos saber. Vamos ouvir o que ele tem para nos passar sobre a CONAB.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Bom, a CONAB é a Companhia Nacional de Abastecimento, é um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, resultado da fusão de três ex-empresas do Governo Federal, quais sejam, a antiga CFP - que Mato Grosso conheceu muito bem -, a CIBRAZEM - que Mato Grosso também conheceu muito bem - e a COBAL. Essa fusão foi feita a partir do Governo Collor de Melo, logo no comecinho do Governo Collor de Melo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Nós temos cinquenta anos de existência, apesar de sermos um órgão que as pessoas não conhecem muito bem. Eu lhe dou razão ao dizer que a CONAB tem uma importância muito grande, principalmente no cenário agropecuário nacional. Eu sou suspeito para falar disso, porque estaria puxando a brasa para minha sardinha, mas, bem por cima, a CONAB é hoje o órgão do Governo responsável pela execução das políticas agrícolas e de abastecimento do Governo Federal, principalmente através da execução da política de garantia de preços mínimos. Isso aqui o Banco do Brasil conhece muito bem, porque é nosso parceiro há quase trinta anos em Mato Grosso.

A execução dessa política agrícola é feita através de execução de instrumentos como: aquisição do Governo Federal, contratos privados de opção e subvenções para o escoamento da zona de produção para as zonas de consumo. Nós temos dois instrumentos muito importantes para o Estado de Mato Grosso: um é o chamado Prêmio para Escoamento da Produção, que é o PEP, que tira o produto diretamente do produtor, principalmente daquelas regiões que têm excedente de produção, que tem carência de infra-estrutura, de armazenagem e joga para as regiões em que não há produção suficiente para consumo, como por exemplo, nordeste e boa parte da região sudeste; e o outro são os valores para o escoamento da produção, que também é um instrumento muito importante, porque tira o produto já de propriedade do Governo através de uma subvenção e também paga àquela pessoa que o adquire, por exemplo, que esteja lá no nordeste e que por uma questão geográfica o custo para ele ficaria muito alto. É uma questão de abastecimento.

Nós temos também em parceria com o MDA, o MDS e o INCRA a responsabilidade pela aquisição e armazenamento das cestas de alimento, que são distribuídas às pessoas em segurança alimentar; nós temos a responsabilidade pela realocação dos produtos através de remoções; e nós temos também a responsabilidade de comercialização dos produtos agrícolas. Todos aqueles produtos que, num primeiro momento, o Governo adquire para sustentação de preços, tanto faz ser junto ao pequeno, junto ao médio ou junto ao grande produtor, noutro momento de entressafas, o Governo os coloca no mercado para beneficiar o consumidor de um modo geral. Ou seja, nesse momento em que ele joga o produto no mercado, ele pode impedir que os preços subam, vindo daí uma infração indesejada.

Bom, isso aqui são os instrumentos que nós temos. Eu estou passando muito rapidamente, mas eu teria a necessidade de me deter muito em cada um deles para que o senhor e a platéia, os presentes entendessem detalhadamente. Como eu disse ainda há pouco, eu me comprometo a fazer isso numa outra oportunidade, porque nós levaríamos nisso muito tempo.

Então, eu vou me deter àquilo que me diz respeito à agricultura familiar. A CONAB também, ao lado de todos esses instrumentos, é hoje responsável pela execução do Programa Aquisição da Agricultura Familiar do Governo Federal. Esse programa é uma estruturante, é uma das estruturante do Fome Zero. Mas antes de falar desse programa, eu queria passar aqui alguns números só para vocês terem - eu sei que uma boa parte deve estar ciente disso aí - a noção exata da importância do seguimento da agricultura familiar.

“De acordo com dados do IBGE, a agricultura familiar está presente em 86% dos abastecimentos agrícolas brasileiros, ocupando 30,5% da área total. A força da agricultura familiar é traduzida por representar 38% do valor bruto da produção nacional.” Eu chamo a atenção para esse detalhe aqui.

“A agricultura familiar é responsável pela produção de 84% da mandioca; de 67% do feijão; de 49% do milho; de 31% por cento do arroz; e de quantidades expressivas de soja, suínos, leite e outros produtos importantes para o abastecimento interno.” Então, vê-se que esse seguimento, merece, realmente uma atenção toda especial, merece que nós continuemos a dar o apoio que eles precisam.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

E eu acho que essa audiência pública está mostrando que isso está se fazendo uma realidade. Gostaria, inclusive, de parabenizar os idealizadores deste evento pela sua grandeza e importância.

Então, voltando à agricultura familiar, que é o foco principal dessa audiência pública aqui - já falei do PAA, já disse o que é o PAA -, para vocês eu vou falar sobre os objetivos do PAA, que são: apoiar a comercialização de produtos da agricultura familiar; garantir renda ao produtor; incentivar a produção agropecuária; promover a formação de estoques estratégicos, aqueles estoques que distribuimos às famílias em segurança alimentar; distribuir alimentos à população em situação de risco alimentar; contribuir para com a inclusão social, cidadania e inserção do pequeno produtor no mercado.

É importante ressaltar que, antes do Governo Lula - e eu não estou aqui defendendo ninguém, estou simplesmente falando de uma realidade -, não se tinha esse amparo. O pequeno produtor não tinha esse amparo. Eu trabalho no Estado de Mato Grosso há vinte e quatro anos, eu estou há vinte e quatro anos atuando na proteção do agronegócio, no amparo do agronegócio, então eu fico muito feliz, porque somos os responsáveis por este programa. Eu acho que é um programa importantíssimo e eu chamo a atenção aqui das pessoas que estão presentes para que nós todos juntos brigemos pela sua continuidade, porque agora que o programa está começando a deslançar aqui em Mato Grosso. A demanda está muito grande, e nós estamos com um probleminha que daqui a pouco eu ressaltar.

Então, esse Programa de Aquisição da Agricultura Familiar tem hoje quatro mecanismos, quatro instrumentos - eu vou falar um pouquinho de cada um -, que são: a compra direta; a compra antecipada especial; o contrato de garantia de compra; e a compra antecipada.

Aqui no Estado de Mato Grosso, no ano de 2005, nós estamos atuando apenas com a compra direta e com a compra antecipada especial. O contrato de garantia é muito importante também, mas até agora não houve demanda para ele. O contrato de garantia é um instrumento que garante ao produtor um preço de referência justo no momento em que ele vai plantar. Ele vai à CONAB; faz um contrato: "Vou te vender tantos sacos de arroz ao preço tal"; e no momento em que ele for fazer a colheita, se o preço de mercado não lhe tiver favorável, O governo se obriga a comprar. O produtor não tem obrigação nenhuma, a não ser que o mercado não lhe seja favorável.

"Beneficiários da compra direta: agricultores familiares, enquadrados no PRONAF." Quais são os produtos amparados na compra direta? Gente, a compra direta, para ficar mais fácil o entendimento, é o feijão, é o arroz... Você tem um mercado desfavorável... Existe uma demanda na CONAB, em que nós vamos ao campo; fazemos as análises; montamos a logística. É o toma lá, dá cá - o produtor me dá o produto, e eu repasso o dinheiro para ele. O feijão, o arroz, o milho, o sorgo, a castanha de caju, a castanha do Brasil e a farinha de mandioca são os produtos que atualmente estão amparados por esse instrumento da compra direta. Os preços são os de referência da agricultura familiar, definidos pelo grupo gestor. O PAA é gerido por um grupo gestor, formado pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério da Fazenda e por um representante da CONAB.

Então eu tinha trazido isto aqui, porque pensei que teria o *data show*. Eu tinha trazido isso aqui para demonstrar ao agricultor como funciona a operação. Eu sei que está longe e não dá para ver, mas nós colocamos aqui os produtores exercendo a demanda; nós colocamos armas, porque temos o produtor da agricultura familiar como verdadeiros guerreiros. Aqui, na verdade, tinha que ter enxadas, machados, foices, mas nós colocamos armas para simbolizar que o agricultor familiar é um verdadeiro guerreiro.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Então, só repetindo, como vocês podem usufruir o instrumento do programa de aquisição da agricultura familiar chamado compra direta? A demanda é feita junto à CONAB. Essa demanda, normalmente, chega a nossa companhia através das prefeituras municipais, através das suas secretarias de agricultura, através dos movimentos sociais, através de diversas entidades de classe. A partir dessa demanda nós designamos os técnicos para fazer o levantamento técnico da situação, em campo, no local da produção. Lá é montada uma logística que inclui um posto de coleta dos produtos, a classificação e aí uma estratégia de retirada...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Dr. Ovídio, eu queria fazer uma pergunta. Gente, isso é muito importante. Vocês estão me ouvido? Vocês são os privilegiados que estão até o final aqui. Isso daqui é dinheiro! Muitas vezes, vocês têm o sitio de vocês, e não têm para quem comercializar. Vocês produzem, e não tem para quem comercializar. Não é isso? A CONAB tem esse papel de comercializar o produto de vocês. Por exemplo: eu tenho um sitio. Planto pepino toda semana, mas não tenho para quem vender. Então a CONAB garante para vocês a venda. Por isso é importante.

Eu quero dizer que o senhor está discursando, mas eu acho melhor ir em cima de perguntas.

Eu vou passar a palavra para o Waldir, porque o Waldir tem uma pergunta. Existe no programa o seguinte: eu quero vender leite meu, mas não quero vender para laticínio, não. Todo dia eu quero vender leite para a creche do Padre Luther, então você tem o direito de vender leite para a creche do Padre Luther todo dia, e no final do mês você recebe o dinheiro. Ou eu quero vender para merenda escolar, daí a CONAB garante. Vocês estão entendendo? É um contrato que vocês fazem, que nós poderíamos estar fazendo aqui em Rondonópolis. Eu não sei porque nós não o fizemos até hoje.

Estão me falando que as Secretarias Municipais de Educação e de Agricultura fazem esse tipo de projeto, mas, sinceramente, eu não estou vendo isso acontecer. Vocês estão vendo isso acontecer? Algum de vocês fizeram algum convênio com a CONAB para vender o produto de vocês? Quem já fez? (PAUSA)

Pois é, eu não entendo. São projetos bonitos do Governo Lula. No fundo, no fundo o Governo Lula tem projetos bonitos, como o Luz para Todos, mas há quem nos cobra por causa do Luz no Campo, da época do Fernando Henrique.

Então, esse projeto da CONAB é importante; o PRONAF-Recuperar é importante. Eu queria que o Waldir falasse alguma coisa e fizesse a pergunta para você, Ovídio, porque talvez através de perguntas possamos aprender mais.

O SR. WALDIR - Eu gostaria de, num primeiro momento, ressaltar um pouquinho o que conhecemos da CONAB, não em Mato Grosso, mas no Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Lá, esse programa já está acontecendo na prática, mas Mato Grosso ainda não conseguiu implantar esse projeto.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Waldir, eu gostaria de interrompê-lo, porque você está dando uma informação que não corresponde à realidade.

O SR. WALDIR - Eu só queria perguntar o seguinte: Como é que o pequeno agricultor, aquele que ainda não tem a sua propriedade, mas que já está produzindo, aquele que já tem a produção, poderia estar repassando essa produção através da intermediação da CONAB? Porque você disse aí, e eu vi no Paraná com meus próprios olhos - lá estão cadastradas as creches, as escolas -, que o produtor entrega o produto e, depois, vai à CONAB, e a CONAB faz o pagamento de uma forma direta.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Então, eu queria saber como é que a CONAB está trabalhando isso. Esses dias, estive conosco uma mulher de Cáceres. Ela é da CONAB, e estive em nosso assentamento levando esse programa, que achamos muito interessante.

Portanto, nós queríamos debater isso, até para que várias lideranças que ainda estão presentes possam divulgar isso, e para que marquem com a CONAB de ir aos assentamentos, aos acampamentos, onde se estão produzindo, para nós debatermos essa questão da comercialização, da entrega direta do produto.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Eu falei sobre dois instrumentos que estão em atuação no Estado de Mato Grosso: um é a compra direta; e o outro, a compra antecipada especial. Nós estamos atuando muito firmemente no Estado, como disse o Deputado Zeca... Eu não sei porque eu quero lhe chamar de Zeca D'Ávila. Toda hora eu quero lhe chamar de Zeca D'Ávila (RISOS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Esses dias eu e ele quase saímos num arranca rabo lá dentro do Plenário da Assembléia Legislativa, justamente porque ele estava defendendo o grande e eu estava defendendo o trabalhador da agricultura familiar. Somos diferentes demais. Certo, Ovídio? Somos antagônico.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Eu ia chegar nisso aí. Eu ia mostrar números de Mato Grosso. Eu vou responder isso aí ainda. Mas já que você antecipou a coisa, eu queria terminar dizendo que os beneficiários da compra antecipada especial são os mesmos beneficiários da compra direta; e o outro programa é extremamente simplificado. O documento mais complicado que a CONAB exige é o DAP - Documento de Aptidão ao PRONAF. Isso, no caso de assentamento, é feito pelo INCRA; e em outros casos, pela EMPAER. A EMPAER tem sido nossa parceira também nesses projetos.

Então, só para mostrar uns números para vocês, eu gostaria de chamar a atenção para essa compra especial, para o tanto que ela é importante: Nós desenvolvemos três projetos em Poconé, Mirassol D'Oeste e Juína. Nesses três projetos, nós atendemos aí cerca de oitenta produtores.

Produção direta para o consumo. Olhem só, com cento e cinquenta mil reais eu atingi três mil beneficiários, entre produção e consumo. Daí a importância desse instrumento chamado compra antecipada especial.

Nós, Waldir - só para você ter conhecimento de como a coisa está em Mato Grosso -, temos as demandas de São Félix do Araguaia, de Jangada, de Nossa Senhora do Livramento, de Alta Floresta, de Juína e de Diamantino. Isso na compra especial.

Na compra direta, nós temos as demandas de Diamantino, de Nova Guarita, de Brasnorte, as quais nós já atendemos este ano. Nós temos também as demandas de Paranaíta, de Peixoto de Azevedo, de Juína, de Cotriguaçu, em que neste momento nós estamos atuando com técnicos que se encontram no campo fazendo a compra, bem como as demandas de Cáceres, de Itanhangá, de Alta Floresta, de Nova Ubiratan, de Vera e tem de outros, que não me lembro do nome agora. Então é um programa não só no sul do estado...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ovídio, eu achei que era só o Governador que não olhava para a região. Eu estou cobrando o Governador Blairo Maggi, porque ele não fez nenhum investimento na agricultura familiar na região sul. Nenhum! Daí eu falei, esses dias, lá no Gabinete do Governador: "Casa de ferreiro, espeto de pau". Vossa Excelência é daqui de Rondonópolis, e não investiu nada na agricultura familiar.

E eu estou achando que a CONAB tem de olhar para nós também. Ainda mais em nossa região aqui.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Permita-me dizer que o senhor está sendo injusto com a CONAB. Nós estamos estruturando uma rede de comercialização. Aquele senhor acabou de falar da Carmelina, e a Carmelina está aqui em Rondonópolis, paga pela CONAB para dar essa assessoria. O que não houve na região sul do Estado foi demanda junto a CONAB, pelo menos. Na região sul do Estado não houve demanda...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DE PÁTIO) - Eu posso dizer uma coisa? Eu tenho um compromisso amanhã, às sete horas da manhã, em Cuiabá. Se a Carmelina estiver aqui, eu me reúno com ela amanhã cedo ainda, antes de viajar, porque demanda tem.

Amanhã, eu tenho um compromisso, às oito horas da manhã, em Cuiabá, mas deixo de ir para lá, ficando aqui para conhecer a Carmelina. E nós faríamos uma reunião, amanhã cedo, com a CONAB, para discutir isso daí.

Gente, isso é a melhor coisa do mundo! Eu é que não sabia de nada disso. Fiquei sabendo agora, através do Waldir Correia, do Afonso e do Carlos Alberto que me falaram sobre isso aí. Nós não estamos sabendo utilizar a CONAB. A CONAB pode comprar o produto de vocês. O maior problema de vocês não é vender? A CONAB pode vender o produto, e não tem um projeto desse na região sul.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Na região sul não tem, e eu estava entendendo que é porque aqui a mercadoria do ponto de vista mercadológico é melhor situada, tem melhor mercado. Historicamente, tem sido assim no agronegócio, então eu estava achando que na agricultura familiar também pudesse ser assim.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Respondendo a pergunta do Waldir, a compra antecipada especial é demandada através das associações. E nessa associação - é aquilo que o Afonso estava falando ainda agora - tem que haver organização. Se não houver organização, os projetos ficam inexecutáveis. Então essa associação vai apresentar um projeto; esse projeto vai ser analisado; a CONAB disponibiliza técnicos para fazer as análises; depois faz um parecer sobre esse assunto e encaminha para Brasília; em sendo aprovado, o projeto volta para cá, com a liberação dos recursos via Banco do Brasil. O projeto custa cem mil reais, e nós vamos liberando à medida que as pessoas vão entregando a mercadoria para o beneficiário. Agora, eu estou passando aqui em linhas gerais. O que eu quero fazer com vocês é designar um técnico para esmiuçar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu posso falar uma coisa para você? Você, a partir de amanhã, terá carro, terá estrutura, terá o que você quiser, no bom sentido, se você precisar de alguma coisa, porque na nossa região o maior problema dos trabalhadores é a comercialização. Hoje, por exemplo, eu fiquei sabendo que no assentamento Chico Mendes tinha um senhor que vendia quiabo, mas que parou. Ele tinha uma renda de oitocentos a mil reais por mês, chegou a comprar uma pampa, mas agora parece que está se desfazendo do produto dele, porque que não tem comércio para o restante.

Então, eu quero pedir, de coração, que você se sente com as lideranças dos trabalhadores, com a Secretaria de Agricultura, porque na verdade nós precisamos comercializar os produtos.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Deputado, deixe-me só dar seqüência, rapidamente, porque é importante falarmos do valor. O limite é de dois mil e quinhentos reais por família, por produtor. Agora uma coisa que eu chamo atenção aqui, porque eu acho muito especial... (PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Esse é um dos grandes gargalos do programa. Isso tem uma discussão no Brasil inteiro. Há quem defende que se aumente esse limite,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

mas a questão esbarra na disponibilidade orçamentária e financeira. Então, o programa tem atendido muito bem, e tem famílias que não atingem esse limite.

Agora, uma coisa muito boa é o preço de referência. Para vocês terem uma idéia, o arroz longo, fino, tipo 2, que nós estamos pagando, dentro de AGF, no máximo R\$20,70, para a agricultura familiar, como uma forma de incentivar o seguimento, esse arroz custa R\$23,45 a safra. O arroz longo, que o Governo hoje está pagando no máximo R\$12,70, para a agricultura familiar custa R\$18,76. Isso aí é um incentivo que, de fato, o Governo está dando para o seguimento da agricultura familiar.

Eu, agora, quero tocar num assunto aqui muito chato. Até agora eu só falei de coisas boas do programa, porém vou falar de uma coisa ruim. Quando o senhor me convidou para participar desta audiência pública aqui, a primeira coisa que eu disse para o senhor foi o seguinte: Não vou. Não vou porque eu estou cansado de fazer propaganda dos instrumentos que são importantes, que são úteis, e depois que faço a palestra, eu tenho de dizer que não tem dinheiro. É a realidade! Não tem dinheiro! Nós estamos com uma demanda aqui para o Estado de Mato Grosso na ordem de dois milhões de reais. Isso é uma ninharia, se você tiver uma contraposição com os recursos que são liberados para o agronegócio. Mas neste momento não tem dinheiro.

Agora, ele me convenceu - esqueci o nome dele -, porque eu acho, também, que esse aqui é o fórum para se colocar esse problema. Foi o que eu disse ainda há pouco: o programa veio, e ele tem que ficar, ele tem que continuar, porque não adianta nada sair custeio, sair PRONAF para isso ou para aquilo, se no momento da comercialização o pequeno produtor não tiver mercado.

Então, o programa é bom, tem uma repercussão muito grande no Estado de Mato Grosso e tem que ter continuidade. Todos nós temos que lutar para que os recursos não falem. Eu acho que nós estamos agora aqui com um defensor da causa, e as pessoas têm realmente que usar e abusar dessa prerrogativa que ele tem. Ele tem que bater duro nos representantes do Estado no Congresso Nacional para fazer as pressões nos órgãos competentes, como no MDS. O recurso é do MDS e o controle orçamentário é do MDS; a CONAB só executa. Isso é muito importante colocar aqui, porque amanhã, na hora em que você precisar, eu junto uma turma de cem produtores e faço a palestra. Os normativos estão aqui - nós podemos esmiuçar -; as associações estão aí, já tem o Afonso e o Waldir que conhecem bem a CONAB, tem a Carmelina que nos representa aqui, e nós independentemente disso estamos à disposição de todos vocês.

O SR. ORADOR (?) - Só uma pergunta: Existe, hoje, na CONAB em Rondonópolis um corpo técnico em que as associações podem ver como providenciar esse vínculo junto a CONAB?

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Nós temos a nossa animadora. Nós a chamamos de animadora. Foi uma parceria da CONAB com o PNUD que capacitou esse pessoal justamente para dar esse suporte. Ela se chama Carmelina e está em nossa unidade aqui de Rondonópolis. Você pode contatá-la através do telefone 421-7017. E se você não a encontrar aqui, por favor, ligue-me, que eu tomo as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Você falou sobre locação de recursos, então eu queria perguntar o seguinte: Onde eu posso estar reivindicando esses recursos?

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - No MDS - Ministério do Desenvolvimento Social.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não é no MDA, não?

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Não é no MDA, não! Como esse programa é uma estruturante do fome zero, o controle orçamentário é do MDS.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O nome dela é Carmelita? O telefone dela é qual?

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - O nome dela é Carmelina. Nós arrumamos uma salinha para ela lá, e o telefone da nossa unidade é 3421-7017.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Então, é no MDS - Ministério do Desenvolvimento Social.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - É no MDS - Ministério do Desenvolvimento Social.

O grupo gestor é formado pelo MDS, pelo MDA... (VIRADA DE FITA) ...promotor e por um representante da... Parece-me que tem Banco do Brasil também. Eu acho que tem.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só queria lhe fazer uma pergunta: Quem é que definiu esses municípios que saíram? E por que não definiu nenhum da região sul? Como está sendo feita a definição dessas demandas?

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Quem define os municípios é a própria demanda. Itanhangá não está me deixando dormir. Eles me ligam de dois em dois minutos. Está lá, depois de Ipiranga do Norte.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - De Rondonópolis não teve demanda?

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - De Rondonópolis não teve demanda, porque se tivesse demanda estava aqui. Esse material está todo em Brasília. Nós não ficamos com nada aqui. Olha, Presidente da CONAB, a situação é esta, a demanda é esta, eu preciso disso, eu preciso de dois milhões, eu preciso de dois milhões e meio. Não pára nada na nossa Superintendência aqui.

Tem notícia de alguma demanda de Rondonópolis? Eu nem vou falar de Rondonópolis. Eu vou falar do sul. A região do Araguaia. O senhor falou da região do Araguaia. Nenhuma demanda da região do Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não é por demanda. É por informação, falta de informação. Eu, também, entendi. Vocês não têm estrutura suficiente para atender tudo isso. Eu entendo o lado de vocês. Mas eu acho que é importante nós, agora, aproximarmos da Carmelina e começarmos a colocar a região ul nesse projeto.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Olha, em algumas regiões eu não diria que esteja faltando informações. Há muita gente sabendo disso. Muita gente mesmo! Do Araguaia mesmo. Quantas vezes já me ligaram de Alto Araguaia pedindo, querendo marcar um encontro. E eu me coloco à disposição, mas a coisa morre nesse telefonema. Então, o PA já está bastante divulgado.

Eu quero dizer uma coisa ao senhor: Nós estávamos participando do mutirão do Banco do Brasil como convidado. Eu tirei os técnicos porque já estava ficando meio chato eu falar do programa e, ao final, dizer: olha, sinto muito, não está tendo dinheiro.

Mas eu vou repensar isso. Na quarta-feira vai ter uma seqüência deste mutirão e eu vou falar com o colega do Banco do Brasil, com o Olímpio, para ver se voltamos a participar, até com o intuito de divulgar mais.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Olímpio é meu amigo pessoal. Eu vou até conversar com ele para ver se nos entrosamos mais sobre esse projeto.

O senhor tem mais alguma coisa para encaminhar?

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Aqui, não. Eu quero me colocar à sua disposição. Independentemente de Audiência Pública a CONAB está de portas abertas. Eu ouvi o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

colega aqui dizer que não tem negócio de agenda. Comigo também não tem. Chegou, entrou. O senhor pode mandar a sua assessoria. Os normativos desses programas estão no <http://www.conab.gov.br/>. Quando você entra no *site* você vê uma cartilha da agricultura familiar. Lá tem tudo que o senhor precisa saber.

Nós estamos a sua disposição e à disposição de todos vocês. Precisou, ligue para a CONAB. Eu tenho dito uma coisa sempre na minha gestão de Superintendente, e vim dizer isso com muita propriedade: Que nós somos empregados de vocês. E somos realmente empregados de vocês. Eu digo sempre: funcionário público é para servir o público da melhor maneira possível. Não é para ficar fazendo cara feia porque ganha salário baixo, etc e tal. Então, nós estamos à disposição. Não se encabulem. Liguem a hora que quiserem. Se algum de vocês tiver tido dentro da nossa CONAB, em Mato Grosso, algum tipo de atendimento que não tenha sido o que vocês esperavam, podem ligar imediatamente para o Superintendente que as providências serão tomadas.

Olha, aqui tem uma pergunta interessante: Um agricultor tem cento e cinquenta sacos de arroz e quer vendê-los à CONAB, como proceder?

Eu queria dizer uma coisa para vocês: Falou-se muito em organização aqui hoje. Esse PA também tem um aspecto educacional rumo ao associativismo. Porque, por mais que eu tenha boa vontade, eu não tenho estrutura. Se eu tivesse cinco mil funcionários na CONAB de Mato Grosso, ainda assim não seria possível colocar gente para comprar sacos de arroz. Então, é preciso que os seus cento e cinquenta sacos de arroz se juntem com mais cinco, com mais dez, com mais vinte, com mais duzentos, para que dê pelo menos uma carga. Do contrário, operacionalmente, fica impossível a coisa.

A senhora que está dizendo que tem essa quantidade de produto pode procurar suas entidades representativas e fazer uma pesquisa. Quem tem mais para vender? Porque a CONAB não pode comprar. Ela não pode deslocar um caminhão para comprar cento e cinquenta sacas. Ela tem que comprar no mínimo vinte e sete toneladas, ou doze toneladas. Mas cento e cinquenta sacas, do ponto de vista operacional, fica impossível.

Então, o caminho é esse, juntar mais produtores que estejam na mesma situação e chamar a CONAB.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós agradecemos as suas argumentações.

Eu quero ver se conseguimos aproximar essa parceria com a CONAB. Muito obrigado. Eu acho que é o momento de nos aproximarmos da CONAB.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quer fazer uma pergunta? Pode fazer.

A SR<sup>a</sup> MÁRCIA - Boa-tarde. Eu sou a Márcia. Eu sou Presidente da Associação de Catadores de Rondonópolis.

Eu tenho um grande problema. Nós estávamos tentando reivindicar um prédio aqui, em Rondonópolis, na subida da rua Bandeirantes, na direção de quem vai para o Corpo de Bombeiros, e nos informaram que esse prédio é de vocês. Então, eu quero fazer um questionamento ao senhor: Por que aquele prédio está abandonado? Inclusive, ele já foi invadido por duas vezes. Nós, da reciclagem, conseguimos tirar e estávamos na esperança de ter aquele prédio para nós.

Então, eu não queria nem fazer uma pergunta, mas uma reivindicação: que o senhor veja se o prédio, realmente, é de vocês. Se for de vocês, que pudesse repassar para o pessoal da produção ter um míni CEASA. O prédio está se deprecando. Ele é enorme. Ele é excelente. Tem duas balanças para caminhões. É um prédio maravilhoso. Então, é uma reivindicação que faço ao

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

senhor. Que o senhor veja de quem, realmente, é o prédio. Se for de vocês, que contemplem esses produtores com um míni CEASA.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - A senhora não é a primeira pessoa que nos pede esse prédio.

Esse prédio não é da CONAB. Ele é do patrimônio público da União. A confusão está no fato de em um passado já longínquo a CONAB ter tido ali uma unidade de processamento. Nós devolvemos esse prédio para o patrimônio público da União há uns dez anos. Se a senhora quiser, eu posso até procurar o patrimônio da pessoa.

Dê o nosso telefone para ela ligar, por favor. Eu posso procurar o telefone da pessoa que responde por esse imóvel no patrimônio público da União. Não tem problema. Nós passamos sim.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A Márcia é dinâmica. Ela é Presidente da Associação dos Catadores e Reciclagem de Lixo daqui, de Rondonópolis.

Eu lhe agradeço. Eu quero, inclusive, ser seu parceiro. Eu já tive contato com você por telefone. O conheci hoje e gostei muito da conversa que nós tivemos. Se puder me dar algum subsídio hoje, me interessa ter esse material, algum material que você tenha. Embora você tenha colocado que está na *internet*, mas eu quero sentar com a minha assessoria para ver o que nós podemos fazer. Eu vou entrar em contato com a Carmelina para ver em que ela pode nos ajudar, porque a região Sul precisa provocar.

Eu quero aqui dizer uma coisa; Enganam-se os que pensam que a nossa região é a mais moderna, a mais avançada de Mato Grosso. Eu estou andando por todo Mato Grosso e há regiões com as quais eu estou assustado. Para vocês terem uma idéia, eu estou vindo de Confresa, viu Valdir, Carlos Alberto. Eu estou vindo de Confresa. Sabia que eu estava lá semana passada. Há 1.300km daqui, uma cidade que não tem rede de energia elétrica, não tem estrutura nenhuma. Se o trabalhador já conseguiu aqui poço artesiano, eles não têm até hoje. Eles fizeram uma feira, como tem aqui a agropecuária do boi, a AGRISHOW cerrado, AGROSUL, EXPOSUL. Lá eles fizeram uma exposição da agricultura familiar. E eles levaram nada mais, nada menos, do que o Leonardo. Eles levaram o Leonardo para a feira. Eles não estão fazendo feirinha, para meia-dúzia de gente. Não. Mato Grosso todo estava na feira da agricultura familiar em Confresa. Confresa é um município que tem oito mil assentados. Sabe quem ganhou para Prefeito em Confresa? Um posseiro de terra. Saiu da sua gleba para ser Prefeito de Confresa.

Então, eu quero dizer a vocês que o povo tem mania de dizer que a região sul é a mais avançada, é a região mais tudo. Olha, gente, vocês estão enganados com esse Mato Grosso. Esse povo está avançando. É um povo sofredor. É um povo que tira as pessoas até de rede, que está morrendo, que está doente. Eu estava despachando, em uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa, como a de hoje, lotada de gente, e na mesma hora apareceu uma pessoa no meu ouvido e falou: “Olha, tem uma pessoa morrendo aqui e nós temos que tirar para fora, porque não dá para tirar mais nem de carro”. Daí eu arrumei. Eu estava em um avião emprestado do Senador Carlos Bezerra, então, arrumei o avião para levar a pessoa para Barra do Garças. Mas lá é tudo difícil. Lá não tem hospital, lá não tem estrutura. Lá é tudo difícil. Mas o pessoal estava fazendo a Feira da Agricultura Familiar, Cajango. A coisa mais bonita do mundo.

Eu conheci lá uma empresa técnica de projetos, que faz projetos lá, chamada ASPAC, ou ASMAC... Nossa senhora, eles me deram uma aula de agricultura familiar. Tinha tudo que vocês podem imaginar em exposição, como energia em placa solar, o cara nos dando aula de como financiar aquelas energias. Só naquela região, porque não tem energia elétrica, há mais de três mil trabalhadores que têm aquelas energias de placas solares. Eles colocam aquele bico de luz e uma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

bomba de água para colocar água na caixa, para alimentar o gado. Mas é tudo com aquela questão. Lá não tem energia como aqui. A cidade não tem energia. É tudo a motor, três, quatro horas por dia. É uma região de povo sofredor.

Então, eu quero aqui dizer, companheiros, que nós precisamos avançar. Nós precisamos avançar. Ele citou o nome de São Félix do Araguaia. São Félix do Araguaia já está nesse programa da CONAB. Nem eu sabia. Eu tenho que ser honesto comigo mesmo. Até eu, que sou Deputado Estadual, não sabia desse projeto. O Valdir Corrêa tinha me falado, o Carlos Alberto e o Afonso. Então, é hora de começarmos a fazer esse trabalho com seriedade. Eu acho que nós estamos perdendo muito tempo aqui, na região Sul. Nós temos que avançar mais.

Por exemplo, eu vim aqui hoje para discutir, principalmente, o Projeto Recuperar, que é dinheiro no caixa. Mas não conseguimos colocar a discussão do Projeto e eu estou preocupado porque até o final do ano nós poderemos perder esse dinheiro. O pessoal do Banco da Terra pode pegar, o pessoal da reforma agrária pode pegar.

Mas eu quero colocar para vocês que eu acho que a reunião está sendo muito boa.

Eu quero passar a palavra ao técnico do Banco do Brasil, porque foi muito bom ele estar aqui e mostrou que tem compromisso conosco. Ele está aqui até agora.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Deputado, eu peço licença ao senhor para me ausentar da Audiência. Eu já tinha explicado a minha situação. Eu tenho que estar em Cuiabá às 19:00. Eu vou passar as suas mãos este material que eu trouxe. Vou fazer um *marketing* aqui. Tem uma pasta, com caneta e tudo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

O SR. OVÍDIO DA COSTA MIRANDA - Aqui estão os telefones e os *e-mails* da CONAB. Se alguém se interessar, está aqui com o Deputado à disposição.

Mais uma vez, eu quero me colocar à disposição. Muito obrigado pela paciência por ter me ouvido.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Sou eu quem o agradeço. Uma salva de palmas para ele (PALMAS).

Desculpe. Como tinha temas muito polêmicos, eu quero aqui, qualquer hora, chamá-lo para fazer uma reunião específica sobre CONAB, só CONAB. Eu não vou trazer o INCRA aqui. Quando vem o INCRA ele abafa qualquer outro órgão.

Eu vou passar a palavra ao companheiro do Banco do Brasil, Sr. Nilton.

O SR. NILTON TORCIANO - Boa-tarde a todos!

Meu nome é Nilton Torciano. Eu sou funcionário do Banco do Brasil e estou há poucos dias nomeado Gerente de Expediente, responsável pelo BAP do Banco do Brasil na Secretaria de Agricultura, uma unidade do Banco que atende especificamente o pequeno produtor rural.

É uma pena que quase todos já tenham ido embora. Nós tínhamos muita coisa para discutir aqui e tem pouca gente.

Há, às vezes, o pensamento de que o Banco do Brasil atende, principalmente, os grandes. Mas há um certo equívoco com relação a isso. Eu digo o seguinte: eu estou há 28 anos no Banco do Brasil, há 10 dez no Estado de Mato Grosso, e nunca vi uma proposta do pequeno produtor, ou do médio produtor, ou do grande produtor, que entrasse no banco e a pessoa, o proponente tivesse o cadastro correto, a sua proposta encontra amparo regulamentar e que não fosse atendido. Com toda franqueza, eu nunca vi uma proposta do pequeno produtor que tem um cadastro correto, que tenha enquadramento regulamentar e que não tivesse sido atendido. Todos que entram no banco e que têm amparo são atendidos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Aqui, no Município de Rondonópolis, para vocês terem uma idéia, o Banco tem aplicado em PRONAF, em investimento, setenta e oito milhões, e oitocentos mil reais. Em custeio - um milhão, setecentos e vinte e dois mil reais. Então, somando custeio e investimento são oitenta milhões e quinhentos mil reais aplicados no PRONAF aqui, no Município de Rondonópolis. É muito dinheiro. Todas as propostas apresentadas foram atendidas.

Um assunto desagradável é com relação à inadimplência que existe no PRONAF. Tem apenas 1,43% de inadimplência no PRONAF. É um número considerado pequeno. Isso é muito bom, embora esse percentual corresponda a um milhão e duzentos mil reais. Mas, percentualmente, é um percentual pequeno.

O que me preocupa atualmente são as operações do Banco da Terra que temos no posto pelo qual eu sou responsável. Nós temos poucas operações do Banco da Terra, em um total de sete milhões e trezentos mil reais. A primeira parcela do Banco da Terra está vencendo este ano. Venceram algumas em janeiro, venceram algumas em junho, e não foram pagas. Então, é preocupante a primeira prestação do Banco da Terra não estar sendo paga.

Eu teria muita coisa para dizer aqui, mas como não tem quase ninguém, eu vou me limitar a dizer o seguinte: eu estou no posto do Banco do Brasil, no prédio da Secretaria de Agricultura, à disposição de todos. Eu estou lá à disposição de todos. Nós atendemos lá todos os dias se segunda-feira a quinta-feira, das 08:30 horas às 11:30 horas, na sexta-feira não abrimos porque fazemos serviço interno. Mas se algum de vocês estiver na cidade e precisar de alguma coisa, mesmo que estiver fechado, eu estarei sempre à disposição para atender. Eu trabalhei em Juscimeira e aqui tinham pessoas que eu conheço de lá. Eu faço questão de atender todos.

Então, o Banco do Brasil está à disposição de vocês. O Banco do Brasil é o banco do Brasil, é um banco nosso, do povo brasileiro. E estamos lá à disposição de vocês sempre. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós queremos agradecer.

Eu quero, para não ser injusto, antes de terminar, o senhor iria fazer uma pergunta, do Santo Expedito.

E um outro senhor, quem foi que me pediu para fazer uma pergunta no momento que iria passar a palavra ao representante da CONAB? Quem foi? Venha cá. Eu não quero ser injusto com ninguém, com as pessoas que fizeram perguntas aqui.

Então, os dois vão fazer suas perguntas para encerrarmos nossa Audiência, para ficar bem democrático.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Bom, a pergunta é para o Cajango.

Cajango, é o seguinte: nós somos assentados há, praticamente, três anos. Nós já recebemos fomento, habitação e PRONAF A, mas não recebemos o PDA. E nós fizemos aquela papelada que nós queríamos ver sobre os recursos ao PDA. Ainda não chegou para nós. Por que não chegou ainda? É isso que eu queria saber. Ali, nós temos que correr atrás de alguma coisa. Ficou para quem?

O SR. SEBASTIÃO CAJANGO - O PDA! Olha, foi a avaliação de vocês, porque naquela época não tinha muita exigência do PDA. Então, o INCRA foi direto, já fez a topografia e assentou vocês lá mais rapidamente. Porque aí tem uma discussão do PDA, depois teve discussão do licenciamento ambiental, teve discussão da topografia. E quanto mais aumenta a discussão, mais se complica o meio de campo. Eu estou preocupado com vocês por causa das estradas, que está bem marcado no meu ouvido, quanto à água e as vendas de lotes que estão acontecendo no Santo

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

Expedito. São trinta e oito famílias. É um assentamento bom. As casas foram construídas, a terra é boa, mas tem o problema da água.

Viu, Zé Carlos, vamos ver com o Prefeito porque ficou de fora só o Santo Expedito quanto à questão da estrada e da água deles (PAUSA). Ficou fora.

Com relação ao PDA, não se preocupe porque não é dinheiro direto para vocês.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS - Cajango, eu queria dizer uma coisa para você: Eu tenho minha parcela lá. Se o pessoal do INCRA quiser ir lá ver pode ir lá ver o jeito que está, só que eu estou fora de lá. Eu estou fora. Porque eu tenho criança, eu tenho um recém-nascido e tenho três crianças que estão na escola. Por falta de água para lavar roupa para essas crianças eu tive que vir embora para a cidade. Os meus filhos estão estudando aqui.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu volto a falar, gente: desculpe-me o Dener, que é Prefeito de Juscimeira. Eu acho que o Dener tem que nos ajudar a fazer projeto de geologia para furarmos o poço artesiano lá. Não adianta.

Sabem o que o Leonel falou para mim no corredor? Eu falei: Leonel, porque você não licita direto e faz esse Projeto direto? Ele falou: “Zé Carlos, eu tenho que chamar a parceria dos prefeitos para me ajudar”. Foi o que ele cobrou de mim. Mas eu concordo com o Ajax quando ele coloca que é competência do INCRA e ele poderia ter feito por si só. Mas já que não está fazendo, sendo que o Leonel abriu uma porta para mim e falou o seguinte: “Os Prefeitos que você mandar projeto eu vou ajudar a articular o dinheiro”. É por isso que eu estou pedindo para vocês. Eu estou pedindo de coração... Pode entrar Palminha, o poço artesiano de Dalminhas e de Santo Antônio da Aldeia. Eu quero pedir que o Prefeito entre na construção do poço artesiano do Santo Expedito.

O SR. EVANGELISTA - Companheiros, meu nome é Evangelista, Presidente da Associação dos Produtores Rurais Carlos Marighela.

Eu quero cumprimentar a Mesa. Boa-tarde!

Dinheiro não é problema, é a solução, a coisa está complicada no meio de campo. O problema é projeto. No mês passado o Prefeito Antônio me ligou dizendo que o Secretário de Obra estava indo ao assentamento para fazer um levantamento das estradas onde não tinha condições de passagem, pontes e bueiros. Ali chegou o Gilmar e nós andamos todo o assentamento.

No assentamento Carlos Marighela, onde foi feita a estrada convênio com o INCRA e com o 9º BEC, não está passando sequer pulga. Agora, imaginem o ônibus escolar, imaginem o transporte de leite! A produção que hoje é mínima, nós estamos com trinta e cinco mil litros por mês.

E quero dizer que a chuva está chegando. Não vai ter como escoar a produção. Não vai ter como levar o aluno à escola. Esse projeto foi no mês passado.

Quando o Prefeito me ligou esta semana, eu perguntei do convênio e ele me disse que não tinha sido feito convênio. E hoje eu estou aqui presenciando que não se fala desse convênio, a não ser de um poço artesiano. De um projeto passa para o outro para ganhar tempo.

Então, eu quero dizer o seguinte: a água é importante também. Existe esse memorando para um poço artesiano. E já existe um poço no Pontal do Areia, que deu água salgada e está lá sem rede para levar água, sem rede de distribuição de água. E, agora, dizem que vai ser feito esse poço e que está contemplado com 1km de rede. Onde? Há cento e sessenta e seis famílias assentadas!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pode ficar com o microfone.

Só uma pergunta: foi furado um poço artesiano lá e agora falta o segundo poço a ser furado? A minha cabeça está cansada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

O SR. EVANGELISTA - Exatamente, Deputado Zé Carlos do Pátio. Há o projeto para esse poço ser perfurado lá.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A última pergunta que eu faço, porque a minha cabeça está ruim: o poço artesiano será pelo próprio INCRA, esse outro poço que vai ser furado lá?

O SR. EVANGELISTA - É pelo INCRA.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não é pela Prefeitura? Porque tem um convênio - e aqui está o Ajax, que é Secretário de Agricultura do Município - para o Carlos Marighela que vai ser assinado agora com o Município. Agora, eu não sei se é do outro poço ou da estrada. É quanto a isso que eu estou com a minha cabeça ruim. Eu só sei que vão furar um poço lá pelo INCRA, mas eu acho que o convênio é para a estrada. Ou o convênio vai ser para o poço e a estrada vai ser pelo INCRA. É uma coisa assim. Eu estou lhe dizendo isso porque eu estava acompanhando essa questão, mas eu não estou lembrado direito quais são os projetos.

Você sabe, Ajax? (INAUDÍVEL).

O SR. AJAX ALVES GOMES - O João de Barro tem aquele problema que nós sabemos que hoje o poço faz três anos que está jorrando água. Vai ser feita a encanação, a tubulação e a distribuição, a estrada e o reservatório. Tudo bem, não são três projetos que vão ser assinados. Para ele só está contemplado o poço. E veja bem, no mesmo dia em que foi feito o levantamento da estrada do Marighela foi feito do João de Barro. E o Paulo estava lá. Não foi, Paulo? Foi no mesmo dia porque eu estava lá para reunião junto com o Maurício, estava a toyota lá também.

Outra coisa, Cajango, o Portal do Areia tem um problema muito sério, porque lá são cinco núcleos. E lá é esparramado igual filho de perdiz. Então, tem que ser cinco poços, porque como vocês vão agüentar. O dinheiro que vocês vão gastar para fazer uma encanação vocês fazem outro poço e encurta a encanação. Se você for lá vai ver de um extremo ao outro a fazenda.

Outra coisa que falaram hoje, teve uma pessoa que falou, é que o poço é muito fundo, mas que nessa região o que se vai gastar com esse poço fundo se gastará a metade se fizer um poço semi-artesiano para cada pessoa. Teve um representante de um assentamento que falou isso e eu concordo com ele. E o poço com quinze metros.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer o seguinte: Eu só sei que há um convênio com a Prefeitura de Poxoréo porque ela vai assinar. E ele está achando que é o poço. Eu não sei se é poço ou se é a estrada. É essa certeza que eu queria ter.

Agora, eu queria lhe dizer o seguinte: nós estamos de olho, preocupados com o Carlos Marighela sim. Não é fácil. O jogo lá é duro.

O SR. EVANGELISTA - O Marighela está complicado em tudo. Eu não sei o que terá que acontecer naquele assentamento.

Então, se não for feito o projeto, sendo que foram feitas todas as coordenadas, com o GPS, tiradas as coordenadas... Esse projeto foi feito. Ele foi encaminhado. Então, se for falta de projeto não é verdade o que estão falando, porque os projetos foram feitos e entregues. O que nós queremos é repostas desses projetos. Recurso não é problema. Acabaram de dizer que dinheiro não é problema. O problema é projeto. E projetos foram entregues. Então, nós queremos o resultado dos projetos.

Na questão, Cajango, dos posseiros que estão em cima dos lotes e que não são legalizados (PAUSA).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu acabei de falar com o Prefeito de Poxoréo e está para ser assinado o convênio do poço artesiano, como o Ajax falou. Está correto. E da estrada vai depender de uma decisão do Leonel. O Projeto está pronto. Então, nós

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,**  
**REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS**  
**(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).**

---

vamos assinar três convênios: da estrada do João de Barro, da rede de água do João de Barro e do reservatório e do poço do Carlos Marighela. Este ano avançamos bem em Poxoréo. Lá já colocamos o poço do Tietê, vão ser colocados dois poços no Marighela, vai colocar água no João de Barro, energia no Dalminhas, energia na Colina Verde. Olha, avançou bem. Podem até não dizer que ainda falta muito. Eu concordo.

O SR. AJAX ALVES GOMES - Avançou, Deputado. E me deram trabalho os dois Prefeitos e suas equipes, mas isso faz parte.

Eu quero dizer que eu acho que... Eu acho, Cajango, eu queria que você e o Deputado Zé Carlos vissem com bons olhos o problema do Marighela. É um problema bem mais sério do que vocês pensam. Bem mais sério. Devido à distância lá tem o problema do transporte escolar. Se não arrumar vai paralisar tudo. Aí vai ter denúncia. Na hora de denunciar a escola que não está levando aluno sobra para o Prefeito e para o Deputado. Se não entregou o leite e ele azedou, quem não fez a estrada. Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Então, Secretário, eu quero que o você faça mais projetos que nós vamos trabalhar lá.

Agora, por exemplo, os projetos que saíram de São José do Povo foram direto do INCRA. O Prefeito não fez nenhum projeto lá. Por exemplo, saiu agora mais um poço para o Padre Ozimo, dois poços para o Márcio Pereira de Andrade, deu uma perfurada maior no poço artesiano do Dois Irmãos. O meu colega Deputado Zeca D'Ávila, e daí eu tenho que ser honesto com ele... (VIRADA DE FITA) ...um avanço muito grande também lá, só que não foi nenhum projeto do Prefeito. Eu acho que o Prefeito tem que começar a fazer projeto. Ele tem que começar para nós fazermos convênio.

Para terminar, eu passo a palavra para encerrarmos esta Audiência Pública...

O SR. ORADOR (?) - Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, Vossa Excelência é sabedor de que no ano passado, eu, Vossa Excelência, mais outros companheiros, o Valdir Correia, estivemos na Audiência junto com o Governador e se lembra quando foi feito aquele projeto do levantamento da estrada, da MT-340, e que no dia lá que era para ter saído recurso do projeto e que não saiu, nós perguntamos por que não saiu e ele disse que não chegou ao conhecimento deles e passou a responsabilidade, inclusive, para Vossa Excelência cobrar do Secretário dele? E até ontem não saiu.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - No primeiro ano do meu segundo mandato, eu fui lá no Governador com o MTA, porque não faço nada sozinho, eu vou com o MTA, com os trabalhadores, com a Pastoral da Terra, e ele prometeu atender uma pauta nossa, e isso daí estava na pauta, mas ele não atendeu a pauta. O Pagot nos recebeu num dia de carnaval, lembro-me até hoje, era segunda-feira de carnaval, estava eu com todos os trabalhadores do MTA - o Dito pode dizer isso, o Mineirinho, o Valdir - ele não atendeu... (FINAL DA FITA).

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Regina Célia Garcia;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AGRICULTURA FAMILIAR,  
REALIZADA EM RONDONÓPOLIS, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 07:00 HORAS  
(DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

---

- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques.

\* Degração de fita cassete.